



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 32- Nº 609 - DE 10 A 24 DE MAIO DE 2020 - R\$ 4,00

Pior dos Mundos, para a classe operária e demais explorados

**Governo e oposição unidos no objetivo de
descarregar a crise sobre a maioria oprimida**

**Direções sindicais vão às últimas consequências
na política de conciliação de classes**

Poder econômico rompe o parcial isolamento social

Avançam a contaminação e mortes causadas pelo coronavírus

Milhões voltam ao trabalho com salários reduzidos

Milhões perdem os empregos

**Subempregados e informais passam necessidades
com o miserável auxílio de R\$600,00**

A única resposta possível: 1) que os sindicatos convoquem as assembleias; 2) que se aprove um plano de emergência próprio dos explorados; 3) que se constituam comitês de defesa contra as crises sanitária e econômica; 4) que se organize uma frente única de combate, para pôr em pé um movimento nacional dos oprimidos, sob a direção da classe operária.

É obrigatório um severo balanço do 1º de Maio

Pior dos mundos, para a classe operária e demais explorados

Suportam o maior peso da crise sanitária e econômica

Bolsonaro age para que as fábricas, comércio e serviços voltem a funcionar plenamente. Doria, aliados, parte do Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF) persistem no isolamento social. Nesse embate, os governadores admitiram o meio-termo – flexibilizar gradualmente.

A divergência em torno à política burguesa de isolamento tem em sua base os interesses gerais dos capitalistas. Isso impulsiona a discussão interburguesa, se convém arcar com as consequências econômicas provenientes do confinamento, para garantir o futuro; ou arcar com as consequências sanitárias provenientes da volta às atividades produtivas e comerciais, para diminuir os impactos econômicos.

A retórica da politicagem se transformou em “cabo de guerra” entre o poder central e os poderes regionais. Ou seja, entre a presidência da República e os governadores. Quem acabará decidindo é o poder econômico. É o que vem acontecendo com as dificuldades crescentes dos governadores, de manterem o isolamento social, precisamente quando crescem, exponencialmente, a contaminação e as mortes, em vários estados.

O receio inicial, de que o País não contasse com uma estrutura médico-hospitalar, para amparar infectados em massa e mortes instantâneas crescentes, apesar de ter um sistema público de saúde (SUS), louvado pelos governantes aos quatro ventos, se confirmou. Os governadores e prefeitos, responsáveis pela degradação do SUS, tanto quanto o governo federal, e pelo apoio ao sistema privado, contam nos dedos os leitos e as UTIs. O isolamento parcial – não é possível, no capitalismo, estabelecer o isolamento geral – é a forma de retardar o avanço da contaminação e graduar no tempo as mortes.

A experiência mostrou, não apenas a eficácia mais ou menos limitada do isolamento social, para conter a pandemia, mas também a enorme incapacidade da saúde pública, para proteger os pobres e miseráveis. Essa relação diz respeito à situação da maioria da população, diante da avassaladora contaminação. A minoria rica – burguesa e alta classe média – guarda outra relação de classe com o coronavírus. Podem se proteger com o isolamento que for necessário, e contam com o avançado sistema médico-hospitalar privado. É por cima da maioria oprimida, que Bolsonaro e governadores medem força com seu “cabo de guerra”.

Apesar da crise que dilacera o governo federal, são os governadores que cedem terreno. Já não conseguem sustentar o isolamento nos níveis exigidos. As mortes dão saltos dantescos. O SUS está em via de colapso. Os cemitérios se apequenaram. Nos estados mais atingidos, tendo São Paulo no epicen-

tro, se prescreve o fechamento total (lockdown). Mas, se sabe que apenas se remediará. A infecção se instalou nas vastas camadas de pobres e miseráveis. E as necessidades prementes de existência as empurram ao trabalho. Os assalariados, ligados à produção e ao comércio, são puxados pelos capitalistas, que dizem ter chegado ao limite da sustentabilidade econômica.

Ontem, 7 de maio, o País assistiu a uma cena inédita na política burguesa. Uma comitiva de empresários, representando várias Associações da Indústria, liderada por Bolsonaro, e rodeada de ministros, entre eles, Paulo Guedes, se dirigiu ao STF, para cobrar uma posição de seu presidente, Dias Toffoli, sobre a flexibilização do confinamento social. A procissão empresarial adentrou ao recinto, e obrigou o ministro do STF a manobrar com o discurso de união entre os entes federados. Com esse gesto, Bolsonaro indicou o STF como um dos obstáculos ao retorno às atividades econômicas. Concretamente, o STF havia desautorizado o poder central de disciplinar a política dos governadores e prefeitos, afirmando a autonomia federativa. A resposta de Bolsonaro, seguindo conselho de Toffoli, e ainda que tardia, foi a de baixar um decreto, que classifica a construção civil (especificamente) e atividades industriais (gerais) como essenciais. Anulou, na prática, portanto, a decisão do STF, com esse ato de força. Assinalou, assim, que se os ministros togados discordarem, que se batam contra o poder econômico. A pandemia dinamizou, ao mesmo tempo, as crises econômica e política, que não foram superadas pelo golpe de Estado de 2016.

Depois de dois meses de pandemia, se pode ter um balanço, quanto ao fundamental. Oficialmente, as mortes saltaram para 9.265, com 137 mil contaminados. A Covid-19 continua a avançar em todo o País. Essa é a face da crise sanitária. A da crise social, se evidencia com as longas filas daqueles que precisam dos R\$ 600, com a redução salarial, demissões em massa, inchaço do subemprego e informalidade.

A classe operária e demais explorados foram empurrados ao pior dos mundos. Fragmentados, individualizados, dissolvidos e temerosos, não puderam se defender, com reivindicações e métodos próprios de luta. A saída do precipício passará por uma ampla revolta e pelo rompimento do muro de contenção, levantado pela política de conciliação de classes das direções burocráticas, que controlam as centrais, sindicatos e movimentos. Somente a classe operária, organizada e apoiada na democracia das assembleias, pode enfrentar a próxima etapa da crise capitalista, erguendo sua resposta própria à catástrofe da pandemia e crise econômica.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org

Duas crises concomitantes: sanitária e econômica

- *Enfrentar a política de conciliação de classes*
- *Impor a independência política e organizativa da classe operária*

7 de maio de 2020

Estamos a quase dois meses de pandemia, e agora cresce assustadoramente o número de mortos. Em apenas 24 horas, 615 brasileiros perderam a vida. Segundo dados oficiais, as vítimas do coronavírus chegaram a 8.536, no dia 6 de maio. Infectologistas reconhecem que esses números são muito superiores. A denominada subnotificação oculta parte significativa do desastre humano. A pandemia que se manifestou, inicialmente, em alguns estados do Sudeste, finalmente, abrangeu todo o País. A situação catastrófica de estados do Norte e Nordeste expôs, cruamente, o atraso econômico e a brutal precariedade do sistema público de saúde. Diante da calamidade, o novo ministro da Saúde, Nelson Teich, admitiu que talvez seja necessário o isolamento total (lockdown), em alguns casos. As discussões entre governo, governadores, politiquinhos e especialistas, agora, se dão sobre o fracasso da política burguesa do isolamento social em proteger a vida dos pobres e miseráveis. A elevação exponencial do número de mortes se dá entre a população faminta, enfraquecida pela subnutrição, superexplorada, desempregada e subempregada. Segundo os infectologistas, é preciso uma margem de isolamento que atinja pelo menos 70% da população. Isso apenas para reduzir o impacto da pandemia. Há que considerar que os 30% que não se isolam correspondem a milhões que ficam expostos ao contágio. O vírus se espalhou em todo o território nacional, sendo que o isolamento está em uma média de 45%. O que quer dizer que a maioria está entregue à sorte.

A essência do problema, no entanto, não está no método do isolamento social, que é inaplicável no sentido universal, sob o modo de produção assentado na exploração do trabalho assalariado, mas sim na incapacidade do capitalismo de garantir uma saúde pública à altura da época em que avançam os desastres naturais. Não é necessário relatar a sequência de epidemias e pandemias, dos últimos tempos. Juntamente com a ausência de proteção sanitária a milhões de brasileiros, está a pobreza e a miséria. Uma importante parcela da força de trabalho está obrigada a subsistir como desempregada e subempregada. As favelas, cortiços e bairros operários empobrecidos, onde se formam grandes conglomerados humanos, são carentes de esgoto, água potável, etc. Retratam a face do capitalismo decadente e impossibilitado de desenvolver as forças produtivas, que se chocam com a propriedade monopolista dos meios de produção. Impossibilitado de desconcentrar a gigantesca riqueza, que permanece em poder da minoria burguesa e da alta classe média. É sobre essa realidade econômica e social que o coronavírus se instala e se espalha.

Não há dúvida de que a pandemia acelera e aprofunda a quebra econômica mundial. O Brasil, que já vinha se arrastando, se afundará ainda mais. Os explorados são os que arcarão

com as consequências. O governo Bolsonaro, governadores e Congresso Nacional lançaram um primeiro plano de proteção ao grande capital. À classe operária e demais explorados, se levanta a enorme tarefa de se proteger, defendendo um plano emergencial e com os métodos e a estratégia próprios de luta.

Desde meados de março, os trabalhadores foram divididos. Uma parcela continuou na produção, e outra foi colocada no isolamento social. Estabeleceu-se um conflito entre os governantes, a ala vinculada a Bolsonaro e a que se aliou a Doria. Criou-se uma divergência entre aqueles que eram contra o confinamento e os que se diziam defensores de “salvar vidas”. Ao mesmo tempo, havia, principalmente, por parte dos meios de comunicação monopolistas, a enorme campanha de que era preciso “pacificar” o País, a estabelecer “união nacional”. De que o coronavírus atingia a todos, pobres e ricos, trabalhadores e aposentados. E de que todos seriam sacrificados com a desativação da indústria, comércio e serviços.

A essência do problema, no entanto, não está no método do isolamento social, que é inaplicável no sentido universal, sob o modo de produção assentado na exploração do trabalho assalariado, mas sim na incapacidade do capitalismo de garantir uma saúde pública à altura da época em que avançam os desastres naturais.

Dia e noite, coube aos governadores e aos meios de comunicação a tarefa de divulgar a curva do contágio, as dificuldades de atendimento nos hospitais, a lista ascendente de mortos, e a incapacidade dos cemitérios de enterrar os corpos. O objetivo era e é o de criar o terror entre os explorados, deixá-los impotentes e submissos ao miserável auxílio de R\$ 600,00, e à filantropia das cestas-básicas e materiais de higiene, praticada pelos governantes, ONGs, igrejas e sindicatos. Situação essa que causou aglomerações nas portas dos bancos e ao redor dos caminhões, que traziam um número limitado de cestas-básicas. O auxílio miserável e a cesta-básica insuficiente acabaram gerando um enorme descontentamento entre os explorados, que não conseguiam sacar o auxílio do governo, e não pegavam a caixa de alimentos. E aqueles que tiveram o auxílio e a cesta-básica logo viram que não podiam permanecer no isolamento social.

A população explorada, além da campanha governamental, se deparou e se depara com o fardo das igrejas, que procuram diariamente “pacificá-la”, discipliná-la nas crendices religiosas e submetê-la ao ordenamento burguês. E, ainda, com a conduta serviçal da burocracia sindical, que age como

porta-voz da política dos governadores, expressa na bandeira “FiqueEmCasa”.

Apesar dos atritos entre as frações burguesas em torno à política do isolamento social e ao esgarçamento do governo Bolsonaro com o avanço da crise política, há uma única diretriz à violenta crise econômica, que se abate sobre o País. Essa resposta é ditada pelo capital financeiro, e imposta pelas multinacionais e os grandes capitalistas nacionais. Bolsonaro decretou a MP 936, em 2 de abril, e coube ao Congresso Nacional aprová-la, cuja essência é a redução e suspensão dos contratos de trabalho, com corte de salário.

O fundamental é compreender que a classe operária e demais trabalhadores estavam desorganizados e dissolvidos pela política burguesa do isolamento social. O proletariado fora da produção social (coletiva) está à mercê da campanha dos humanitários burgueses, das igrejas e dos meios de comunicação monopolistas.

Em pouco mais de um mês, estima-se que 4,41 milhões de trabalhadores, em todo o país, tiveram seus salários reduzidos. No Sudeste, região mais industrializada, cerca de 3,04 milhões, ou seja, 68,8% do total de trabalhadores foram atingidos por essa brutal medida. A falsa justificativa dos governantes e dos capitalistas é a de que o sacrifício é compensado, porque mantêm-se os empregos. A MP 936 não garante a estabilidade. Os empregadores continuam com as mãos livres para demitir, após o prazo de vigência da redução salarial, geralmente dois meses. Os governantes escondem a curva ascendente do desemprego e subemprego. Dizem que não é possível estimar o montante de assalariados que foram demitidos em março e abril. Alegam que o Caged (organismo estatal que informa o número de contratações e demissões) está fechado, desde 30 de março, e o IBGE parou de coletar os dados.

Tendo em vista as críticas acima citadas, o Dieese demonstrou que, de um total de 239.534 demissões, nesse período da pandemia, 32,4% ocorreram no setor calçadista, 27%, serviços, 18,8%, metalúrgicos, 10,3% comércio, 7,4%, transportes, 1,7%, petroleiros, 2,3%, outras atividades. O Sudeste foi a região com maior número de demissões, com 29,9%. Esses dados, embora limitados, permitem mostrar o quanto os trabalhadores estão arcando com a crise sanitária e econômica. E evidenciar a tendência ao agigantamento do desemprego com o retorno do comércio, serviços e setores fabris, que estavam paralisados.

Na aplicação da MP 936, teve um papel predominante a política das direções sindicais. Logo que Bolsonaro decretou a medida, houve uma ofensiva por parte das multinacionais e

grandes empresas em impor a redução salarial. Aproveitaram as férias coletivas e o isolamento social compulsório, para ditar o percentual dos cortes salariais, criando as faixas por salário. Dando a entender que aqueles que recebem mais, terão perdas maiores. O humanitarismo dos capitalistas é, na realidade, a desgraça para quem tem salários menores. Isso por que o peso da perda de 25% dos salários, que já são minguados, é muito superior em relação aos altos salários. Lembremos que, na faixa de trabalhadores que recebem até R\$ 3.135,00 (três salários mínimos), o patrão poderia e pode reduzir o salário a partir de uma notificação individual, sem sequer precisar da cola-

boração das direções sindicais. Aí está a brutalidade cometida pela burocracia sindical em aceitar fazer acordos de redução salarial, criando uma suposta democracia por meio das “assembleias virtuais”. Os trabalhadores, isolados em suas casas, foram chamados a responder SIM ou NÃO à proposta patronal.

Os burocratas fecharam as portas dos sindicatos e se colocaram em quarentena. Reclamaram no Supremo Tribunal Federal (STF) o direito de negociação em todos os casos de redução e suspensão dos contratos com cortes salariais. A Justiça, que é patronal, deu as costas à burocracia sindical, e o Congresso Nacional legitimou a MP 936 bolsonarista, dorista, etc. As direções sindicais lastimaram a ação da justiça, dizendo que os trabalhadores devem ter o direito à negociação coletiva, para “assegurar condições menos prejudiciais do que as dispostas na MP 936”. São ou não verdadeiros criminosos?

Os resultados das negociações entre os sindicatos e os patrões abarcaram todo tipo de burocracia, direitistas, reformistas e centristas. O estrago foi grande. Aos trabalhadores do comércio, foram impostos as férias individuais, coletivas, trabalho remoto, banco de horas, cumprimento de aviso prévio e redução salarial. O setor patronal, como se vê, tinha à disposição inúmeros recursos para descarregar o peso das perdas sobre os trabalhadores. Os banqueiros, que ganham rios de dinheiro com as especulações, a exemplo do Itaú, reduziu o horário de atendimento ao público, e obrigou a grande maioria dos bancários a executar o trabalho remoto (office home). O governo ordenou que a Caixa Econômica Federal colocasse 70% dos trabalhadores em home office. O Santander e Itaú anunciaram que não demitirão durante o período da pandemia. Certamente, o farão, assim que a economia voltar à “normalidade”. Nas montadoras, foram utilizadas a chamada “parada técnica”, de 22 a 27 de março, seguida de férias coletivas, 30 de março a 20 de abril, a exemplo da Renault, JEEP, Nissan, Toyota, Mercedes, Scania, GM, Peugeot e Volks. Nesse período, essas multinacionais abriram negociações com os sindicatos. Os resultados foram desastrosos para os metalúrgicos, que tiveram os salários reduzidos, variando de empresa a empresa, e sem garantia de estabilidade. Essa diretriz das multinacionais foi usada pela Embraer e por setores químicos, como a Petroquímica Brasken e Oxiteno. O setor hoteleiro, restaurantes e outros dessa natureza, também não escaparam da MP 936. No caso dos transportes coletivos, em São Paulo, que tiveram a frota reduzida, os condutores afastados compulsoriamente



tiveram apenas 50% dos salários, e 50% do valor do vale-alimentação. Esse quadro de desgraça não se limitou a algumas atividades econômicas. É sabido que a extensão da MP de Bolsonaro, Maia, Alcolumbre, Doria e outros governadores abrangeu metroviários, aeroviários, têxteis e funcionários públicos, sejam federais, municipais e estaduais.

O fundamental é compreender que a classe operária e demais trabalhadores estavam desorganizados e dissolvidos pela política burguesa do isolamento social. O proletariado fora da produção social (coletiva) está à mercê da campanha dos humanitários burgueses, das igrejas e dos meios de comunicação monopolistas. Não pôde contar com as direções sindicais, que ficaram embevecidas pelos discursos em favor de “salvar vidas” e se colocaram por acatar as orientações que vinham da OMS, organismo do imperialismo, e dos governadores. Governadores que há muito vem destruindo a saúde pública, por meio das privatizações e terceirizações, e, agora, exigiam que a população faça a “sua parte”, ficando em casa e aguardando os auxílios. Ainda mais, parte da classe operária, principalmente dos grandes centros urbanos, vive nas favelas e cortiços. E, desgraçadamente, se deparou com as associações e suas lideranças comunitárias, que serviram de agentes para a efetivação da filantropia, distribuindo cesta-básica, fabricando máscara, etc. Está aí por que o proletariado foi conduzido a enxugar o seu próprio suor, permitindo que cortassem seu próprio salário. Ouvir de uma burocrata direita ou reformista que o resultado das assembleias virtuais foi favorável à redução salarial, é coisa corriqueira. Mas, é escandaloso ouvir do burocrata Cristiano Rodrigo, do sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos, dirigido pelo PSTU, que “os trabalhadores aprovaram a proposta, mas não por concordarem com ela. Ninguém quer ter o salário reduzido. O problema é que o governo federal não foi capaz de garantir a renda total dos trabalhadores em meio a esta crise. A MP 936 é insuficiente para proteger os salários e empregos da classe trabalhadora”. O burocratismo apodrece da mesma forma o burocrata centrista, como apodrece o burocrata reformista.

O POR não suspendeu suas atividades. O boletim Nossa Classe foi distribuído nas fábricas e setores que estavam trabalhando. Cartazes foram colados nos corredores fabris. Reuniões e cursos foram mantidos. E se dirigiu às centrais, sindicatos e movimentos por meio de uma Carta-Aberta, propondo manifestações em todo o país no 1º de Maio. Ao contrário, as burocracias sindicais mantiveram sua política de “assembleias online” e “1º de Maio virtuais”, como descrevemos neste jornal Massas.

As centrais e sindicatos não convocaram assembleias para decidir sobre um plano próprio de emergência para enfrentar as crises sanitária e econômica e, inclusive, sobre como se daria o isolamento social, recomendado pela OMS. Era de conhecimento de todos que as frações burguesas, que se posicionaram pelo isolamento social, acataram essa orientação, unicamente como forma de não colapsar repentinamente o sistema de saúde público. O POR não suspendeu suas atividades. O boletim Nossa Classe foi distribuído nas fábricas e setores que estavam trabalhando. Cartazes foram colados nos corredores fabris. Reuniões e cursos foram mantidos. E se dirigiu às centrais, sindicatos e movimentos por meio de uma Carta-Aberta, propondo manifestações em todo o país no 1º de Maio. Ao contrário, as burocracias sindicais mantiveram sua política de “assembleias online” e “1º de Maio virtuais”, como descrevemos neste jornal Massas.

A política burguesa do isolamento social não foi capaz de defender os pobres e miseráveis do avanço da pandemia, apesar dos politiquinhos dizerem que conseguiram reduzir as mortes. O poder econômico aturou, apenas por um breve período, que uma parcela de trabalhadores ficasse em casa. Há dias, o confinamento vem se rompendo. Os governadores e a imprensa culpam a própria população, como se essa não estivesse sob o temor da pandemia e a pressão dos capitalistas para que retomem o trabalho. As atividades econômicas vêm sendo reativadas crescentemente. As direções sindicais, no entanto, continuam na quarentena, como os paxás ficam nos cercados. Os explorados suportam dupla carga, a da mortalidade crescente, e a da perda de empregos e redução salarial. Já passou da hora de reagir à altura. Mas, a classe operária e demais trabalhadores

dependem de suas organizações sindicais, que se acham anestesiadas pela colaboração de classes das direções sindicais. Está colocada a campanha pela convocação de assembleias nas fábricas, outros locais de trabalho. Estão colocadas, também, as assembleias populares. Cabem às assembleias aprovarem um plano próprio de emergência, e constituírem os comitês de defesa da vida, dos empregos e dos salários. Somente com a organização e luta coletiva, os explorados enfrentarão as crises sanitária e econômica.



Unidos ou divididos, os governantes descarregam a crise sobre os explorados

14 de abril de 2020

A pandemia, ao acelerar a queda econômica, e desorganizar as contas do Estado, aprofundou a crise política. Desde o início, se manifestou a discordância entre o governo federal e os governadores. O Congresso Nacional se tornou caixa de ressonância ampliada das dissensões no seio da burguesia.

A primeira fase da crise sanitária correspondeu à campanha burguesa, de impor o isolamento à população, sem nenhuma garantia de manutenção dos empregos e salários. Aterrorizada pelos riscos de infecção, quase 60% acataram as recomendações do Ministério da Saúde. Nesta fase, se gestaram as divergências internas e externas ao governo federal, bem como os acordos em torno às medidas emergenciais, votadas pelo Congresso Nacional. Dentre as medidas, o miserável auxílio de R\$ 600,00 aos trabalhadores informais; ao lado disso, a autorização do patronato de reduzir a jornada e suspender o trabalho, diminuindo os salários. Calcula-se que um milhão de trabalhadores já tenham sido submetidos à redução salarial. É bom frisar que os capitalistas mantiveram suas mãos livres para demitir.

Incapaz de impor a independência nacional diante do imperialismo saqueador, e de resolver as tarefas democráticas próprias do país de economia atrasada – necessárias para superar a miséria e fome endêmicas–, a burguesia empurra a classe operária e a maioria oprimida, a procurarem a via da revolução proletária.

A divergência quanto à forma do isolamento promoveu um alinhamento oposicionista, diante das posições do governo Bolsonaro, tão amplo, que abarcou governadores distintos, e vários partidos burgueses, entre eles os da esquerda reformista, PT, PCdoB e PSOL. As centrais sindicais, indistintamente, incluindo a CSP-Conlutas, seguiram o alinhamento oposicionista, cujos principais expoentes são o governador de São Paulo, João Doria, PSDB, e o presidente da Câmara de Deputados, Rodrigo Maia, DEM. É ainda nessa fase que o governo e o Congresso Nacional armaram as diretrizes de apoio aos capitalistas.

No início de abril, a primeira fase evidenciou sinais de esgotamento. Regredia o isolamento social, embora continuasse crescendo o número de infectados e mortos em vários estados. Em São Paulo, que se mantinha como epicentro da pandemia, o isolamento de quase 60% caía para menos de 50%. O comércio e serviços deram os primeiros passos de retorno às atividades. A indústria, tendo as multinacionais à frente, continua retardatária, mantendo o maior índice de desativação da produção. Tudo indica que, no final desse mês, quando terminar a prorrogação da quarentena no estado de São Paulo, crescerá a pressão de setores industriais, que têm menor capacidade de se manterem inativos. Nota-se, portanto, que a tendência geral é a de retorno às atividades, o que começará com a volta ao trabalho de setores da classe operária, como já ocorre em alguns países da Europa. Bolsonaro, agora, se acha em melhor

posição política. O Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, passou a considerar a aplicação do isolamento seletivo.

Bolsonaro tem conseguido, em certa medida, conter a projeção nacional do governo de São Paulo, e trabalha pelo seu enfraquecimento. Pouco a pouco, o comércio e os serviços vão impondo a quebra do confinamento nos estados mais importantes do Sudeste. O provável é que esse processo avance mais rapidamente, a não ser que o surto pandêmico assuma proporções devastadoras. O problema continua, principalmente, nas mãos dos governos de São Paulo e Rio de Janeiro, devido à possibilidade da pandemia se alastrar nas favelas e cortiços. Apesar dos meios de comunicação continuarem com a campanha de que a única solução é ficar em casa, as forças econômicas vão se impondo.

Esse momento de agravamento das contradições por que passa o Brasil tem, no fundo, a necessidade das potências de reagirem à queda econômica, e evitarem o comprometimento do sistema financeiro mundial. As potências assistem, da noite para o dia, a elevação extraordinária das demissões e desemprego. Isso, apesar dos trilhões de dólares que começam a ser injetados na economia pelos Bancos Centrais e governos. O nível de endividamento mundial é uma bomba de pavio curto. A carga anterior à pandemia já era considerada insuportável. O Produto Interno Bruto (PIB) mundial corresponde a cerca de US\$ 90 trilhões, e a dívida pública e privada atinge US\$ 260 trilhões. A grandeza do problema é tal que os organismos internacionais do imperialismo (FMI, Banco Mundial, etc.) se batem com a imprevisibilidade do desmoronamento, que está por vir.

O Brasil, possivelmente, arcará com uma queda de pelo menos 5% no seu crescimento. Já se comenta que, se confirmada essa previsão do Banco Mundial, será a maior recessão em 120 anos. Para um país continental, populoso, e marcado pelo desemprego, subemprego, informalidade, miséria e fome estruturais, uma recessão desse tamanho, que se segue à recessão de 2015-2016, e ao crescimento vegetativo de 2017 a 2019, será um desastre para as massas. As velhas contradições virão à tona de maneira a expressar a falência da burguesia nacional e de seu Estado. Incapaz de impor a independência nacional diante do imperialismo saqueador, e de resolver as tarefas democráticas próprias do país de economia atrasada – necessárias para superar a miséria e fome endêmicas–, a burguesia empurra a classe operária e a maioria oprimida, a procurarem a via da revolução proletária.

Mundialmente, a combinação da pandemia com as tendências objetivas da crise econômica projeta a sombra das revoluções socialistas do século XX, que tiveram como ponto de partida a Revolução Russa. A quebra inevitável da União Europeia, que já se vinha processando antes da pandemia, e a retomada das barreiras nacionais, potenciam o choque entre as forças produtivas e as relações de produção. Os Estados Unidos vêm perdendo capacidade de responder hegemonicamente à maior crise do pós-guerra, precisamente, por serem o principal fator do parasitismo e da subordinação das forças mundiais aos interesses parasitários do capital financeiro. As condições objetivas para a revolução proletária estão mais do que maduras, refletindo, portanto, a crise de direção

mundial do proletariado. O seu destacamento mais avançado deve elevar a compreensão histórica e programática da necessidade de reconstituir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Na América Latina, as massas operárias, camponesas e classe média arruinada são empurradas para uma situação insustentável de pobreza e miséria, sem que nenhum dos governos possa responder à pandemia, sem destruir ainda mais a economia. A crise de direção também comparece como um grande obstáculo a ser removido.

É nesses marcos que se desenvolve a crise no Brasil. Bolsonaro se bate por salvar o seu governo a qualquer custo. A oposição se vale da pandemia para comparecer como humanitária e salvadora dos pobres e miseráveis. Estabeleceu-se um divisor, entre aqueles que seguem as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), e aqueles que trabalham contra e sabotam o isolamento social. Esse divisor, porém, desaparece quando se trata da proteção aos capitalistas, e ataque às condições de trabalho e de subsistência dos explorados. Todos estão unidos em volta do plano de redução da jornada com redução salarial. Não por acaso, os R\$ 600,00, destinados a milhões que não têm fonte de sustento, resultaram da negociação entre as duas alas burguesas. As direções sindicais, que colaboram com a aplicação da Medida Provisória 936, querem fazer crer que essa mísera quantia foi uma vitória dos trabalhadores. A votação, quase por unanimidade, da MP 930, por sua vez, resultou de um grande acordão, para proteger o capital financeiro e os grandes capitalistas da indústria e comércio.

Como se pode ver, o enfrentamento público entre o governo federal e os governos estaduais oculta a premissa econômica comum, de que os empregos e os salários seriam garantidos pelas MPs 936 e 930. Em outras palavras, de um lado, dá opção aos capitalistas de reduzirem a jornada e suspenderem o trabalho, usando como contrapartida a redução salarial, e, de outro, atribui ao Banco Central a capacidade de favorecer o capital financeiro, com a compra de títulos que perdem valores, e se tornam impagáveis. Essa conjugação de interesses em favor da burguesia e contra os explorados constituiu o verdadeiro plano do isolamento social, na primeira fase da pandemia.

O retorno à normalidade, ou quase normalidade das atividades econômicas, previsto com o rompimento gradual do confinamento, colocará a crise interburguesa em um patamar superior. É o que evidencia o conflito federativo, que esteve na base da divergência entre o governo federal e os governos estaduais. Rodrigo Maia, presidente da Câmara de Deputados, foi acusado por Bolsonaro de favorecer o estado do Rio de Janeiro, com o projeto de socorro emergencial a estados e municípios. Não aceita um substituto ao Plano Mansueto, que vinha sendo negociado antes da pandemia. Importantes estados, como Rio de Janeiro e Minas Gerais, estão falidos, ao ponto de não conseguirem cumprir a folha de pagamento dos servidores públicos. Diante da acusação do capital financeiro e do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que se tratava de uma “bomba fiscal”, Maia recuou na votação, e procura um acordo com Bolsonaro. O governo aproveitou o recuo para oferecer um montante aos governadores, condicionado ao congelamento salarial do funcionalismo e demissões. É a forma encontrada pelo ministro Guedes para pôr em prática o Plano Mansueto.

A centralização autoritária, que caracteriza o Estado brasileiro, não tolera qualquer autonomia federativa. A crise sanitária reasceu, sob novas circunstâncias e conteúdo, velhos problemas

federativos. O estado de São Paulo, por ser o carro-chefe da economia nacional, se destacou, ao contestar a diretriz do presidente da República, apoiando-se no ministro da Saúde. Bolsonaro e seu núcleo militar agiram para retomar as rédeas da centralização. Os estados dependem do Tesouro Nacional, não podendo se arvorar com a autonomia, por menor que seja. É na segunda fase da crise pandêmica, quando comércio e serviços rompem o isolamento, que o conflito federativo se agrava. Bolsonaro aciona seus poderes para afirmar que somente o presidente da República poderia e pode decidir sobre as medidas restritivas ao isolamento.

Decisões dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes, contrariando as ações centralizadoras do governo federal, indicaram a fraqueza do governo Bolsonaro, e o aprofundamento da crise política. O Procurador Geral da República (PGR), Augusto Aras, nomeado pelo presidente da República, movimentou uma peça do

A centralização autoritária, que caracteriza o Estado brasileiro, não tolera qualquer autonomia federativa. A crise sanitária reasceu, sob novas circunstâncias e conteúdo, velhos problemas federativos.

tabuleiro, reconhecendo que a autonomia dos estados não pode violar o direito do governo central de determinar as condições do isolamento social. Diante da resistência do governo de São Paulo em acatar a disciplina exigida por Bolsonaro, ampliando a quarentena, e ameaçando o uso da força, a Advocacia-Geral da União indicou que poderia valer-se de medidas judiciais, para “garantir a ordem democrática e a uniformidade das medidas de prevenção à Covid-19”. Por incrível que pareça, o governo militarista refere-se à ameaça de Dória de manter pela força o isolamento como arbitrária e autoritária. Demagogia à parte, o retorno à normalidade depende, em última instância, do estado de São Paulo.

Bolsonaro tem conseguido jogar setores do comércio e serviços contra Dória. As carreatas bolsonaristas, nas ruas de São Paulo, pressionam o governador a seguir as determinações do governo federal. O que dificulta impor medidas judiciais e policiais contra a população, que retorna ao trabalho, evidentemente, forçada pelos empregadores e pelas dificuldades de obter o sustento da família. A pandemia vem ganhando força, sobrecarregando as unidades de saúde, e aumentando as mortes. De 1.532 óbitos em todo o país, 695 estão em São Paulo. Está aí a dificuldade de Dória em acatar as ordens de Bolsonaro. Será o último estado a relaxar o isolamento.

Os acordos e desacordos, no interior da política burguesa, se desenvolvem por cima da classe operária e demais explorados, com estes completamente dispersos, desorganizados e temerosos. Ao voltarem ao trabalho e ao mercado informal, estarão mais pobres, mais endividados, e com maior dificuldade de sustentarem suas famílias. Pior ainda, milhões não terão seus postos de trabalho. Vão se deparar com a recessão e com as pressões dos capitalistas, para que aceitem empregos precarizados e salários reduzidos. Na segunda fase da pandemia, as montadoras anteciparam o objetivo de varrer empregos, e impor um contrato baseado na mais ampla flexibilização capitalista do trabalho. As centrais sindicais, criminosamente, aceitaram negociar, por meios eletrônicos, a redução de jornada e salário. Capitalistas e burocratas se valem do isolamento social para conspirar contra os interesses do proletariado. O PT e aliados se esforçam por se mostrarem confiáveis ao grande capital, e imprescindíveis para canalizar a revolta dos oprimidos para a política de conciliação de classes.

Na volta ao trabalho, os explorados sentirão a dramática situação para a qual foram empurrados pela burguesia e pelas direções sindicais colaboracionistas. A diferença é que a classe operária retomará seu lugar na produção social e terá como reagir. A vanguarda com consciência de classe e a militância de esquerda que não sucumbiu à política burguesa do confinamento devem lançar uma campanha nas fábricas e demais locais de trabalho pela convocação das assembleias. Eis as principais tarefas: 1) rechaçar qualquer acordo de redução dos salários e demissões; 2) desautORIZAR os acordos feitos com as multinacionais durante o período do

isolamento social; 3) organizar um movimento nacional em defesa do plano de emergência que unifique os explorados; 4) levantar, como bandeira de linha de frente, a defesa dos empregos e dos salários; 5) constituir os comitês de empregados e desempregados; 6) preparar as condições organizativas e políticas para as jornadas de luta e para a greve geral.

Somente a classe operária organizada e mobilizada pode se defender do desemprego, subemprego, pobreza e miséria.

PANDEMIA EXPÕE A DESTRUIÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA

A pandemia escancarou as profundas contradições entre o sistema público e o privado de saúde. A existência da saúde privada implica e depende da destruição da saúde pública. Essa é uma constatação inevitável, diante do maior número de leitos da rede privada, do fechamento de leitos da rede pública, assim como da superior condição técnica e operacional no atendimento aos doentes na rede privada, comparada à rede pública de saúde.

Antes da pandemia, a realidade do SUS nos bairros, cidades e estados pobres beirava a inoperância. O atendimento médico era precário e de difícil acesso. Não se oferecia tratamento para os casos graves, quando muito, se disponibilizava medicamento para as doenças mais simples. A pandemia, assim, encontrou à sua frente uma estrutura pública de saúde depredada, facilitando, com isso, a mortandade daqueles que vivem nessas localidades.

A alta taxa de letalidade, entre a população residente em locais pobres, é observada com mais precisão no número de covas abertas, chegando a dezenas de milhares por todo o país, e no aumento médio de enterros. A comprovação laboratorial, da causa do falecimento por ação do novo vírus, não é referência estatística, vista a negligência dos poderes governamentais em aferir, pelo SUS, a amplitude da contaminação. Os óbitos, fora das instâncias hospitalares, vêm ganhando grandes proporções, porém, raramente são averiguados, e atestam-se como causas outras que não pelo novo vírus. Não havendo mais leitos no SUS, os doentes morrem em casa, sem nenhum atendimento.

Segundo dados da Associação Nacional de Hospitais Privados, o país possui 430 mil leitos de internação, sendo 62% deles em instituições privadas, que já disponibilizavam 52% de seus leitos aos órgãos públicos, porém, mediante remuneração. Somente em 2017, 59% das internações de alta complexidade do SUS foram realizadas por instituições privadas, e pagas pelo governo. Na atual pandemia, essa prática se mantém, porém, em quantidade ínfima. Governos e municípios vêm encontrando dificuldades para financiar os valores cobrados pelos hospitais particulares.

Lotes inteiros de respiradores mecânicos, cuja compra já havia sido acertada entre prefeituras e os fornecedores, foi barganhada pela rede privada de hospitais, que ofereceu montante superior, e acabou levando a mercadoria. Este fato reforça a já precária situação dos hospitais do SUS, e mesmo os hospitais de campanha, que rapidamente tornaram-se obsoletos, pela falta de equipamentos, e pela falta de equipe médica e de enfermagem. Somam-se a esse quadro os aportes bilionários que os governos têm entregado às grandes corporações de saúde privada.

Esses elementos nos permitem constatar o caráter de classe da saúde no país, em que, a portentosa estrutura médico hospitalar é propriedade da burguesia. Inicialmente construída para o seu próprio acesso, e estendida à parcela minoritária da pequena bur-

guesia abastada, capaz de pagar. A fim de aumentar os lucros, parte desse serviço é alugada aos governos.

A sua venda, no entanto, concorre com o oferecimento gratuito pela rede pública. Daqui que a depredação do SUS serve ao aumento do lucro dos capitalistas da saúde, tendo nos governos, os seus agentes diretos nessa empreitada.

Em meio à pandemia, a saúde pública moribunda, não é capaz de atender os doentes. Não é o grande número de contaminados, que por si só, justifica o elevado número de mortes, mas, e sobretudo, a falta de estrutura médica e leitos hospitalares públicos para atendê-los. Consequentemente, se observa a escalada fulminante do número de óbitos entre os pobres e miseráveis, enquanto sobram leitos e equipamentos especializados nos hospitais privados. A totalidade das estruturas médicas e hospitalares, na qualidade de mercadoria, não podem servir integralmente aos cuidados dos adoentados. A carnificina é resultado direto das relações sociais de produção.

O capitalismo apodrecido não pode salvar os explorados e oprimidos. Os enterros em valas comuns ocorrem concomitantemente à retenção dos leitos em hospitais privados. À burguesia, importa o lucro. Aos oprimidos, importa viver. No entanto, ambos os interesses são inconciliáveis, e, sob o controle da burguesia, vencerá o capital, que só tem a oferecer a barbárie. Os efeitos da pandemia são expressão da barbárie capitalista.

A palavra de ordem do dia é: passar imediatamente o controle da rede privada de saúde para o SUS. Disponibilizar imediatamente todos os leitos, todos os respiradores a todos os doentes. Contratação imediata de equipe médica e de enfermeiros suficientes para o atendimento integral dos hospitais. Cuidado com os profissionais da saúde, fornecendo equipamentos de proteção individual em quantidade e qualidade suficientes. Confisco de todos os equipamentos de proteção individual e respiradores produzidos no país. Expropriação das maquinarias que sirvam à fabricação de respiradores. Colocar essa maquinaria imediatamente em pleno funcionamento. Suspensão imediata do pagamento da dívida, e destinação desse montante para o atendimento aos adoecidos.

Não virá da burguesia e dos governos o cumprimento dessas medidas. Cabe aos oprimidos e explorados lutarem por elas. Mais do nunca, viver dependerá da resistência e do enfrentamento do proletariado contra a burguesia. Que se organizem assembleias nas fábricas e demais locais de trabalho. Que se organizem os comitês de bairros e assembleias populares. É preciso se apoiar integralmente nos organismos próprios de luta da classe operária, e se preparar para a batalha. A burguesia tem permitido que a pandemia execute suas baixas entre nossas fileiras, mas a nossa organização permitirá armar a nossa proteção. Lutemos por nossas vidas! Lutemos contra a barbárie capitalista!

Campanhas do POR, final de abril e início de maio

Nas condições difíceis do isolamento social e temor dos explorados, diante do avanço da pandemia, o POR trabalhou o máximo que pôde para manter a propaganda e a agitação. Os operários, ainda que com precaução, receberam muito bem o Boletim Nossa Classe de maio, e o Boletim Nossa Classe especial, dedicado a responder às denúncias de uma fábrica do Parque São Lourenço, zona Leste de São Paulo. Abaixo publicamos as principais notas dos dois boletins.

Política Operária

QUE OS SINDICATOS CONVOQUEM AS ASSEMBLEIAS

Os patrões pressionam pela volta ao trabalho. Os trabalhadores informais não conseguem viver com R\$ 600,00, sendo que boa parte sequer recebeu essa miséria. São Paulo já não consegue manter o isolamento social, que já era parcial. O número de mortos continua aumentando, mesmo assim os capitalistas estão pondo as máquinas para funcionar, e abrindo o comércio. Os trabalhadores, que entraram no isolamento social, temem perder os empregos. E aqueles que estão voltando ao trabalho, voltam com os salários reduzidos. Tudo indica, portanto, que a burguesia e seus governos não podem garantir nem mesmo o isolamento parcial.

As centrais e sindicatos simplesmente acataram a ordem



do isolamento social. Não convocaram as assembleias, para decidir o que fazer. Agora, no retorno ao trabalho, as direções sindicais não lançaram um plano de convocação de assembleias em todos os sindicatos. O que é necessário, para que a classe operária se organize, diante da continuidade da pandemia e da crise econômica.

O Boletim Nossa Classe defende que as centrais e sindicatos convoquem assembleias em todo o País. Começando por assembleias nas fábricas, e passando para as assembleias gerais. O objetivo das assembleias é o de organizar a luta contra as consequências da pandemia, a defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas.

A classe operária não pode continuar desorganizada Formar os comitês de defesa do emprego, salário e saúde



Nós, trabalhadores, fomos pegos de surpresa. De repente, ficamos sabendo da decretação do isolamento social. As centrais e sindicatos decidiram por conta própria cancelar o “Dia Nacional de Luta”, 18 de março. Esse dia poderia ser o momento para os trabalhadores discutirem o que estava acontecendo, e o que poderia ocorrer com nossas vidas. Desorganizada, a classe operária se dissolveu. Uma parte dos operários foi afastada do trabalho, e a outra continuou trabalhando. Sabemos que a classe operária, fora da produção, não tem como se defender. Fica, assim, submetida à pressão dos governos, patrões e da televisão.

As direções sindicais apoiaram a política do isolamento, sabendo que viriam as demissões e a redução de salários. Sabiam também que os ricos têm proteção contra o coronavírus, e os pobres seriam os mais atingidos. Então, era preciso convocar imediatamente assembleias em todos os sindicatos, e formar os comitês de defesa da saúde, emprego e salário. Agora, no retorno ao trabalho, temos de recuperar as perdas. As milhares de vidas perdidas não se recuperam. Mas, po-

demos recuperar os empregos, salários e direitos trabalhistas, por meio da luta organizada. Também podemos avançar em nossa defesa, lutando para que a saúde seja apenas pública, servindo a toda a população. Podemos defender um plano de emergência próprio.

O Boletim Nossa Classe luta pela constituição de uma rede de comitês de defesa da saúde, emprego e do salário nas fábricas e nos bairros. Trabalha pela unidade dos empregados, desempregados e subempregados. Luta por um plano próprio de emergência, de saúde pública, de preservação dos empregos e salários.



Abaixo a Medida Provisória 936 (MP 936) Revogar os acordos de redução salarial

Assistimos as brigas entre Bolsonaro, Doria, Maia e outros politiquinhos da burguesia sobre o isolamento social. Com essas brigas, caiu o ministro da Saúde, Mandetta. No entanto, os burgueses, que estavam em briga, se uniram, para aprovar a MP 936. Essa lei é de proteção ao patronato. Permite a redução da jornada, e a suspensão provisória do contrato de trabalho, com redução salarial. Inclusive, acaba com o direito de os sindicatos interferirem nas imposições patronais. Assim, ficamos inteiramente nas mãos de nossos exploradores. No caso das grandes empresas e multinacionais, os sindicatos puderam negociar com os capitalistas. Como os operários estavam de férias coletivas, ou afastados pela quarentena, os sindicatos fizeram os acordos com o patronato por meio da internet (assembleias virtuais).

Essa atitude deve ser condenada pela classe operária. Isso

por que não pudemos lutar pela derrubada da MP 936. É um crime reduzir nossos salários diante de uma pandemia, que nos impõe maiores gastos. É um crime, também, porque os governos e os patrões estão aproveitando o isolamento social para reduzirem os salários e demitirem. Os exploradores usam a MP 936 para proteger seus negócios. Os burocratas sindicais esvaziaram e anularam nossos sindicatos. O crime deles é negociar, por cima de nossa desgraça, os acordos que nos prejudicam ainda mais.

O Boletim Nossa Classe defende a convocação das assembleias para discutir esses acordos, e lutar pela anulação de todos eles. Que nossos salários sejam pagos integralmente. Que sejam reincorporados todos os demitidos. Que se reduza a jornada, sem reduzir os salários, para que haja emprego a todos.

O Boletim Nossa Classe defendeu que as centrais convocassem o 1º de Maio em todo o País



Pela primeira vez, não tivemos o 1º de Maio nas ruas. Isso porque a CUT, Força Sindical e demais centrais decidiram realizar a farsa do 1º de Maio virtual. Está aí por que essas centrais fizeram, do 1º de Maio, um palanque para os politiquinhos. Assim, perdemos a oportunidade de recomeçar a luta organizada, depois de mais de um mês de quarentena.

A classe operária e demais explorados não têm outra saída, a não ser combater com suas próprias forças os efeitos da pandemia, e as consequências da crise econômica. Quanto mais os assalariados, informais e subempregados dependerem da burguesia e seu governo, mais caro pagarão pela crise sanitária e econômica. Nossa defesa está em nossas próprias mãos. Está em nossa própria organização coletiva. Está em nossas assembleias. Está em nossa capacidade de

usar a greve contra o patronato e seus governos. O que as centrais sindicais fizeram com o 1º de Maio, com o cancelamento do Dia Nacional de Luta, e com as negociações com os patrões por meio da internet, foi desarmar a classe operária de seus meios próprios de luta e sua democracia coletiva.

O Boletim Nossa Classe participou do ato do 1º de Maio, convocado pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Ato esse realizado em sua sede. Os presentes puderam falar sobre a barbárie do capitalismo, que recai sobre os explorados. Esse Boletim traz as mesmas ideias e posições discutidas no "1º de Maio operário, socialista e internacionalista", do POR. Que viva a classe operária e demais explorados! Que morra a burguesia e o capitalismo apodrecido! O socialismo é o futuro da humanidade.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Nossa Classe especial**Aos operários do Parque São Lourenço****Denúncias de uma das fábricas do Parque São Lourenço**

São várias as denúncias feitas pelos trabalhadores dessa região. A começar pelos salários, que continuam baixos. Um ajudante geral ganha em média R\$ 1.200,00. Nenhuma família operária consegue sobreviver com esse valor miserável. E para piorar, tem uma fábrica que abusa mais ainda do trabalhador, principalmente dos que tem problemas de saúde. Corta a cesta básica, mesmo tendo apresentado atestado médico, ou comprovado a reposição das horas.

Agora, com o fim da quarentena, todos os operários ficam expostos ao contágio do coronavírus dentro da fábrica. Alguns operários saíram de licença. Os que ficaram, estão passando mal. Continuam trabalhando sem saber se estão infectados, e

com medo de perder o emprego.

Conclusão: As fábricas que tiveram mortes, ou afastamentos pelo coronavírus, viraram um polo de contaminação. Isso é um grande problema, principalmente para uma região empobrecida, e sem recursos hospitalares.

O Boletim Nossa Classe orienta os trabalhadores a constituírem uma comissão de controle e defesa da saúde e dos salários. A comissão deve comunicar aos órgãos de saúde pública para verificarem as condições de contaminação no interior da fábrica. Caso não respondam, a comissão deve convocar uma assembleia para discutir a paralisação da fábrica, para exigir providências.

Qual tem sido o papel do patronato, diante da contaminação?

Se antes da pandemia já ignoravam as reclamações, agora, com medo de diminuir os lucros, aumentaram a repressão sobre os trabalhadores. Os chefes se comportam como “cães de guarda”, chegando a dizer: “não está contente, pede as contas”.

O Boletim Nossa Classe entende que é preciso criar a comissão de fábrica, para ter força coletiva, na hora de responder as pressões do patrão.

Hospitais sucateados, superlotados e com falta de equipamentos

Os hospitais de São Mateus/Sapopemba estão superlotados, com falta de equipamentos e com número reduzido de médicos e enfermeiras. Os postos de saúde do município foram entregues às fundações privadas, que pagam baixos salários e sobrecarregam os trabalhadores. Nos bairros, as condições de saneamento básico são as piores possíveis.

O Boletim Nossa Classe defende o fim das fundações privadas. Luta pela expropriação de todo o sistema privado de saúde e constituição de um único sistema público, controlado por assembleias e comitês de bairros. É na hora da pandemia que os trabalhadores sentem a necessidade de defender uma saúde pública que esteja à altura das necessidades da população.

Que os sindicatos convoquem as assembleias

Enfrentamos não apenas a pandemia, mas também as demissões e a redução salarial.

O Boletim Nossa Classe luta para que os sindicatos convoquem as assembleias para organizar os trabalhadores diante da crise sanitária e econômica. A classe operária organizada pode defender seu próprio plano de emergência.

Constituir a comissão de fábrica

Essa pandemia veio mostrar que não existe nenhuma segurança de saúde para os trabalhadores. Não devemos baixar a cabeça diante dos patrões, que só pensam no lucro, e pouco se importam com a mortandade pelo coronavírus. É preciso formar uma comissão de fábrica, pela defesa da saúde e dos empregos. Se tiver CIPA, ela deve ser acionada. Se não tiver, chegou a hora de formá-la. E colocá-la sob a direção da comissão da fábrica.

O Boletim Nossa Classe apoia a organização e a resistência dos trabalhadores, diante dos perigos da pandemia.

Que os ricos paguem pela crise

É macabro o plano da burguesia (patrões) e dos seus governos. Sempre encheram os bolsos de dinheiro através da exploração dos trabalhadores. Diante da crise sanitária, trataram de correr para se protegerem mais ainda. Para isso, o governo e os deputados aprovaram a Medida Provisória 936, que permite aos patrões diminuírem os salários. Como vemos, os ricos não querem pagar por sua própria crise. Então, descarregam sobre os ombros dos operários.

O Boletim Nossa Classe defende que somente os ricos paguem pela crise. É contra que os sindicatos negociem a redução da jornada com redução de salários. Defende que se reduza a jornada, sem reduzir os salários. O trabalhador deve ser protegido, e não prejudicado ainda mais. A classe operária deve se unir para recuperar os empregos e os salários.

Adquira com o distribuidor de Massas: **R\$ 35**

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

SOCIALISMO OU BARBARIE

ANÁLISE DA PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

Boletim da Corrente Proletária Secundarista – Juventude em Luta, 3 de maio Quem é mais atingido pela crise?

O crescimento do número de mortos no estado de São Paulo e no País evidencia a fragilidade do isolamento e a desproteção médico-hospitalar. As massas se veem pressionadas pelos governadores a acatar o isolamento, por um lado, e pelos patrões do comércio e serviços, principalmente, a voltarem ao trabalho. Indo ao trabalho, se expõem ao risco do vírus. Ficando em casa, sofrem com os cortes de salários, as suspensões “temporárias” e as demissões. A barbárie social segue aumentando cada vez mais.

Com o fechamento das escolas, muitos dos jovens perdem uma de suas refeições fundamentais, sem ter condições financeiras de repor. Os míseros 600 reais concedidos pelo governo a uma parcela dos miseráveis não são suficientes para o sustento das famílias. Inclusive criou-se uma situação de filas enormes na Caixa Econômica Federal e nas lotéricas, que constituem uma verdadeira aglomeração, onde o coronavírus pode se espalhar ainda mais.

Como a Educação está sendo afetada?

Os serviços públicos em geral, e a Educação em particular, já vinham sofrendo antes da pandemia, com a intensificação da precarização. Os cortes orçamentários, a perseguição político-ideológica (Escola Sem Partido), a militarização e tantos outros problemas se tornaram mais graves com a ascensão do governo ultradireitista do Bolsonaro.

Agora, com a quarentena, a juventude também se vê diante da pressão pela aplicação do Ensino a Distância (EaD). A questão é que uma grande parcela não possui os meios materiais para assistir as aulas à distância (não tem acesso à internet, não possui um computador/smartphone, muitas vezes sequer tem energia elétrica etc.).

Qual tem sido a resposta das direções?

As direções estudantis (UNE, UBES, etc.) e sindicais têm respondido a esse quadro de crise com a campanha em favor do iso-

lamento social. Usou a recomendação da OMS para se contrapor aos evidentes absurdos disparados pelo presidente Bolsonaro, empregando essa tática com o objetivo de desgastar o governo, ou seja, com um interesse meramente eleitoreiro.

Simultaneamente, as direções têm tentado disfarçar sua inoperância com as práticas assistencialistas (doação de cestas básicas etc.), que em nada ajudam na organização política dos oprimidos, e só servem para amortecer a luta de classes, quando se trata de fazer o contrário, atijá-la.

A burguesia não comete o mesmo equívoco, tem aproveitado o momento para avançar em seus ataques. Aprovou a MP

936, de corte de salários e proteção aos capitalistas. Do ponto de vista da educação, tem avançado com o EaD. Isso tudo, sem que as direções estudantis e sindicais convocassem as massas exploradas para a resistência nas ruas. As atividades online, como o 1º de maio virtual, não passaram de uma impostura. A desmarcação do Dia Nacional de Luta, em 18 de março, marcou o início da passividade e imobilismo das direções.

Qual política a juventude deve defender?

Em nenhum momento, em nenhuma situação, por mais adversa que seja, como a da pandemia, não se pode renunciar à luta de classes. Os estudantes, o proletariado e demais explorados estavam e estão obrigados a tomar em

suas mãos as respostas à pandemia.

Devemos ir às ruas para defender o programa de emergência próprio da classe operária e rejeitar o Ensino a Distância. O momento de fragilidade do nosso inimigo de classe - a crise política - deve ser usado para fortalecer nossa luta e mostrar a farsa que é a ideologia burguesa de isolamento social. Mostrar que nenhum governo burguês nos serve, que a defesa de nossas vidas passa pela defesa das reivindicações elementares da maioria, em ligação com a estratégia do governo operário e camponês e da revolução proletária.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

O nono número da Revista Proletária revela os fundamentos ideológicos e objetivos econômicos que estão na base do avanço ao obscurantismo, à militarização e à privatização em todos os níveis do ensino. Desenvolve, fundamentalmente, as bandeiras e os métodos que estão na base do programa do proletariado, para construir uma nova educação produto da revolução proletária, e da construção do socialismo.

n° 9
Set 2019

Corrente Proletária na Educação – 27 de abril**Abaixo a intervenção do MEC no IFRN e no IFSC**

Bolsonaro/Weintraub em 20 de abril nomearam interventores para dois institutos federais, desconsiderando o resultado das consultas à comunidade acadêmica. O reforçamento do autoritarismo e nomeação de reitores biônicos atende à necessidade de impor as diretrizes privatistas e destruidoras, com a menor resistência possível. É necessário

que a comunidade universitária se erga contra esta medida e que defenda a real democracia no interior das universidades e institutos, com o fim da lista tríplice, eleição direta, voto universal e governo tripartite apoiado na soberania da Assembleia Geral de estudantes, professores e técnico-administrativos.

MEC/Weintraub utiliza a pandemia para legitimar ensino a distância

Em 18 de março, o MEC soltou uma Recomendação para que as disciplinas presenciais (com exceção de cursos da área de Saúde, como medicina) pudessem ser substituídas por aulas virtuais na rede federal. A modalidade EAD estaria liberada enquanto permanecesse a pandemia. Depois da recomendação, Weintraub já se utilizou das redes sociais para denunciar as universidades que apenas suspenderam os calendários, sem aderir ao Ensino a Distância (EAD) e sem preservar atividades de ensino.

No entanto, mais de 60% das universidades federais rejeitaram o ensino a distância durante a quarentena, suspendendo os calendários sem previsão de retorno. Isso porque mais de 70% dos estudantes das federais, nas graduações, tem renda per capita de até 1,5 salário mínimo. Sabe-se também que 1/3 da população não tem acesso à internet e mesmo onde há inter-

net a qualidade é péssima. A burocracia universitária, que conhece essa realidade, é mais consequente que o MEC, que só objetiva reduzir gastos, legitimar o EAD e impor seu uso em grande escala.

O ensino presencial, na sociedade capitalista em decomposição que ataca frequentemente o conhecimento acumulado e a ciência, já é limitado; com o EAD, a educação só tende a ser mais destruída.

Nem com pandemia nem em “condições normais” devemos aceitar a implementação do EAD. Trata-se do esvaziamento máximo da educação e desenvolve-se sob os interesses de mercantilizar ainda mais a educação. Não rejeitamos o uso das tecnologias (impossível de ser aplicado amplamente nas condições atuais), rejeitamos a substituição do ensino presencial. **Rechaçar a política do MEC/Weintraub! Abaixo o EAD!**

**USP****CRUSP enfrenta descaso da burocracia universitária**

Os estudantes que moram no Conjunto Residencial da USP (CRUSP) vêm sofrendo, desde o início da pandemia, com o descaso por parte da administração da universidade. Os restaurantes universitários foram fechados e os moradores passaram a ter de se deslocar e enfrentar filas para retirar marmitas. Os prédios da moradia padecem de problemas elétricos, hidráulicos, de iluminação, etc. As cozinhas se encontram inoperantes, assim como as lavanderias. Não há internet de maneira geral, e há poucas salas de estudo. Os moradores se encontram praticamente ilhados, com o passe estudantil cortado. Além da ocorrência frequente de problemas, como agressão às mulheres e surtos psicóticos, diante dos quais, a Superintendência de Assistência Social (SAS) se omite, sistematicamente.

Recentemente, a SAS comunicou que realizaria a testagem para o Covid-19 em todos os moradores do conjunto. Entretanto, no dia marcado para a testagem, comprovou-se se tratar de mais uma mentira por parte da burocracia. Tratava-se de um estudo científico, em que apenas 110 moradores tiveram suas amostras

coletadas. A partir de então, a SAS informou que realizaria novas coletas, mas somente para aqueles que preenchessem dois formulários online. Esses formulários apenas serviram de trava para a realização de novas coletas: primeiro, porque muitos moradores não têm acesso à internet, e, segundo, porque a própria SAS não realizou os agendamentos em sua totalidade, e encerrou os questionários. Isso ocorre na situação em que já existem, pelo menos, 4 moradores contaminados. Diante desse fato, todos os moradores deveriam ser testados, de maneira indiscriminada, assim como toda a população.

O POR tem atuado no CRUSP, desde antes do início da pandemia, com a distribuição de manifestos e boletins regularmente. Defendemos que somente os moradores organizados, com os métodos próprios da classe operária, serão capazes de enfrentar o descaso e a negligência por parte da burocracia universitária, de modo a se protegerem efetivamente do contágio, por isso, cobramos sistematicamente da gestão da Associação de Moradores do CRUSP (Amorcrusp) a convocação de uma assembleia geral de moradores.

Mais um ataque à vida dos trabalhadores

O governo ditatorial e militarista de Jair Bolsonaro/Guedes está aproveitando-se da crise provocada pela pandemia de Covid-19 para atacar a vida dos trabalhadores, avançando ainda mais na aplicação da reforma trabalhista.

Há uma denúncia da CUT, de que o governo federal planeja editar uma medida provisória (MP), permitindo que os patrões utilizem a força de trabalho “ociosa” de uma empresa em outra. Segundo o boletim, os trabalhadores poderão ser emprestados às empresas por um prazo de 120 dias, prorrogáveis por mais 120 dias. Pela proposta, o trabalhador poderá ser transferido para empresas, cuja demanda de trabalho tenha crescido mesmo com a pandemia, como nos casos dos supermercados, farmácias e indústrias de materiais de limpeza. O advogado da OAB, Fernando José

Hirsch, diz: “Mais uma vez, o objetivo da MP do governo é facilitar a vida do empregador, já que a empresa que está diminuindo a atividade pode livrar-se do pagamento de salário do trabalhador por até oito meses, no caso de renovação, e quem recebe o trabalhador por empréstimo não terá custo algum para demitir após esse período”.

Como se vê, essa será mais uma medida de proteção aos capitalistas. Desde já, é tarefa dos sindicatos denunciar essa proposta do governo. O que implica organizar a luta em defesa dos empregos e salários. Para isso, é preciso convocar as assembleias nas fábricas e gerais. Não será pela via parlamentar, pressão no Congresso Nacional, que legisla contra os trabalhadores de forma virtual, que derrotaremos mais essa investida de Bolsonaro contra a classe operária e demais explorados.

Colaboração da burocracia sindical dos borracheiros com o patrão

No dia 13 de março, os operários da fábrica Prometeon (antiga Pirelli) foram surpreendidos pela direção do sindicato, que foi até a porta da fábrica com um boletim cancelando a assembleia marcada para o dia 18. Um operário questionou o cancelamento da assembleia que iria discutir dois pontos: o convênio médico em que a empresa quer fazer mudanças, e o reajuste salarial. A direção do sindicato alegou que não poderia fazer a assembleia, por conta do vírus. Foi proposto que se fizesse dentro da fábrica, onde o espaço é enorme e permite distanciamento.

Surpreendentemente, no dia 16, a direção do sindicato convocou uma assembleia presencial. Ao invés de ter como objetivo a discussão do plano de saúde e dos salários, e, certamente, um plano próprio de emergência para enfrentar a pandemia e a crise econômica, a assembleia foi para defender a proposta dos patrões de redução salarial, ou seja, a aplicação da MP 936. Os burocratas usaram de argumentos sentimentais, como o de que “todos têm que fazer sacrifícios”, para comover os operários a aprovar o corte dos salários. O humanitarismo da burocracia sindical era unicamente para ocultar diante dos operários a sua política traidora de colaboração com os patrões.

Sem uma vanguarda classista no interior da fábrica, a maioria votou a redução salarial por 60 dias, prorrogáveis por 90 dias. Temerosos com a perda do emprego, a burocracia trouxe, na manga da camisa, a promessa de estabilidade por 8 meses. Está aí a importância da constituição da comissão de fábrica, eleita pelos operários, independente do patrão, para fazer frente à política dos capitalistas e combater a traição da burocracia sindical.

OPERÁRIOS DE UMA FÁBRICA NO BAIRRO DE SÃO MATEUS

O Boletim Nossa Classe recebeu de alguns operários a denúncia de que, dentro da fábrica, que produz “nécessaire” (bolsas pequenas) para a Natura, havia pessoas doentes. O patrão afastou-as por 15 dias, e depois retornaram ao trabalho. Mesmo sob suspeitas de operários doentes, a fábrica passou a produzir máscaras e, assim, pôde ser considerada como serviço essencial.

Diante dessa denúncia, foi distribuído um boletim especial do Nossa Classe, exigindo que o sindicato convocasse uma assembleia para aprovar a luta coletiva contra a pandemia e a manutenção dos empregos e salários. Ao mesmo tempo, procurou a direção do sindicato. Mas, como os operários já diziam, o sindicato é de “gaveta”, só serve para fazer as homologações. Agora, com o isolamento social, onde as direções sindicais estão na “gaveta”, a resposta ao pedido de convocação de assembleia não veio. Como a fábrica fica em um corredor fabril, os militantes do Nossa Classe denunciaram também na fábrica metalúrgica o que ocorria na empresa ao lado, e reivindicando que o sindicato metalúrgico realizasse uma assembleia de todas as fábricas do corredor. Até o momento, os burocratas do sindicato metalúrgico não moveram uma palha. Os operários continuam trabalhando, sob o terror da contaminação.

Telha Norte, depósito de material de construção, reduz salários

Em um breve comunicado aos trabalhadores, a empresa anunciou a decisão de reduzir a jornada e os salários por 60 dias. Demagogicamente, os exploradores usaram o linguajar de que é preciso proteger a saúde dos “seus colaboradores” diante da pandemia. Para isso, aboliu o termo trabalhador e adotou a farsa de “colaborador”, já comum entre os capitalistas. Assim, impôs a MP 936, redução da jornada (que passou para 6 horas), e redução salarial de 25%. Aboliu o horário de almoço, substituindo-o por um intervalo de 15 minutos para o lanche. Certamente, exigirá muita produtividade nessas 6 horas diárias, e economizará 25% da folha de salário de cada trabalhador. Como diz o ditado popular: “um negócio da China!”.

Sem a organização coletiva, os trabalhadores dessa grande empresa arcarão com o custo da crise econômica, agudizada pela pandemia. É fundamental que um grupo de trabalhadores mais consciente inicie a organização da comissão por local de trabalho, tendo em vista que a Telha Norte está espalhada por várias regiões da capital.

O “Drive Thru Solidário” da burocracia metalúrgica

O Sindicato Metalúrgico do ABC, PT, se mostrou exitoso com a campanha do “Drive Thru Solidário”, que arrecadou mais de uma tonelada de alimentos e roupas. Os burocratas ficam nos pontos determinados, e a pequena burguesia, dentro dos carros, entrega as sacolas. Usam as redes sociais para denunciar o governo que não cumpre o seu dever de auxiliar as famílias que estão no isolamento e, ao

mesmo tempo, ajudam o governo e os patrões realizando as assembleias virtuais para aprovar os acordos de suspensão dos contratos e redução salarial. Negam-se a convocar as assembleias para que a classe operária aprove seu plano de emergência e defenda seus empregos e salários. Anulam, assim, o instinto de revolta dos explorados contra o governo e os patrões, adotando o assistencialismo próprio das

igrejas e ONGs. Usam os sindicatos, organismos de resistência, para servir à política burguesa do isolamento social.

É preciso que os operários e os demais explorados reajam a essa política de conciliação de classes. É necessário, urgentemente, a formação das frações revolucionárias no interior dos organismos de classe, para que possam colocar para fora a burocracia colaboracionista.

Funcionalismo público na mira do Governo

Os servidores públicos, municipais, estaduais e federal, estão na mira dos governantes. Tramita no Congresso Nacional o PLC 39/20, que propõe o congelamento salarial até dezembro de 2021. O governo Bolsonaro chantageia Maia. A aprovação de recursos aos estados e municípios tem como exigência o congelamento salarial. Por anos a fio, os governos vêm arrochando o salário dos servidores. Agora, aproveitam a pandemia para exigir mais sacrifícios de quem está com a corda no pescoço.

Para ganhar o apoio da parcela de trabalhadores, que já teve a redução salarial, e contar com a campanha em favor do congelamento salarial dos servidores por parte dos meios de comunicação, Bolsonaro coloca no mesmo balaio todo tipo de servidor. É sabido que a imensa maioria ganha menos que 3 salários mínimos de fome, menos que o piso do Dieese de R\$ 4.366,51. Enquanto que uma extrema minoria de servidores, burocratas do Estado, recebe altos salários, e sempre está protegida pelas leis.

As direções sindicais vêm respondendo mais esse ataque com a suposta “pressão aos deputados”, agora, de forma virtual. Pior ainda é a insistência da CSP-Conlutas, em dizer *“ainda que não possamos tomar as ruas, vamos pressionar os deputados e mobilizar amplamente nas redes sociais para reverter esse absurdo”*, diz o dirigente Paulo Barela. Como se vê, as direções, sejam reformistas e centristas, continuam com o seu imobilismo, mesmo diante da enorme ofensiva dos governos e do patronato.

O POR vem fazendo campanha sistemática contra a política de conciliação de classes das direções. Defende que somente a força coletiva dos explorados poderá colocar em xeque as medidas nefastas dos governos e patrões. Defende que os trabalhadores devem ter seu próprio plano de emergência para conter a crise econômica e pandêmica. Levanta a bandeira “Que os capitalistas arquem com a crise que produziram”. E chama os sindicatos a convocarem as assembleias.

Reagir à farsa do ensino a distância em São Paulo

No dia 27 de abril, Doria impôs o engodo do ensino a distância na rede estadual de educação básica. A partir daí, o Secretário da Educação, Rossiele, faz diariamente as “Lives”, objetivando amenizar as críticas de professores, pais e estudantes. Críticas que vão desde a falta de acesso à internet por parte das famílias dos alunos até as dificuldades dos professores de se ajustarem a tal modalidade de ensino. Sempre com o tom de que é necessário “paciência” para se enquadrar a essa nova forma de ensino online. Portanto, pretende convencer aqueles que vivem diariamente a precariedade das escolas que o EaD é a forma de passar os conteúdos escolares aos alunos.

Certamente, depois da pandemia, os governos terão em mãos essa “modalidade” de ensino para ser imposta nos currículos escolares. É um mecanismo, que há muito, vem sendo anunciado pelos governantes, e visa a cortar recursos públicos à educação e abrir para as empresas privadas, que dominam esse negócio.

A direção da Apeoesp, diante de tamanho ataque ao ensino presencial, continua em quarentena. Recusa-se a convocar assembleia, para que os professores possam decidir sobre a EaD. É hora de reagir! Logo mais, Doria imporá o plano de reposição de aulas e o congelamento salarial até 2021, como exige Bolsonaro.

MASSAS
EDIÇÃO ESPECIAL
ORGÃO BISEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - Nº 580 - DE 7 A 28 DE JULHO DE 2019 - R\$ 5,00

**1989
2019**

30 anos construindo e...

Adquira com nosso distribuidor

**30 anos construindo
o Partido Operário
Revolucionário (POR)**

Lutas populares na pandemia

Vale lembrar que menos da metade dos leitos de UTI são controlados pelo SUS, embora 70% da população brasileira dependa exclusivamente deste sistema. Reflexo dessa situação, no dia 29 de abril, a população de Belém derrubou o portão do Hospital Abelardo Santos, em busca de atendimento. O estado do Pará não suportou os primeiros avanços da epidemia. Logo o SUS ficou na iminência de colapso. O que resultou na demora de mais de 20 horas para remoção dos corpos de quem estava morrendo em casa.

Em pleno surto pandêmico, as autoridades de diversas cidades reduziram a frota dos transportes urbanos, ampliando a aglomeração dos trabalhadores que, sem garantia de condições para permanecer em isolamento, tiveram de sair às ruas para trabalhar. Em Goiânia, o prefeito decretou que os ônibus municipais operassem somente com passageiros sentados. Através do sindicato patronal, os donos das empresas, que lucram milhões todos os meses, em vez de aumentarem a frota, reduziram, alegando que, diante da redução de passageiros, não podem manter os salários dos trabalhadores e garantir o combustível, solicitando ajuda financeira do Estado. Além disso, o escalonamento de horários para abertura de diferentes setores do comércio e serviços, proposto pela Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTC), de nada adiantou, uma vez que os usuários estão sendo obrigados a ficar horas aglomerados nos terminais ou andar por vários quilômetros. Diante dessa situação, no dia 27 de abril, trabalhadores organizaram um protesto no Terminal Maranata, impedindo os ônibus de circular, e exigindo que as empresas cumprissem os horários regulares de circulação.

A história do 1º de maio foi manchada pela política traidora

das centrais sindicais e movimentos sociais, pelo abandono da luta política nas ruas, refúgio nas redes virtuais e conciliação de classes, abrindo espaço no palanque remoto para os politiquinhos da burguesia. A nociva política das centrais, dirigidas pelo reformismo do PT e PCdoB, acatou a imposição burguesa de confinamento social, mesmo sem condições para que os trabalhadores pudessem ficar em suas casas. Apesar disso, pequenas manifestações de trabalhadores aconteceram. O ato organizado por profissionais da saúde, em Brasília, sofreu agressão de bolsonaristas. Já no dia 3 de maio, ativistas antifascistas dispersaram um ato da ultradireita em Porto Alegre. A polícia, no entanto, prendeu três desses ativistas. Em outras partes do mundo, houve manifestações, como no Chile, na Guatemala, na Turquia, no Paquistão, em Portugal e na Grécia.

No Líbano, nos dias 27 e 28, as massas foram às ruas nas cidades de Trípoli, Beirute e outras, para enfrentar a brutal crise econômica. Mesmo diante da imposição ao isolamento, as massas se negaram a aceitar a destruição dos empregos e salários, o custo de vida elevado, e a falta de condições para tratamento. Foram às ruas, incendiaram bancos, bloquearam vias, e enfrentaram a polícia.

As manifestações no Brasil, e em outros países, ainda que limitadas, mostraram que a luta de classes não cessa, mesmo sob o terrível perigo da pandemia, da enorme pressão da burguesia e da criminosa conciliação de classes, imposta pela burocracia nos sindicatos. Os explorados voltarão ao trabalho carregando esse peso nos ombros. Terão de se livrar das travas, que os impediram de reagir com a política revolucionária. Os exemplos de luta nas condições mais difíceis servirão de norte.

Pernambuco

Rodoviários bloqueiam garagem contra acordo de redução de salários

O pagamento da quinzena, após o acordo maldito do sindicato com a patronal para a implementação da MP 936, gerou revolta na categoria. Cobradores receberam apenas R\$ 69, e motoristas, valores em torno de R\$ 100, no dia 26 de abril. Mesmo com a redução salarial, o sindicato havia divulgado valores bem superiores. A empresa abusa, viola até o acordo rebaixado. Não bastassem as 3 mil demissões, ainda demite mais. Na garagem da Vera Cruz, a revolta virou ação direta.

Na madrugada do dia 27 de abril, os trabalhadores pararam a garagem que fica na BR-101, em Jaboatão dos Guararapes. Desde as 3h, nenhum ônibus saiu da garagem. A paralisação afetou cinco terminais integrados. Os trabalhadores formaram uma comissão, e reivindicavam o pagamento integral da quinzena, devolução de descontos indevidos, readmissão dos demitidos e equipamentos de proteção.

O ato não foi organizado pelo sindicato, mas sim por opositores eleitorais da atual gestão. Foi dirigido por uma liderança do grupo Família Rodoviária, grupo que participou de manifestações contra as demissões dos cobradores, em 2018, e mon-

tou uma chapa apoiada pela UGT (central ligada a partidos burgueses e que negociou com Temer a reforma trabalhista). O presidente, Aldo Lima (PSOL-Resistência), ao chegar, passou por cima da comissão dos trabalhadores, e foi negociar com o diretor da empresa Vera Cruz o retorno ao trabalho. Orientou os rodoviários que estavam protestando a sair de perto das lideranças, para não serem demitidos por justa causa. Caracterizou o ato como sensacionalismo e oportunismo de gente que perdeu, referindo-se ao fato dos organizadores serem da chapa 3, derrotada nas últimas eleições.

O conteúdo da revolta, porém, era real. Não era sensacionalismo. As falas no protesto eram: "Sabe o que significa isso, receber R\$ 69? Sem água, sem luz?". "EPI já". Não se pode desprezar o ato por sua direção. Os trabalhadores lutam com a direção que encontram. E, o fato é que a direção do sindicato não tem atendido ao anseio de luta, ação direta, para combater os ataques da patronal e governo. Só oferece atos virtuais, presença sobre o governador e apelos ao judiciário. Enquanto isso, os trabalhadores trabalham em ônibus lotados, frota reduzida,

sem proteção. Ao menos quatro da categoria já morreram com a Covid-19. O sindicato foi criticado, chamado de “enrolão”. Indignados, os trabalhadores denunciavam: “em pouco tempo de gestão, já fez o acordo que as empresas queriam”. Parte dos trabalhadores afirmou que não acataria o que Aldo negociasse. O protesto durou até as 7h40. Cinco trabalhadores foram demitidos por justa causa. O sindicato não noticiou esta luta, e não fez nenhuma campanha contra as demissões.

No dia 6 de maio, 50 rodoviários demitidos foram protestar no sindicato, foram recebidos. Muitos não receberam verbas rescisórias, FGTS, não conseguiram dar entrada no seguro desemprego. Ouviram as explicações jurídicas, e receberam cestas básicas. A direção do sindicato, ao se colocar no campo do legalismo, desarmou os trabalhadores. A justiça é de classe. A pro-

messa da reversão judicial só vai sendo adiada. A Justiça, que é rápida para multar o sindicato, deu mais prazo para as empresas darem informações sobre as demissões após o acordo.

Distribuímos o Boletim Nossa Classe nesta garagem. Os trabalhadores estão revoltados com a patronal e com o sindicato. Não diferenciam a direção do sindicato, pretendem se vingar com uma desfiliação em massa. Apontamos que o caminho é o de exigir a assembleia, a retomada da luta. A desfiliação só vai favorecer a patronal. A revolta dos rodoviários tem uma base objetiva: a gestão traiu os trabalhadores, que votaram com a promessa de um sindicato de luta e defesa intransigente dos empregos, salários e direitos. O POR trabalha, por meio do boletim Nossa Classe, para politizar a categoria e construir uma direção revolucionária no movimento.

Ceará:

Medidas dos Governos Camilo Santana (PT) e Roberto Claudio (PDT) penalizam trabalhadores e estudantes

Camilo demora um mês e meio para pagar auxílio a estudantes

No Ceará, por conta do isolamento social, as aulas foram suspensas, desde meados de março. Os estudantes do ensino médio e fundamental não puderam mais ser assistidos com a merenda escolar. Na rede municipal de Fortaleza, a prefeitura, como medida de compensação, passou a entregar kits de cestas básicas, com os alimentos usados na merenda, para os pais de alunos. A merenda feita na escola permite que os pais poupem o suado dinheiro com gás de cozinha. Com a merenda dos alunos sendo feita em casa, a prefeitura é quem poupa com o gás nas escolas e repassa essa despesa para o bolso das mães/pais humildes.

Na rede estadual, por sua vez, o governo Camilo Santana (PT) ignorou a merenda. Fez vista grossa ao fato de que muitos alunos, embora no ensino médio, têm, na merenda servida, sua única refeição do dia. Para contornar essa situação, o governador implementou, apenas agora, um vale alimentação de R\$ 80,00 – que está mais para ‘vale migalha’! Além do valor ser uma esmola, será parcelado em 2 vezes. A Corrente Proletária Secundarista, que está na direção do grêmio da Escola ABS, juntamente com independentes, denuncia o atraso e o valor irrisório da ajuda. Chama os

estudantes a lutar por seus direitos, e a não aceitar nenhuma penalização da juventude.

Roberto Claudio (PDT) anuncia suspensão de férias e abono dos professores

No dia 20 de abril, o prefeito Roberto Cláudio publicou o decreto 14.652/20, que estabelece a suspensão do gozo de

precisa ser respondido com luta. Aceitá-lo significa aceitar que o funcionalismo pague pela crise.

A Corrente Proletária na Educação/POR denuncia os governos petista e pedetista e suas medidas de retirada de direitos. Por serem governos burgueses, mais cedo ou mais tarde, farão a cobrança da fatura pelos gastos com a pandemia. Não pode haver a menor dúvida de

O confisco de 1/3 precisa ser respondido com luta. Aceitá-lo significa aceitar que o funcionalismo pague pela crise.

férias de servidores, que implica em pagamento de abono de férias (1/3 sobre o salário), até 31 de dezembro de 2020. Isso significa na prática, um confisco da bonificação dos professores, e abre margem para que o prefeito não pague o complemento do reajuste salarial deste ano (em 8,5%), prometidos para setembro. A diretoria do Sindiute (PT), aliada do prefeito, apenas lamenta e diz que é melhor isso do que ter atraso de pagamento, como já vem ocorrendo em outros municípios.

Os professores, por sua vez, têm sido obrigados a passar tarefas domiciliares aos alunos, continuar a fazer seus planejamentos, e estar em grupos de redes sociais para orientar os estudantes. Portanto, estão trabalhando, ainda que em regime domiciliar. O confisco de 1/3

que o funcionalismo pagará caro, seja na forma de arrocho, seja na de suspensão de licenças, progressões, promoções etc. Denunciar estes ataques e a colaboração das burocracias sindicais é um dever de todos os lutadores e ativistas classistas.



Rio Grande do Norte

IFRN: GOVERNO FEDERAL NOMEIA REITOR ELEITO, DEPOIS SUSPENDE NOMEAÇÃO

No último 1/05, a 4ª Vara da Justiça Federal do RN (1ª instância) havia determinado a suspensão dos efeitos da portaria que nomeou o interventor Josué Moreira, e a nomeação do reitor eleito José Arnóbio. O governo federal, por meio da Advocacia Geral da União (AGU), entrou então com um pedido de prorrogação de prazo para cumprir a decisão judicial, que foi indeferido pela 4ª Vara da Justiça Federal do RN, fazendo com que o governo federal nomeasse o reitor eleito, na tarde do dia 6/05.

Mas, nesse mesmo dia, a AGU entrou com recurso no TRF5 (2ª instância), que foi aceito com efeito suspensivo do ato de nomeação. Dessa forma, algumas horas depois de ter nomeado o reitor eleito José Arnóbio, o governo federal suspendeu a nomeação, e restabeleceu o interventor Josué Moreira no cargo de reitor. Essa reviravolta tomou de surpresa a comunidade escolar. O SINASEFE e a REFIG (Rede de Grêmios do IFRN), junto ao eleito José Arnóbio, já haviam realizado um ato simbólico da posse do reitor, comemorando a “conquista do movimento”, quando veio a notícia da suspensão da nomeação.

Durante todo o processo de intervenção, o SINASEFE e a REGIF se têm limitado à disputa judicial, e a realizar pressões nas redes sociais, e um “plantão democrático” na reitoria, além de intervenções em rádios, outdoors e “lives”. Somam-se a isso, de-

zenas de notas de servidores e estudantes dos vários campi do IFRN, em rechaço à intervenção. Mas, nada disso foi suficiente para expulsar o interventor.

A nomeação do reitor eleito e a posterior suspensão da portaria refletem, na verdade, a divisão no seio da burocracia estatal, em particular na justiça burguesa. A isso, soma-se o fato de que o interventor Josué Moreira sequer conseguiu constituir sua equipe, uma vez que parte dos burocratas universitários recém nomeados logo pediram exoneração, pressionados pelo rechaço da comunidade escolar, assemelhando-se a ratos pulando fora de um barco afundando. Isso reflete o tamanho da crise institucional no interior do IFRN, que tem tido seu centro de gravidade em torno das cisões no seio da própria burocracia universitária, sem que os movimentos estudantil e sindical consigam se colocar no terreno da independência política e com seus métodos próprios de luta.

A direção do SINASEFE e a REGIF têm se submetido às pressões da “opinião pública” e da forma burguesa de isolamento social, evitando mobilizar a comunidade escolar contra a intervenção do governo federal, sob a justificativa de evitar aglomerações. O fato é que, sem manifestações de rua e nos campi, os trabalhadores e estudantes da IFRN não serão capazes de impedir a ação autoritária do governo de nomear o interventor.

Denúncias

Dois militantes do MST são assassinados no Rio Grande do Sul

Dois militantes do MST foram brutalmente assassinados por pistoleiros, diante de suas famílias. Trata-se de Adão do Prado, 59 anos, e Airton Luis Rodrigues da Silva, 56. Militantes do MST, desde meados dos anos 2000.

Os crimes aconteceram no Assentamento Santa Rita de Cássia II, em Nova Santa Rita (RS), município próximo a Porto Alegre, no último dia 30. Os assassinatos se inserem na ofensiva da barbárie capitalista, que recai sobre o campo brasileiro. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, dos 32 assassinatos por conflitos no campo, 28 foram motivados por disputa por terra.

No dia 2 de maio, o acampamento Fidel Castro, no Sertão de Alagoas, também registrou ataques de pistoleiros, que efetuaram tiros, durante a madrugada, como ameaça às famílias do acampamento.

A marcha da barbárie no campo avança em meio à crise do coronavírus e à incapacidade política das organizações dos trabalhadores, que estão sob a política da colaboração de classes de suas direções. É preciso

erguer os Tribunais Populares para punir os crimes da burguesia. A luta por terra e por Justiça aos que tombam nesta luta se dá juntamente com a luta pela derrubada revolucionária da burguesia no poder e defesa de um governo operário e camponês.

Vinte anos de impunidade da burguesia e seu Estado pelo assassinato de Antonio Tavares

Em 2 de maio, completaram-se vinte anos do assassinato do pequeno agricultor paranaense e militante do MST, Antônio Tavares, deixando a vida com 38 anos, e pai de 5 filhos. Antônio fazia parte da caravana dos trabalhadores sem terra rumo à Curitiba, em Marcha pela Reforma Agrária, em comemoração ao dia do trabalhador do ano de 2000, quando foi alvejado por Policiais Militares, a mando de Jaime Lerner (então PFL).

O crime escancara a participação do Estado na opressão contra os camponeses sem-terra. A marcha contava com 2 mil participantes, que foram recebidos a tiros

pelas forças repressoras do Estado, que tinha a missão de impedir que a marcha chegasse à capital. Outros 185 camponeses ficaram feridos.

Em 2012, o Tribunal de Justiça do Paraná condenou formalmente o Estado pelo crime, mas o inquérito continua pendente. O executor e os mandantes permanecem impunes, e a família continua sem reparação. Confirma-se que a Justiça burguesa não é capaz de punir os crimes de sua classe contra os explorados e oprimidos.

O assassinato de Antonio Tavares é um crime contra todos os lutadores. Nesse momento, inúmeros continuam a ser assassinados com a conivência do Estado burguês, quando este não é o próprio assassino. A defesa da luta dos trabalhadores sem-terra é parte fundamental da luta contra o capitalismo que mata, e é incapaz de fazer justiça aos explorados. Apenas os próprios trabalhadores e oprimidos podem fazer justiça à sua luta, com a construção dos Tribunais Populares para que a burguesia pague pelos seus crimes.

Brasil

1º DE MAIO, PRATICAMENTE INEXISTENTE

De quem é a responsabilidade?

4 de maio de 2020

Centrais, sindicatos, movimentos populares e partidos de esquerda, salvo exceções, colocaram-se por não organizar o 1º de Maio. Acharam um meio cômodo, que foi o de pronunciar discursos impotentes, por meio da internet. Em alguns casos, pediram que a população batesse panelas, ou colocasse cartazes nas janelas de suas casas e apartamentos.

Não poderia haver maior prova de incapacidade política e organizativa das direções, diante da gigantesca crise sanitária e econômica. Subordinadas à política da burguesia e seus governos, se envolveram na bandeira “salvar vidas” da OMS, para justificar a mais completa paralisia. Faltou apenas o agradecimento dos capitalistas e de seus governantes pelo fato de os burocratas ficarem em casa e auxiliarem na tarefa de evitar qualquer tentativa de resistência e revolta dos explorados.

A pandemia continuava e continua atingindo os mais pobres. A saúde pública não era e não é capaz de defender os mais necessitados. Os trabalhadores, que foram confinados em suas casas, ou tiveram os salários reduzidos, ou foram demitidos. Os milhões, que sobrevivem das atividades informais, ou receberam uma miserável ajuda, ou ainda aguardam nas filas das agências bancárias. Certamente, milhões não receberão nada. Trabalhadores da saúde não contam com os equipamentos de proteção, ficando, portanto, expostos ao contágio. Milhões continuaram indo ao trabalho, em setores considerados essenciais, e mesmo nos não-essenciais. Prefeitos e governadores autorizaram a redução do número de transportes coletivos, assim a parcela da população, que obrigatoriamente tinha e tem de ir ao trabalho, se amontou e se amontoa crescentemente nos terminais e coletivos. A classe que pôde melhor se proteger com o isolamento social foi a pequena burguesia.

Esse retrato, pelo menos no Brasil, é de um realismo atroz. No fundamental, isso se verifica no mundo inteiro. É bom tomar como paradigma o que se passou e se passa na maior e mais rica potência mundial – os Estados Unidos. Nem mesmo as denúncias de contaminação dos trabalhadores da Amazon, Target, Instacart, Walmart, FedEx, etc. levaram os burocratas sindicais dos Estados Unidos a convocarem a manifestação do 1º de Maio. Pela primeira vez, na América Latina, não se realizou o 1º de Maio nas ruas.

Nas mais diversas situações, com maior ou menor rigidez do confinamento social, a burocracia sindical seguiu os ditames dos governos, e as correntes de esquerda, ou a seguiram, com o argumento de não expor os trabalhadores ao risco, ou se valeram do argumento da proibição. De maneira direta ou indireta, aberta ou disfarçada, ocultaram sua posição pequeno-burguesa, vestindo a máscara do perigo da pandemia. A olhos vistos, porém, a política burguesa do isolamento social não protegia os pobres e miseráveis. Não protegia milhões, que tiveram e têm de ir ao trabalho. Não era aplicável nos cortiços e favelas. As bases materiais e sociais indicavam, antecipadamente, que a política burguesa do confinamento iria fracassar.

A impossibilidade do capitalismo de utilizar plenamente a ciência, a tecnologia médico-hospitalar, a indústria farmacêutica e os meios laboratoriais, para defender os explorados em geral

e, principalmente, os pobres e miseráveis, era visível. Sem esses meios, a pandemia, inevitavelmente, atingiria as camadas sociais subnutridas e enfraquecidas, por força da superexploração, desemprego e subemprego. Não havia, portanto, como ocultar o caráter de classe da política burguesa do isolamento social. Em outras palavras, a aplicação do isolamento social, reconhecido como prática científica, protege apenas as camadas com mais recursos. Não podendo ser aplicada universalmente, divide a população entre os que serão protegidos e aqueles que ficarão à mercê da pandemia. A ciência, seus métodos e sua tecnologia são aplicáveis somente na forma de capital. Como parte das forças produtivas, estão condicionados pelas relações de produção, pelo domínio da propriedade monopolista. Essa condição econômica dita seu alcance social, inclusive nacional.

A OMS, em 11 de março, recomendou um mesmo remédio ao mundo, o isolamento social. O que é compreensível, uma vez que não se tem vacina, remédio antiviral, etc. Não considerou, no entanto, as condições de cada país. Não determinou uma forma de cooperação emergencial entre os países. Não levou em conta os países de economia atrasada, que são a imensa maioria, nos diversos continentes. Não estabeleceu uma escala de valor, para que as nações mais ricas contribuíssem ao combate mundial à pandemia.

O coronavírus se internacionalizou, mas as respostas se deram nacionalmente, cada país de acordo com suas possibilidades e interesses da burguesia. Em nenhum momento, a guerra comercial refluiu, pelo contrário, se agravou. Mesmo na União Europeia, o Norte, mais bem apetrechado, ficou por cima do Sul, alquebrado. Os Estados nacionais das potências podem aumentar suas dívidas, enquanto os Estados semicoloniais estão limitados pela dívida, que já não conseguiam pagar. É nesses marcos que se evidencia o caráter de classe e a dominação imperialista das respostas à pandemia. Ocultar ou desconhecer esse conteúdo, em nome de “salvar vidas”, resulta em desarmar o proletariado, e submetê-lo à vontade imperial dos governos. É o que se passou com a decisão das centrais, sindicatos, movimentos e correntes políticas que assumiram a tese de que a única resposta possível era a do confinamento social. Sem suas organizações de massa, e sem uma direção revolucionária, o proletariado não teve outra via, senão a apresentada pela burguesia de cada país. Fora da produção, dividido e atomizado, não teve como levantar seu próprio programa.

Era inevitável que houvesse divergências no interior da política burguesa, internacional e nacionalmente. Trump se deu ao luxo de descredenciar a OMS. Angela Merkel desdenhou os italianos e espanhóis. Boris Johnson aproveitou para dar aparência de quem cuida bem dos ingleses. Emmanuel Macron posou de humanitário fracassado aos olhos da Europa. Pedro Sánchez e Giuseppe Conte resmungaram diante da inflexibilidade do Banco Central Europeu. A classe operária e demais explorados não fizeram senão assistir às discórdias interburguesas.

O Brasil se destacou como o mais problemático entre os países semicoloniais. Não seguiu a ordem de manter a “união nacional”,

em torno à orientação da OMS, apesar das divergências que ocorreriam em virtude dos interesses econômicos das distintas frações burguesas. Bolsonaro e Doria se destacaram como se fossem verdadeiros adversários. O presidente da República se postou como defensor da economia e dos empregos; o governador de São Paulo e aliados, como protetores da vida.

A classe operária e demais explorados não puderam contestar essa impostura, colocando-se em caminho oposto ao dos interesses da burguesia. As suas organizações sindicais e populares se dissolveram. As direções burocráticas, suspensas no ar, tiveram de se apoiar inteiramente na política dos governadores. As correntes de esquerda, ou se diluíram, ou se semidiluíram como organização, permanecendo à sombra das manobras da aliança burocrática entre a CUT e a Força Sindical. Refugiaram-se nos temores da pequena burguesia, que tinha condições de cumprir disciplinadamente a política burguesa do confinamento. Eis por que, sem exceção, não defenderam que as centrais convocassem o 1º de Maio. Essa atitude passiva e capituladora já havia sido apresentada, quando não reagiram ao cancelamento do “Dia Nacional de Luta”, 18 de março, pelas centrais. A vanguarda revolucionária, ainda que, sem condição de convocar uma manifestação nas ruas, tinha o dever de denunciar as centrais, por não convocarem as manifestações, e por fraudarem o 1º de Maio com o palanque virtual. Pior ainda, foi o 1º de Maio da CUT, Força Sindical e aliados que entregaram a tribuna virtual a politiquinhos, como Lula, Fernando Henrique Cardoso, Ciro Gomes, etc.

Era obrigatório levantar a bandeira: *“Que as centrais rompam com a política de conciliação de classes, e convoquem os trabalhadores a se manifestarem em defesa de um plano próprio de emergência”*.

A abolição do 1º de Maio foi decidida antecipadamente. A burocracia sindical colaborou com o governo, Congresso Nacional e burguesia, negociando acordos de redução salarial. Submeteu a classe operária e demais trabalhadores, divididos e dissolvidos, à MP 936. Essa mesma conduta teve a burocracia em várias partes do mundo. Nota-se que, concretamente, a defesa da política burguesa de isolamento social levou as direções burocráticas a desarmarem a classe operária, diante das medidas que descarregam a pandemia e suas consequências econômicas sobre as costas da maioria oprimida. As correntes de esquerda, que não lutaram abertamente contra essa política, acabaram por se comprometer.

A inércia e a pasmaceira do 1º de Maio foi, no entanto, quebrada por mobilizações em alguns países. No Líbano e Turquia, os manifestantes foram duramente reprimidos. No Paquistão, organizações sindicais e movimentos promoveram, em Karachi, protestos, desafiando o governo. Na Grécia, a manifestação na Praça do Syntagma, em frente ao Parlamento, não acatou o pedido do governo para que não ocorresse. Em Portugal, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) dirigiu o ato de 1º de Maio, ainda que limitadamente. Essas manifestações tiveram em comum a defesa dos empregos e salários. Via de regra, contra as medidas antioperárias dos governos. Esses protestos de rua são a prova de que era possível, em todo o mundo, a convocação do 1º de Maio. Mesmo nos países onde havia proibição expressa, como no caso da França, etc., as centrais, sindicatos, movimentos e correntes de esquerda poderiam encontrar uma forma de se manifestar, como foi feito na Turquia, onde impera uma ditadura sanguinária.

O 1º de Maio de 2020 passará para a história, não apenas por sua abolição, como também pelas tentativas classistas de romper a inércia, mesmo que limitada a alguns países. No Brasil, o Partido

Operário Revolucionário (POR) fez a campanha, nos corredores fabris, com a bandeira: *“Que a as centrais, sindicatos e movimentos convoquem o 1º de Maio”*. Não teve como convocar um ato de rua, dado o seu caráter embrionário. Realizou um ato em sua sede, onde reuniu a militância e simpatizantes, para levantar os punhos cerrados em defesa do “1º de Maio operário, socialista e internacionalista”, bandeira do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. O ato do POR resultou da campanha sistemática em defesa de um plano de emergência próprio dos explorados; rejeição de todas as medidas reacionárias do governo e Congresso Nacional; convocação das assembleias em todos os sindicatos, preparando-se para a volta ao trabalho; constituição dos comitês de defesa sanitária, emprego e salário; resposta à crise de governabilidade com a política de independência de classe; organização dos explorados sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias. O ato concluiu com o hino da Internacional Comunista.

A burocracia sindical conseguiu eliminar o 1º de Maio de 2020, mas não teve e não tem como contornar as condições objetivas de desintegração do capitalismo. A classe operária e demais explorados, que já estão voltando às fábricas, ao comércio, aos bancos, etc., se deparam com a perda salarial, a precarização das condições de trabalho e a ameaça de demissões. A informalidade se agigantou. Esses trabalhadores, desgarrados da classe operária, concorrerão brutalmente no comércio de rua. O contingente de novos desempregados exigirá trabalho. Os capitalistas e seus governos, não apenas não terão como atender às necessidades da crise social, como estarão obrigados a dar continuidade às medidas antioperárias e antipopulares.

A vanguarda com consciência de classe tem a seu favor as tendências instintivas de revolta dos empregados, desempregados, subempregados e informais. A classe operária, porém, é a única classe capaz de unificar e dirigir os oprimidos, em defesa de suas condições de existência, e contra o poder econômico e político da burguesia. Os movimentos que se vinham gestando e se manifestando antes da pandemia, interrompidos pela catástrofe sanitária e pela política de colaboração de classes, obrigatoriamente, reatarão seus elos, voltarão com mais força e impulso, chocando-se com suas direções traidoras. A vanguarda revolucionária deve dar continuidade à defesa do plano de emergência próprio dos explorados, e da estratégia de poder do proletariado.

A crise de direção, que se apresentou de corpo inteiro, no vendaval da pandemia, obriga a militância classista, que se equivocou, a rever as posições de suas direções partidárias e sindicais. A tarefa de pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista, baseado nos Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista, e no Programa de Transição da IV Internacional, galvaniza as exigências históricas, que emergem da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção; que emergem do capitalismo da época imperialista, que é de decomposição econômica e barbárie social.

Que os capitalistas arquem inteiramente com a crise sanitária e econômica!

Somente a classe operária organizada pode responder à desintegração do capitalismo!

Lutemos com o programa da revolução e ditadura proletárias!

Organizemos a classe operária e demais explorados sob os fundamentos e a política do internacionalismo proletário!

1º de Maio virtual das Centrais sindicais

A “Live” do 1º de Maio preenche mais de seis horas de vídeo. Apresentamos a seguir uma análise sintética dos principais pronunciamentos. Participaram da teatralização representantes de diversos partidos (PT, PCdoB, PL, PDT, PSB, Solidariedade, Rede, PV, PSDB), movimentos (Marcha Mundial das Mulheres, MST etc.), Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, e centrais sindicais (CUT, Força Sindical, CTB, UGT, Intersindical, CGTB, CSB, NCST e Pública). Chama a atenção, nessa lista, a presença de partidos burgueses direitistas. É bom lembrar que PSDB, solidariedade, Rede, PV, PL e PSB participaram do golpe de Estado de 2016, que derrubou o governo petista de Dilma Rousseff.

Alguns pontos orientaram o conjunto das intervenções: a pandemia e “defesa da vida”, como não poderia deixar de ser, figuraram como personagens principais, acompanhadas das coadjuvantes, crise econômica e defesa da “Democracia”. Aproveitaram para expor o que há de comum da frente burguesa oposicionista em relação a Bolsonaro, quanto à política de isolamento social. A “Live” esteve, desse modo, apoiada inteiramente na bandeira do “FiqueEmCasa”, do governador Doria. Foi necessário justificar a não realização das manifestações de rua. Reinou, assim, um discurso piegas de valorização da “solidariedade e da liberdade”. Em outras palavras, um 1º de Maio de combate nas ruas seria ofensivo a tais valores.

O apelo geral à “unidade” resultou na defesa da tática oportunista, eleitoreira e capituladora da “frente ampla” (como o fizeram explicitamente Iago Montalvão/UNE, Ubiraci Dantas/CGTB, Randolfe Rodrigues/Rede e o Adilson Araújo/CTB). Tática que, na prática, significa unidade com a burguesia, mais especificamente com Doria, Maia, Alcolumbre, governadores e toda essa laia. Alguns expressaram essa linha sem disfarces, outros a floream. A exceção coube ao Índio, que participou pela Intersindical (lembrando que o PSOL se retirou na véspera do ato virtual). Depois exaltar a “importância da unidade em defesa da democracia”, e dizer que “essa é uma luta ampla” (mostrando que a divergência não é tão profunda assim), procurou parecer um crítico dos aliados que fazem o jogo duplo, apoiando “a agenda de ‘deformas’ de Bolsonaro (que) conta com apoio de Rodrigo Maia, Davi Alcolumbre, do PSDB de Doria e FHC, da maioria do Judiciário, como o presidente Toffoli e, principalmente, da grande mídia, em particular da Rede Globo”.

Houve quem tocasse no assunto da crise econômica, mas, para logo a seguir, falar, genericamente, da “necessidade da luta” em defesa do SUS e da Saúde pública, da ampliação da rede de proteção social, dos empregos e da renda. Neste ponto, abundaram as declarações acerca do auxílio emergencial, votado no Parlamento, particularmente a “vitória” sobre o governo Bolsonaro, com a elevação de R\$ 200 para R\$ 600. Típica atitude da burocracia sindical, que precisa sobrevalorizar as migalhas negociadas com a burguesia, para fazer demagogia (seguiram essa trilha: Manuela D’Ávila, Luciana Santos e Adilson Araújo (PCdoB), Dilma Rousseff (PT), Miguel Torres e Paulinho (Força sindical, Solidariedade) da Força, Ricardo Patah (UGT)).

O problema da crise política também esteve presente. Mas, não para expor a sua real natureza, isto é, como uma disputa interburguesa, com raízes na crise econômica. Os discursos giraram em torno da denúncia dos crimes cometidos por Bolsonaro, de sua

“falta de sensibilidade”, para concluir com a ideia de que se trata de um presidente “inepto”, que precisaria ser “afastado” (termo empregado pelo presidente da CUT, Sérgio Nobre). Seguindo essa linha, levantam-se a bandeira de “renúncia” (defendida por Miguel Torres, presidente da Força Sindical, argumentando que o “impeachment é muito demorado e muito sofrido para o país”), defesa de “novas eleições”, e variantes dessa consigna (Índio, Sérgio Nobre e Sonia Coelho, da Marcha Mundial das Mulheres). Prevaleceu, no final das contas, a bandeira genérica do “Fora Bolsonaro”, empunhada por quase todos os oradores, circundada pela defesa da “Democracia” burguesa, em abstrato.

As declarações mais bombásticas se concentraram no tema das opressões. Foram várias as denúncias quanto ao aumento da violência sobre as mulheres, negros e LGBTs durante a pandemia. Esses representantes do movimento pequeno-burguês evidenciaram, de corpo e alma, seu vínculo com a política burguesa. É no momento mais difícil do tamanho de uma crise, como a da pandemia, que atinge profundamente os mais pobres e oprimidos, que se observa a impotência do movimento feminista, LGBR, etc.

Foi necessário justificar a não realização das manifestações de rua. Reinou, assim, um discurso piegas de valorização da “solidariedade e da liberdade”. Em outras palavras, um 1º de Maio de combate nas ruas seria ofensivo a tais valores.

A cereja do bolo coube aos ex-presidentes Lula e Dilma, além do candidato petista na última eleição e ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad. Foi um festival de hipocrisia.

Lula tentou radicalizar no discurso: “No mundo que eu espero, depois da tragédia do Coronavírus, o coletivo haverá de triunfar sobre o individual, a solidariedade e a generosidade, triunfarão sobre o lucro”. Chegou a falar em um “capitalismo com os dias contados”. “A tragédia do Coronavírus expôs, à luz do sol, uma verdade inquestionável, o que sustenta o capitalismo não é o capital, e sim, nós, os trabalhadores. Essa verdade é a nossa velha conhecida, que está levando os principais jornais econômicos do mundo, a bíblia da elite mundial, a anunciarem que o capitalismo está com os dias contados, e está mesmo, está moribundo, e está em nossas mãos, mãos dos trabalhadores a tarefa de construir esse novo mundo que vem aí”. E concluiu: “Espero que a tragédia do Coronavírus seja a parteira do verdadeiro mundo novo que sonhamos”. Enquanto Lula quer convencer os explorados de um sonho, a burguesia descarrega a brutal crise sobre a maioria oprimida, e o PT e a CUT colaboram desavergonhadamente com a aplicação da MP 936.

Dilma, que assumiu o legado lulista, dando continuidade, e até aprofundando o caráter burguês do governo, usou a “Live” para dizer: “Bolsonaro é omissivo quanto à crise social que se avizinha, com o desemprego em massa e a perda de renda de milhões de famílias. Em vez de proteger os trabalhadores e os mais vulneráveis, ele os entrega à própria sorte”. E continuou: “O governo tem dinheiro para ajudar os bancos, mas nega apoio aos trabalhadores, que estão perdendo condições de vida para se sustentar”. É bom lembrar da poderosa onda de desemprego, que se levantou em seu governo, particularmente, no segundo. É bom lembrar o Plano Levy, as MPs 664 e 665, que

retiraram direitos dos trabalhadores.

Haddad manteve o tom hipócrita, defendendo a necessidade de “impedir os retrocessos” e “combater os neoliberais, que estão dilapidando nossos direitos”. Nenhuma palavra sobre os retrocessos e ataques “neoliberais” de Lula e Dilma, além do período em que esteve à frente da prefeitura paulistana. Basta lembrar que o projeto de destruição da Previdência do funcionalismo municipal, que acabou sendo aprovado a seguir pelo tucano Bruno Covas, foi deixado como um “presente” do “professor” Haddad, ao apagar das luzes de seu mandato.

O 1º de Maio virtual das centrais, sindicatos, movimentos e

partidos burgueses constituiu em uma farsa, cujo custo é pago com o estilhaçamento da classe operária e anulação de suas organizações sindicais. O Partido Operário Revolucionário denunciou a política de colaboração dos reformistas, centristas e burocratas sindicais, por terem capitulado ou se adaptado a política de isolamento social. O 1º de Maio virtual confirmou, com todas as letras, essa denúncia. Experiência desse porte se reverterá em favor da luta pela independência de classe operária e demais oprimidos, caso a vanguarda com consciência de classe extraia todas as lições para continuar o combate à burguesia parasitária, seus governos ditatoriais, ao imperialismo e à burocracia sindical traidora.

Rio Grande do Norte

Atividade do 1º de maio no RN

Com a presença de militantes e simpatizantes, a atividade do POR-RN dividiu-se em dois momentos: a formação sobre o primeiro capítulo da obra “Estado e a Revolução”, de Lênin; e, em seguida, a leitura e discussão do manifesto publicado pelo partido sobre o 1º de maio.

Nossa atividade ocorreu numa situação particularmente histórica para todos os trabalhadores do mundo, em especial a classe operária. Situação essa em que os explorados se veem diante do recrudescimento da barbárie social, e assistem atônitos à podridão das chagas do capitalismo, expostas pela epidemia do Covid-19. Tal experiência confirma a avaliação de que o capitalismo é um sistema que está em sua fase de decomposição, que é incapaz de combater a pandemia e a derrocada econômica. Necessariamente, a burguesia tem de atacar amplamente as massas de trabalhadores formais e informais, acentuando a retirada de direitos, com a redução salarial, demissões e aumento da miséria e fome de amplas massas exploradas.

Outro fator relacionado às leis burguesas é o reconhecimento de que o reformismo acaba referendando essa opressão, por se respaldar e mesmo defender o legalismo da burguesia.

A leitura do primeiro capítulo do Estado e a Revolução não só confirma nossas avaliações sobre o capitalismo, mas também permite formar cientificamente a militância e os simpatizantes acerca do Estado burguês. Vimos que tal Estado é “produto da sociedade em determinada etapa” do desenvolvimento da sociedade. Isto é, que nem sempre o Estado existiu, que se foi formando, à medida em que a propriedade privada foi se consolidando, a partir do desenvolvimento da preponderância do homem acumulador de propriedade e de escravos (sociedade escravista). O armamento espontâneo que vigorava na sociedade primitiva deu lugar aos destacamentos de homens armados, surgidos para proteger a propriedade privada, fruto da cada vez maior divisão de classes sociais distintas. O desenvolvimento histórico dos destacamentos de homens armados constituiu o germe do que seria o Estado propriamente dito, até chegar ao Estado moderno capitalista.

Nesse percurso, Lênin aponta, portanto, que o Estado é o “produto do caráter inconciliável das contradições de classe”, e que “não podem ser conciliadas”. É por isso que a própria existência do Estado é a prova cabal de que é necessário à classe dominante amortecer a luta de classes existente, utilizando o Estado como

instrumento desse objetivo, para servir a sua dominação de classe possuidora.

Vimos, também, que o Estado serve para “legalizar e consolidar a opressão” dos exploradores contra os explorados. Nesse momento, um simpatizante citou as leis como exemplo dessa legalização, mostrando que servem para oprimir a maioria explorada. Um militante contribuiu, afirmando que às vezes a burguesia faz certas concessões aos explorados, principalmente quando estão revoltados com tamanha opressão. Então, para manter sua dominação, a burguesia distribui suas migalhas, mas que depois as retira, como foi o caso da CLT, que foi praticamente destruída com a reforma trabalhista do governo de ditadura civil de Temer.

Outro fator relacionado às leis burguesas é o reconhecimento de que o reformismo acaba referendando essa opressão, por se respaldar e mesmo defender o legalismo da burguesia. Além disso, foi apontado a hipocrisia burguesa e de seus governos, ao não respeitarem as suas próprias leis, quando é do seu interesse. Do mesmo modo, dentro das fábricas também são violadas as regras trabalhistas. Um último exemplo sobre as leis é que servem para reprimir a luta dos trabalhadores, como foi o caso da declaração de ilegalidade da recente greve dos petroleiros pelo TST.

Em relação ao aparelho repressivo constituinte do Estado burguês, um camarada chamou a atenção que a greve da PM no Ceará apontou o estado de desagregação do próprio aparato repressivo do Estado burguês, mostrando que a burguesia já não consegue manter, com firmeza, o seu próprio aparato repressivo estatal.

Um simpatizante questionou sobre os “períodos excepcionais em que as classes em luta atingem tal equilíbrio, o poder público adquire momentaneamente certa independência [...] e se torna uma espécie de árbitro entre elas”. Comentamos que se trata da definição do bonapartismo, cujo governo se apoia na burguesia imperialista para impor seus ditames, no momento agudo em que os explorados se levantam, de um lado, e a burguesia nacional não consegue se impor, de outro. Por isso, um governo bonapartista age como se árbitro fosse. Mesmo assim, continua servindo à classe dominante contra a maioria explorada. Por fim, indicamos que o governo Bolsonaro não pode ser considerado bonapartista de fato, mas sim que expressa tendências bonapartistas. Tudo depende da luta de classes.

Apontamos, também, que a república democrática é “a melhor crosta” possível do capitalismo, isto é, serve para consolidar

e referendar o poder da burguesia de maneira mais sólida, de tal modo que “nenhuma mudança de pessoa, instituições ou partidos” é suscetível de abalar o poder da burguesia. É justamente tal entendimento sobre o Estado que o reformismo e o centrismo não concebem, e acabam incutindo ilusões democráticas nos explorados sobre a possibilidade de, supostamente, melhorar o Estado burguês em prol dos oprimidos.

Por fim, vimos que o Estado burguês deve ser suprimido, e não reformado, por meio de uma insurreição violenta da maioria oprimida, que será expressão da verdadeira democracia da maioria e, ao mesmo tempo, ditadura de classe da maioria sobre a minoria burguesa resistente. Trata-se da substituição da “força especial” burguesa por outra “força especial” proletária. Vimos também que só depois da revolução socialista e constituição do Estado operário (ditadura do proletariado) é que o Estado operário será extinto.

No segundo momento da atividade, houve a leitura e discussão do manifesto do POR sobre o 1º de maio. Constatamos a desativação dos atos de rua pelas centrais sindicais, partidos políticos e organizações de esquerda, todos juntos no erro político de se submeter à política de isolamento da burguesia, sem independência

de classe. Por isso, apontamos que pela primeira vez o 1º de Maio estava desativado, embora permanecesse ativo programaticamente por meio do Partido Operário Revolucionário.

Foi esclarecedor, principalmente para os simpatizantes, a diferenciação da forma burguesa de isolamento social enquanto método científico, reivindicado pelo POR, que só poderia ser aplicável no socialismo, onde seria possível o planejamento e centralização econômicos. Que cabe a defesa de um plano de emergência próprio da classe operária, assinalando com isso a necessidade de as direções sindicais convocarem as assembleias para organizar os trabalhadores, pois, se for depender da burguesia, só virá mais ataques.

Apontamos a traição das direções sindicais, que chegaram ao ponto de chamar um ato virtual, contando com a presença de crápulas como FHC, ao lado Lula e Dilma, bem como outros agentes da burguesia, claramente exercendo uma política eleitoral de oposição ao governo Bolsonaro, aproveitando-se da situação de pandemia. Finalmente, mostramos a necessidade urgente de superar a crise de direção revolucionária, que é mundial, para constituir direções revolucionárias a fim de reconstituir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Manifesto

Viva o 1º de Maio operário, socialista e internacionalista!

O 1º de Maio, deste ano, existirá e viverá no programa revolucionário, nas reivindicações mais sentidas, na ideologia e nos princípios do socialismo científico do proletariado. Isso porque a classe operária e demais explorados não têm como se manifestar coletivamente nas ruas. As centrais, sindicatos e movimentos se negaram a convocar e a organizar um verdadeiro 1º de Maio. As forças políticas de esquerda também se refugiaram por detrás do isolamento social, para não colocar o 1º de Maio nas mãos dos trabalhadores. Em nome da proteção da vida, se recusaram a recorrer ao único caminho que resta às massas oprimidas, que é o da ação coletiva. Lançaram mão do 1º de Maio virtual. Essa impostura oculta a capitulação generalizada diante da política burguesa de isolamento social. Por meio das videoconferências e “assembleias virtuais”, é que as burocracias sindicais – de direita, centro e esquerda – realizaram acordos de redução salarial e maior flexibilização capitalista do trabalho.

Os traidores das necessidades e interesses da maioria oprimida dizem que utilizarão a comunicação virtual, para defender a vida, os empregos, os direitos e a renda básica dos trabalhadores. Depois de se submeterem à MP 936, depois de fraudarem a vontade dos operários com as “assembleias virtuais”, depois de terem cancelado o “Dia Nacional de Luta” (18 de março), e depois de se sujeitarem às respostas burguesas à pandemia, os burocratas levantam a bandeira de defesa “do emprego e renda”. O 1º de Maio de 2020, assim, ficará marcado na história da classe operária como inexistente quanto à ação coletiva; e como existente quanto ao programa revolucionário, socialista e internacionalista, encarnado pela vanguarda que não se subordinou à política burguesa do confinamento.

O 1º de Maio ocorre na situação em que o poder econômico vem rompendo o isolamento social, praticamente em quase todos os países. No Brasil, não tem sido diferente. A experiência vem

demonstrando que os capitalistas e seus governos não têm como utilizar a ciência para a defesa universal da vida da população, atingida pela pandemia. Uma enorme parcela dos trabalhadores foi obrigada a continuar indo ao trabalho, acotovelando-se nos transportes coletivos. Outra grande parcela foi afastada do trabalho, tendo de se sujeitar à redução salarial, sendo que centenas de milhares perderam os empregos. E, por último, outra enorme parcela de informais ficou sem o pão de cada dia. Nas favelas e cortiços, “FicarEmCasa” significou e significa amontoar-se, dia e noite, nos cubículos.

A saúde pública se mostrou incapaz de atender o número crescente de pobres e miseráveis infectados. Os cemitérios ficaram pequenos para o tamanho da mortandade. Ao lado dessa tragédia, os hospitais privados aproveitaram para aumentar seus lucros, protegendo os ricos, e recebendo subsídios governamentais. De fato, o isolamento social serviu, em maior medida, à classe média. A pandemia apenas evidenciou a divisão de classes existente no capitalismo, que se expressa no sistema de saúde, e nas condições precárias de existência da maioria da população. O isolamento social, que, sem dúvida, é um meio para reduzir a contaminação e as mortes, não poderia deixar de refletir essa divisão de classes. Eis por que foi útil aos governantes alimentar a confusão entre o método do isolamento social e a política burguesa do isolamento social. A vanguarda consciente esteve obrigada a esclarecer a diferença entre um e outro, para mostrar a impossibilidade da aplicação desse método científico.

A burocracia sindical, e todos aqueles que se negaram a convocar o 1º de Maio coletivo, se apoiaram e se apoiam na confusão criada pelos poderes da burguesia. É necessário assinalar que assumiram a bandeira da OMS, sem se preocuparem que classe social e que governo iriam aplicá-la. As direções sindicais, partidos reformistas e esquerda centrista tomaram para si, automaticamente

te, a bandeira do isolamento social, deixando assim de convocar as assembleias, para que os trabalhadores discutissem, decidissem e se organizassem em torno a uma posição própria. Os meios de comunicação se encarregaram de desenvolver o pânico e o medo entre as massas, de forma que, principalmente, a classe operária se diluísse. Evitou-se a constituição de organismos de autodefesa dos explorados, diante da pandemia e dos ataques da burguesia aos empregos e salários. Completamente desorganizados, e sem compreender a responsabilidade dos capitalistas, os trabalhadores e suas famílias ficaram à mercê da politicagem burguesa, e dependentes da filantropia. A burocracia sindical impulsionou essa via, em nome da solidariedade humana. O humanitarismo burguês e pequeno-burguês só oculta a responsabilidade da burguesia. Tudo indica que essa política foi utilizada em todos os países.

Os explorados chegam ao 1º de Maio desorganizados, passivos, temerosos, impactados pelas mortes, golpeados pelas demissões e atingidos pela redução dos salários. Impressiona a hipocrisia das esquerdas, que se refugiaram na política burguesa do isolamento social, e que, agora, no 1º de Maio, levantam bandeiras justas da classe operária, sem que as defendessem, na prática, em meio ao vendaval da pandemia. As centrais sindicais decidiram entregar a tribuna do 1º de Maio virtual aos politiqueiros burgueses, que compareceram como salvadores dos pobres. Recorrem à bandeira de “Fora Bolsonaro”, com o claro objetivo de se preparar, desde já, para a distante disputa eleitoral. E, para constituírem uma frente ampla de oposição burguesa ao governo, que se bate no mar da crise econômica e política.

As centrais se mantiveram unidas no cancelamento do “Dia Nacional de Luta”. Permaneceram unidas na realização de acordos de redução salarial. Procuraram manter-se unidas no 1º de Maio virtual. Quase às vésperas do 1º de Maio, a CSP-Conlutas, dirigida pelo PSTU, rompeu a unidade burocrática, diante da entrega da tribuna virtual a politiqueiros da burguesia. Não foi mais possível ocultar o caráter burocrático e de conciliação de classes da unidade. Mesmo assim, a CSP-Conlutas conservou a unidade em torno ao caráter virtual do 1º de Maio. A Intersindical, dirigida pelo PSOL, sequer teve a coragem de romper com o 1º de Maio entregue aos politiqueiros da burguesia.

Esse 1º de Maio reflete a profunda crise de direção revolucionária, que é mundial. O capitalismo mergulha mais profundamente em sua crise histórica, impulsionando a barbárie social, e a classe operária se encontra desarmada e desorientada pela política das velhas direções colaboracionistas e traidoras. A esquerda centrista, que se diz internacionalista, vacila e se submete à pressão da burguesia e dos aparatos sindicais. Ao concordar com o 1º de Maio virtual, expressaram a covardia política. Os trabalhadores, principalmente a sua vanguarda com consciência de classe, devem rechaçar o 1º de Maio virtual.

Temos a consciência de que a pandemia é destruidora de vidas e de que os explorados são os mais afetados. E, por isso, o temor é justificável. Mas também temos consciência de que os capitalistas estão aproveitando o surto pandêmico, para imporem a redução salarial. Aproveitam o momento, para demitirem em massa e eliminarem direitos. O fato de uma importante parcela

da classe operária e dos demais explorados ter sido obrigada a cumprir o isolamento social impossibilitou a luta contra as brutais medidas patronais. Por sua vez, a parcela que se viu obrigada a continuar no trabalho permaneceu desorganizada, ficando sujeita ao contágio. A divisão entre a parcela que ficou em casa e a que permaneceu no trabalho acabou diluindo a classe operária e demais explorados. Os sindicatos fecharam as portas, e os burocratas passaram a fazer acordos por meio de “assembleias virtuais”. Não há pior situação que essa, uma vez que o governo e os capitalistas atacam os assalariados, subempregados e informais, sem que estes possam se defender. As direções que dissolveram as organizações operárias – centrais e sindicatos – auxiliaram os governos e capitalistas a manterem os oprimidos sob o clima de terror e de impotência.

Qualquer adaptação ao 1º de Maio virtual, montado pelos burocratas e pelos pseudo revolucionários, expressa a paralisia dos explorados, imposta, não pela pandemia, mas pela política burguesa de isolamento social.

A pergunta, agora, é como a classe operária reagirá, daqui para frente, perante a crise sanitária e econômica, que se entrelaçam. O Partido Operário Revolucionário fez um chamado às centrais, sindicatos e movimentos, por meio de uma Carta Aberta, para que o 1º de Maio fosse o momento de retorno à luta coletiva. Era obrigação da vanguarda, em todo o País, fazer o mesmo. Qualquer adaptação ao 1º de Maio virtual, montado pelos burocratas

e pelos pseudo revolucionários, expressa a paralisia dos explorados, imposta, não pela pandemia, mas pela política burguesa de isolamento social.

Em nenhum momento, em nenhuma situação, por mais adversa que seja, como a da pandemia, não se pode renunciar à luta de classes. O proletariado e demais explorados estavam e estão obrigados a tomar em suas mãos as respostas à pandemia. E isso somente era e é possível mantendo-se na produção, de forma organizada e de posse de um plano próprio de emergência. Assim, poderia decidir sobre o próprio método e as condições de aplicabilidade da forma do isolamento social. Poderia ter constituído comitês de defesa diante da pandemia e dos ataques patronais. Não sendo assim, a população ficou à mercê das medidas impostas pelo Estado e das disputas interburguesas, entre o governo federal e governadores, entre Bolsonaro e Doria. Mais ainda, a classe operária e demais explorados ficaram à mercê da MP 936 e das negociatas entre burocracia e patronato. Esses são os motivos que explicam porque, pela primeira vez, o 1º de Maio não será realizado no Brasil e, provavelmente, em todo o mundo.

O 1º de Maio, sem dúvida, poderia ser o marco da retomada das lutas. Não sendo assim, existirá e se afirmará no programa da revolução proletária. Existirá e se afirmará no plano de emergência de defesa da vida das massas. Existirá e se afirmará no objetivo histórico de expropriação da burguesia, e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, socialista. Existirá e se afirmará sobre a luta da vanguarda com consciência de classe, que enfrentou e enfrenta a política burguesa e a colaboração da burocracia sindical venal.

O Partido Operário Revolucionário, devido a sua condição embrionária, que não lhe permite ainda convocar e organizar manifestações do 1º de Maio nas ruas do País, não deixará de cumprir o seu dever. Fará seu ato político. Essa posição, que se distingue das direções adaptadas ao capitalismo e das esquerdas oportunistas

tas, está de acordo com a necessidade de resistir à decomposição e à barbárie capitalista. Está de acordo com a tarefa de superar a crise de direção, praticando o internacionalismo revolucionário. Está de acordo com a luta pela reconstituição do Partido Mundial da Revolução Socialista, que se ergueu com a III Internacional, sobre os Primeiros Quatro Congressos, orientados por Lênin, e que vive na luta de Trotsky contra o restauracionismo estalinista, e pela reconstituição da IV Internacional, que se mantém vigente no seu Programa de Transição.

O Partido Operário Revolucionário chama a classe operária e demais explorados a rejeitarem os acordos realizados pela burocracia sindical, sob o tacho da MP 936. A exigirem que os sindicatos convoquem as assembleias em todo o País, preparando-se para o retorno ao trabalho. A se unirem a um torno um plano próprio de emergência, que tenha por base o fim das demissões, a luta pelo emprego a todos e salário integral; que defenda a redução da jornada sem redução do salário, e anulação das contrarreformas e das MPs impostas pelo governo e Congresso Nacional; que coloquem na ordem do dia a expropriação sem indenização do

sistema privado de saúde e constituição de um único sistema estatal, sob o controle da classe operária; que exijam a imediata subordinação da rede privada de hospitais, laboratórios, etc. ao SUS, que deve passar para o controle dos trabalhadores; que o governo deixe de pagar a dívida pública para destinar recursos ao combate à pandemia. Esse plano de emergência é o ponto de partida para organizar e erguer a classe operária e demais explorados contra as consequências da crise sanitária e econômica.

O Partido Operário Revolucionário realiza seu 1º de Maio sob o Manifesto do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. “Por um 1º de Maio operário, socialista e internacionalista”. “Que os capitalistas paguem pelas consequências da crise econômica mundial e pela pandemia”.

- ***Viva a classe operária internacional!***
- ***Viva o socialismo, viva o comunismo!***
- ***Acabar com a grande propriedade privada dos meios de produção, transformando-a em propriedade social!***

Desintegração econômica

O que significa a nova redução da taxa Selic para 3%?

No dia 6 de maio, o Comitê de política monetária do Banco Central (Copom) cortou 0,75% da taxa Selic (a taxa básica de juros da economia), reduzindo-a ao patamar de 3%. Analistas esperavam um corte de até 0,5%, mas foram surpreendidos com o corte ainda maior. A redução da taxa de juros básica é a 7ª, e sua queda de 6,5% para os atuais 3,0% tende a continuar. O próprio BC já cogita, nas próximas reuniões, um corte de mais 0,75%, fazendo a taxa cair para o nível de 2,25% nos próximos meses. A redução brusca da taxa básica de juros (que serve de parâmetro para o mercado) indica uma ação desesperada, porém, pouco eficaz, do governo, para conter a crise. Tornar o crédito mais barato e, portanto, mais acessível a médios e pequenos capitalistas é, do ponto de vista da economia liberal, uma medida absolutamente sensata. Mas, é inútil, dada a paralisação quase total das atividades econômicas em centenas de setores da indústria, comércio e serviços.

A ideia da equipe econômica é que os médios capitalistas possam sobreviver à crise, contraindo empréstimos e pagando um custo relativamente barato aos bancos, que, por sua vez, já recebem pacote de ajuda do governo de R\$ 1,2 trilhão. Os médios capitalistas, cujo faturamento permita a formação de um caixa relativamente robusto, não terão dificuldades em reabrir suas atividades no pós-pandemia. Os pequenos capitalistas, que necessitam do giro de sua atividade econômica, para pagar aluguéis de imóveis, máquinas etc., não têm alternativa: ou quebram em definitivo, ou se endividam com os bancos, para manter esperanças de retomada, findada a quarentena.

Por outro lado, as despesas orçamentárias da União com os custos do combate à pandemia (orçamento da guerra, pacote de ajuda aos estados etc.) implicarão em aumento do endividamento público. Para especialistas do CitiGroup, a dívida pública deve terminar 2020 na casa do 89,6% do PIB. (Valor Econômico 22/04/2020). Segundo a mesma reportagem, o afrouxamento fiscal não será um problema para os investidores, se for restrito a 2020, ou seja, se houver o compromisso de cobrar, em dobro, cada centavo direcionado às despesas com saúde, hospitais, UTIs, compra

de equipamento de proteção, respiradores, etc. Uma conclusão se impõe: os bancos e o capital financeiro sairão ainda mais fortalecidos da pandemia.

A queda do PIB em 2020 deixará na poeira a recessão 2015-2016

A paralisação econômica; a rápida contaminação com o coronavírus; as contradições nas diretrizes de combate à pandemia, resultantes da crise política e federativa; a incapacidade de aplicar a quarentena, dadas as condições de desemprego, moradias precárias e farsa do auxílio emergencial; a falência do sistema de saúde, etc. são os elementos que se combinam para retroceder a eco-

Não se trata apenas da produção de riqueza, que permanece semiparalisada, mas de investimentos perdidos, produção estocada, valores destruídos, e empresas que não voltarão a reabrir.

nomia, prolongando a agonia do sistema produtivo. Em março, a produção industrial caiu 9,1% em relação a fevereiro (O Povo, 05/05/20). As tendências recessivas, impulsionadas pela superprodução, se potencializam com a crise do coronavírus. As previsões iniciais de queda do PIB foram se acentuando, à medida que o afastamento social se prologava e as atividades econômicas eram interrompidas. Há pouco menos de 1 mês, o relatório de mercado Focus, do BC, previa uma queda de 1,18% do PIB em 2020. Agora, a previsão é de 3,76%. Para o FMI, a previsão de queda é ainda maior, chega a 5,3%, em 2020. Já o UBS prevê que, no cenário mais sombrio a economia, possa cair até 10,1%, em 2020 (Revista Exame). Não se trata apenas da produção de riqueza, que permanece semiparalisada, mas de investimentos perdidos, produção estocada, valores destruídos, e empresas que não voltarão a reabrir. A queda do PIB, no Brasil, reflete o recuo geral da economia mundial, que, segundo a OMC, enfrentará uma contração brutal no

comércio internacional, da ordem de 32%. Para analistas, a queda do PIB mundial será ainda mais acentuada na América Latina.

Organizar os explorados e levantar a bandeira de frente única anti-imperialista

A luta unitária das organizações de massa dos trabalhadores e juventude explorada contra o domínio do capital financeiro é uma necessidade inadiável. Os grandes capitalistas, com ou sem pandemia, com ou sem crise financeira, salvam-se e asseguram as melhores condições para a retomada da produção, acumulação e centralização de novos capitais. A crise econômica, combinada com a pandemia devastadora do covid-19, lança no desespero milhões de assalariados e pobres, que não têm abrigo, nem alimentação. É

preciso se contrapor a esta situação com a luta organizada nas fábricas, nos bairros e no campo, pelas reivindicações que assegurem emprego, moradia, terra, alimentação, saúde e previdência, e esteja assentada na ação coletiva dos explorados. Este é o caminho para a constituição da frente única anti-imperialista, que se projeta para a expropriação das multinacionais e da grande propriedade privada burguesa. O contrário é a organização das frentes eleitoreiras (ainda que de esquerda), para melhor enganar os oprimidos com promessas de projetos de lei, e sempre em busca do carreirismo parlamentar. O POR convoca os trabalhadores e a juventude pobre a retomarem o caminho da luta, suspensa pelas direções do movimento operário, sindical e estudantil, e a levantar alto a bandeira de independência de classe frente aos governos e patrões.

Nota POR

Queda de Moro amplia a crise política

Combater no terreno da independência de classe, com as reivindicações e a estratégia própria do proletariado

29 de abril de 2020

A queda de Sérgio Moro, ministro da Justiça e Segurança Pública, provocou um abalo na política burguesa. Poucos dias antes, Bolsonaro havia despachado o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Não provocou tantos tremores, como agora, com a renúncia de Moro. Sabia-se do descontentamento de Bolsonaro com seu ministro da Justiça. Mas não se esperava um desfecho típico de ruptura política, que compromettesse a governabilidade. Está aí por que é inevitável a comparação entre Mandetta e Moro.

Sérgio Moro se ergueu como estrela fulgurante, por montar um processo que levou à condenação do caudilho Lula, sem que tivesse provas materiais.

No primeiro caso, o ministro da Saúde destoou da posição do núcleo do governo sobre a utilização do isolamento social, recomendado pela OMS, para enfrentar o coronavírus. A sua saída ocorreu no momento em que setores do poder econômico rompiam o isolamento e, assim, expressavam apoio material à posição política de Bolsonaro. Embora a oposição da maioria dos governadores continuasse recalcitrante, já não havia como assegurar o confinamento das massas. Não bastava a demonstração de que a pandemia se alastrava por todo o País, o contágio atingia os mais pobres, a saúde pública já não suportava o volume de infectados, e as mortes cresciam assustadoramente. E não bastavam os argumentos científicos diante do desabamento da economia. Eis por que a queda de Mandetta se justificava. Assinalou, portanto, o esgotamento da política burguesa de isolamento social.

No segundo caso, a queda de Moro não se deu nos marcos de um conflito interburguês claro e compreensível. Tudo se passou às ocultas, nos bastidores do governo. Repentinamente, o conflito potencial se transformou em ruptura, revelando

a enorme inconsistência de um governo montado a dedo pelos militares, que rodearam a candidatura de Bolsonaro, desde o início. Ainda seguindo a comparação, Mandetta somente deixou de ser um ministro obscuro, quando assumiu a condução do enfrentamento à pandemia. Sua figura cresceu politicamente apoiada nos governadores, que contrariavam o esforço de Bolsonaro de subordinar a orientação da OMS ao curso da economia nacional. Sua exoneração foi pacata e cordial. Não tinha, de fato, nada a defender e a preservar.

Moro, ao contrário, entrou no governo para servir de um de seus pilares. O Ministério da Justiça foi ampliado com a incorporação do Ministério da Segurança Pública. No momento, foi dada a dimensão de um Superministério, comandado por um superministro. O pilar central dessa estrutura foi erguido com a fusão dos Ministérios da Economia, Fazenda e Planejamento, ocupado pelo ultraliberal, Paulo Guedes. E, um terceiro pilar, constituído pela reorganização do aparato de informação e polícia política, Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que ficou a cargo do general Augusto Heleno. Esses três pilares se soldaram por meio do núcleo militar. A presença do ex-juiz federal, Sérgio Moro, refletiu o amplo apoio da classe média à operação Lava Jato e à prisão de Lula. A ofensiva do aparato judicial e policial sobre o PT, principalmente, foi utilizada para desentranhar o reformismo dos comandos do Estado. A operação Lava Jato se escorou no movimento da oposição direita pela destituição do governo do PT, por meio do impeachment. A frente burguesa que organizou o golpe de Estado de 2016 vestiu a máscara da anticorrupção, confeccionada com primor pelo Judiciário e Ministério Público. Sérgio Moro se ergueu como estrela fulgurante, por montar um processo que levou à condenação do caudilho Lula, sem que tivesse provas materiais. A arquitetura das delações premiadas foi concebida de tal maneira que políticos e empresários fossem levados à prisão, como se a operação Lava Jato não tivesse o PT e Lula como objetivo determinado. A operação Lava Jato se desen-

volveu nas entranhas da crise política, impulsionada pela crise econômica.

Moro não passaria de um desconhecido juiz de Curitiba se não fosse a conjunção da quebra econômica, que levou o País à recessão de 2015-2016, com o desabamento do governo de Dilma Rousseff. A classe média, puxada por sua camada alta, caminhou no sentido da direitização. O governo Temer não correspondia à bandeira burguesa hipócrita de fim da corrupção. A queda de Dilma não teve como servir para se colocar um ponto final na operação Lava Jato. As denúncias do Ministério Público, com a delação da JBS e as revelações das falcaturas de Temer, continuaram a fortalecer os setores sociais que levantavam as bandeiras reacionárias. Temer governou dependurado tão somente nas frações burguesas oligárquicas, que controlavam e controlam o Congresso Nacional. A cabeça do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, foi entregue como troféu, para contentar a classe média, e dar a entender que se tratava de uma vasta operação, que não poupava político de nenhum partido, e empresários poderosos. Moro, rodeado de procuradores do calibre do Sr. Deltan Dallagnol, que mais tarde teve suas ações conspiratórias contra o PT reveladas pelo Intercept, não mostrou nenhum empenho em criminalizar Temer. Ocorre que a burguesia manteve, do começo ao fim, o apoio à ditadura civil transitória, que assumiu o objetivo de impor as contrarreformas. Contrarreformas que a oposição direitista ao governo do PT vinha há tempo exigindo.

Os militares apoiaram o golpe de Estado. Viram na mudança de governo a possibilidade de reconstituir o velho aparato de segurança nacional, bem como repor a sua influência sobre a governabilidade. A ditadura civil, apesar de insistentemente ser golpeada pelas denúncias de corrupção do presidente, pôde cumprir o objetivo de aprovar a sonhada reforma trabalhista, preparar o caminho para a reforma da Previdência e dar os primeiros passos na militarização da governabilidade. Moro se consagrou como caçador de corruptos aos olhos da classe média. E foi instituído como uma herói da burguesia.

Sob o governo Temer, a economia saiu da recessão, mas permaneceu praticamente estagnada. Os explorados, não apenas não sentiram nenhuma melhora nas suas condições de existência, como tiveram de arcar com a alta taxa de desemprego, que se potencializou com a recessão. A classe média não viu na mudança de governo o retorno das vantagens do período de crescimento econômico, que abrangeu os anos de 2003 a 2008, momento seguido pela crise mundial, que se abateu sobre o Brasil. O PSDB, DEM e MDB, que dirigiram o golpe de Estado, se responsabilizaram pela sustentação de Temer, acuado pelo Ministério Público. Figuras proeminentes desses três partidos foram denunciados, em todo o transcurso da crise política, como partícipes do amplo esquema de corrupção. Esquema revelado desde o fim da ditadura militar, ampliado no governo de Fernando Henrique Cardoso, e desenvolvido sob o governo do PT. Destacou-se o caso do senador Aécio Neves, por ser presidente do PSDB e ex-candidato à presidência da República, que concorreu com Dilma Rousseff. E Renan Calheiros, MDB, por ser presidente do Senado. As três maiores figuras da

República, Temer, Aécio e Calheiros, apesar de volumosas provas materiais de envolvimento na corrupção, passaram ilesos pela justiça. A operação Lava Jato não teve como alcançá-los. Bolsonaro, como parlamentar, se destacou no combate ao PT, mas se manteve sob os grandes partidos, repletos de corruptos. Colaborou pela manutenção de Temer. A Lava Jato e toda a justiça se ocultaram à sombra da decisão do Congresso Nacional, de rejeitar a denúncia do Ministério Público contra o presidente golpista. A classe média, com sua cegueira típica, seguiu à procura de uma figura que, por ventura, se distinguísse da podridão. As eleições presidenciais serviriam para a burguesia se livrar do governo rechaçado, mas conservando a sua orientação política e econômica. O PT havia caído em desgraça.

Ocupando o espaço tradicional do anticomunismo da igreja católica, os evangélicos, vinculados ao imperialismo norte-americano, moldaram a feição ideológica dessa ultradireita, que se gestou nas entranhas da democratização, potenciando-se no final do ciclo do reformismo petista.

ça. Os algozes de seu governo não puderam afastar as marcas da corrupção. Compareciam, assim, misturados como farinha do mesmo saco. As esquerdas, que levantaram as bandeiras do “Fora Temer”, “Fora Todos” e “eleições já”, pereceram na vala do eleitoralismo.

Bolsonaro se ergueu eleitoralmente sobre a rejeição ao PT, a farsa da negação da “velha política” e o combate à corrupção. Identificou-se com a Lava Jato e com o golpe de Estado, de forma a não se identificar com os velhos partidos oligárquicos, desmoralizados diante da classe média. Setores do empresariado, que não tinham influência direta nos governos anteriores, viram em Bolsonaro um instrumento a ser utilizado. E os movimentos de direita (MBL, etc.), que, desde a jornada de junho de 2013, se projetaram nas redes sociais, ganharam terreno, insuflando as tendências direitistas da classe média. As igrejas evangélicas, que se fortaleceram no interior da política burguesa, após o fim da ditadura militar, inclusive se valendo do governo petista, se colocaram como esteio de um novo fenômeno ultradireitista, batizado de “bolsonarismo”. Ocupando o espaço tradicional do anticomunismo da igreja católica, os evangélicos, vinculados ao imperialismo norte-americano, moldaram a feição ideológica dessa ultradireita, que se gestou nas entranhas da democratização, potenciando-se no final do ciclo do reformismo petista. Emparelhada a esse fenômeno de classe média, as Forças Armadas voltaram ao primeiro plano da política burguesa, depois de encerrada a farsa da Comissão da Verdade, que teve por objetivo restabelecer a conciliação entre os derrotados e os vencedores do golpe de 1964.

Bolsonaro foi municiado com as armas políticas de que precisava a ultradireita. Utilizou-se do mandato parlamentar para defender a ditadura e combater as tentativas de criminalização de alguns torturadores notórios, a exemplo do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Liderou, assim, uma fração parlamentar de oposição reacionária às ilusões reformistas do PT e aliados (PCdoB, etc.), que sonharam poder realizar uma verdadeira investigação sobre a ditadura militar, que deixou centenas de mortos e desaparecidos. O governo petista, ao se limitar a obter indenizações às vítimas da tortura e assassinato, favore-

ceu a campanha dos detratores da Comissão Verdade. A determinação das Forças Armadas, de não permitir o livre acesso ao sigilo da ditadura e destruir a documentação comprometedor, por sua vez, evidenciou a impotência do movimento “Ditadura Nunca Mais”. Tratava-se da incapacidade do reformismo de cumprir o objetivo programático de democratização e fortalecimento da democracia burguesa, sob a premissa do “Estado de Direito”. Tudo indica que o “bolsonarismo” nasceu nesse processo. O fracasso da política de reconciliação nacional favoreceu a organização da ultradireita militarista e fascizante. O movimento do impeachment, posteriormente, aglutinou em uma mesma frente a ultradireita, direita e mesmo uma parcela até então considerada de esquerda burguesa.

Em toda eleição, as massas sofrem e se movem sob enorme pressão da burguesia e seus partidos. A particularidade da vitória de Bolsonaro, em outubro de 2018, está em que a política de centro-direita, galvanizada pela candidatura de Alckmin,

A “carta branca” a Moro não demorou a ser pisoteada por Bolsonaro. Inúmeros conflitos do presidente com o Ministério da Justiça e Segurança foram gestando e agravando os atritos.

PSDB, foi rejeitada pela maioria da população. A candidatura do PT conseguiu atrair um importante contingente da classe operária e demais explorados, que rechaçou a candidatura da ultradireita. Imediatamente, o candidato do PT, Fernando Haddad, reconheceu a derrota, e felicitou Bolsonaro. O que evidenciou a falácia petista de que estava em luta contra o fascismo. A campanha eleitoral contra o fascismo, assim, não passou de palavreado. Tratava-se de encontrar um meio de tirar Lula da prisão, uma vez que já não oferecia risco político ao objetivo de restabelecer a governabilidade. O que veio a ocorrer em 8 de novembro de 2019, depois de 1 ano e 7 meses de prisão.

A vitória de Bolsonaro tornava a operação Lava Jato politicamente desnecessária. Moro perderia sua importância, se permanecesse na condição de juiz federal. As forças políticas e econômicas, que se aglutinaram por trás de Bolsonaro, reconheceram a relevância de Moro para o processo do impeachment, a transição encabeçada por Temer, e a própria eleição do candidato da ultradireita. Nessas condições, o algoz de Lula pôde exigir de Bolsonaro “carta branca” para administrar o Ministério da Justiça e Segurança Pública. A sua presença no governo representava a adesão da classe média ao bolsonarismo, que recém assumia uma feição ideológica mais definida. Dava ao governo uma hipócrita face ética e moral burguesas. Embora Moro fosse reprovado por setores oligárquicos, havia conquistado um lugar de honra no meio empresarial, ou seja, entre os capitalistas que não compareceram comprometidos com o escândalo do “petrolão”. Há que assinalar que um contingente de politiquinhos, encastelados no Congresso Nacional e organizados na Câmara de Deputados, por meio da coligação denominada “centrão”, se sentiu incomodado com a presença do ex-juiz no governo, tendo em vista que carregava denúncias de corrupção. De fato, os bandidos do Parlamento já não tinham motivos para recluir, porque a Lava Jato havia perdido função.

A “carta branca” a Moro não demorou a ser pisoteada por

Bolsonaro. Inúmeros conflitos do presidente com o Ministério da Justiça e Segurança foram gestando e agravando os atritos. O primeiro sinal, mais significativo, foi emitido no momento em que Bolsonaro pôs em marcha sua promessa de campanha de liberar o armamento. Presidente e Ministro chegaram ao meio termo, restringindo a flexibilização do porte de armas, pretendida por Bolsonaro. As mudanças no Congresso Nacional limitaram ainda mais, o que foi considerado uma derrota do governo. No momento em que Moro saiu do governo, explodiu a denúncia sobre a revogação das portarias que estipulavam o controle de armas e munições importadas e fabricadas no Brasil. A renúncia do general de Brigada do Exército, Eugênio Pacelli Vieira Mota, expressou o descontentamento com a medida arbitrária de Bolsonaro. Teme-se que a revogação da portaria facilite ainda mais o tráfico de armas, e favoreça os negócios do crime organizado. Como não poderia deixar de ser, atendeu aos interesses da indústria armamentista.

O conflito inicial sobre a liberação do armamento iria se alargar no episódio em que Bolsonaro exigiu a retirada do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Justiça. Esse instrumento de controle finan-

ceiro se converteu em poderoso instrumento político. Por meio do Coaf, se investigou o esquema de corrupção na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, que se denominou “rachadinha”. Um dos envolvidos era, na época, o deputado Flávio Bolsonaro. Revelou-se a existência de uma quadrilha vinculada às milícias. O assassinato de Marielle Franco, vereadora pelo PSOL, e seu motorista Anderson Gomes, provocou um escândalo político de transcendência internacional. Moro permaneceu em silêncio, como se nada tivesse a ver com a Ministério da Justiça e Segurança Pública. Há suspeita de que Flávio estivesse envolvido a uma rede maior de contravenção, por suas ligações com o ex-policia Fabrício Queiroz e o ex-capitão do Bope, Adriano da Nóbrega, que foi identificado como um dos assassinos de Marielle. Queiroz nunca foi indiciado. Nóbrega, foragido da justiça, foi morto pela polícia, na Bahia. Bolsonaro e seu filho agiram constantemente para bloquear o avanço das investigações, sob a alegação de que se tratava de perseguição política. Moro permaneceu com os olhos fechados, apesar do escândalo envolvendo Flávio, Queiroz e Nóbrega preencher por um bom tempo o noticiário nacional. O presidente exigia uma atitude ativa de proteção à sua família contra uma devassa via Coaf. Tornou-se patente que Moro, de um lado, se comprometia com a corrupção, por não agir prontamente na apuração das denúncias, e, de outro, procurava ocultar a sua conivência por meio da passividade. No episódio em que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, acatou o pedido da defesa do senador Flávio Bolsonaro de suspensão das investigações, o presidente Bolsonaro alargou a desavença com Moro, porque o ministro colocou um senão à decisão de Toffoli.

A biografia do ex-juiz, tido como severo com a corrupção, já não podia ser sustentada. Ou Moro permitia que sua verdadeira face fosse revelada inteiramente, ou levaria os atritos com o presidente às últimas consequências. Esse momento chegou, quando Bolsonaro lhe deu um ultimato. Moro deveria ceder não mais o anel, mas também o dedo. Tinha de se sub-

meter às ordens do presidente. O que começaria com a troca do delegado-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, homem de confiança de Moro, e desafeto de Bolsonaro. Caberia a Bolsonaro indicar um novo nome. Haveria uma remodelação nas superintendências estaduais da Polícia Federal. Bolsonaro, há muito, pretendia colocar um homem de sua confiança na superintendência do Rio de Janeiro, por meio do qual poderia manejar as investigações contra sua família. O controle desse importante aparato policial faz parte da necessidade do governo militarizado restabelecer a centralização ditatorial burocrática, que caracteriza o Estado oligárquico brasileiro.

No governo do PT, principalmente, a Polícia Federal ampliou seus poderes de investigação sobre a política burguesa. A autonomia relativa alcançada pela Polícia Federal já não podia ser mantida. A denúncia de Moro de que rompia com o governo em defesa da Polícia Federal, como instituição do Estado e não de governo, não passou de palavreado. O mesmo se pode dizer da falsa premissa da autonomia. O que se passou no governo do PT não se passará em nenhum outro governo burguês. A relativa autonomia conseguida nos governos de Lula e Dilma somente foi possível devido ao fato de o governo reformista perder o controle da centralização autoritária, inerente ao caráter oligárquico do Estado e à polarização histórica entre alta concentração de riqueza nas mãos da minoria capitalista e ampla miséria da maioria oprimida. Esse tipo de governo nacional-reformista se viabilizou graças às condições econômicas favoráveis e às facilidades com que a burocracia sindical maneja a política de conciliação de classes. Está aí por que, diante do esgotamento do período de bonança, emergiram as tendências autoritárias da dominação burguesa. A autonomia e a “carta-branca” desejada por Moro expressaram os reflexos anteriores da situação, em que as instituições do Estado se projetaram em função da necessidade de pôr limites ao governo reformista. Não podia, portanto, se materializar sob um governo que nasceu vinculado ao golpe de Estado. A autoridade do ex-juiz conquistada pela operação Lava Jato, principalmente pela prisão de Lula, não foi suficiente para sustentar a “carta-branca”. Moro ingressou no governo, deixando um flanco aberto. Pediu a Bolsonaro que lhe fosse garantida uma pensão à família, em caso de necessidade; e contava com o compromisso de ser indicado a ministro do STF. Teve de revelar o pedido de pensão, em seu discurso de renúncia, para não ser denunciado pelos bolsonaristas.

O núcleo militar negociou com Bolsonaro para que se indicasse para ministro da Justiça e diretor-geral da Polícia Federal nomes palatáveis. A imprensa oposicionista denunciou os vínculos de Jorge Oliveira com a família de Bolsonaro, cuja indicação ao Ministério da Justiça havia sido anunciada pelo presidente. O ex-policial ganhou o cargo de chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, graças à indicação de um dos filhos de Bolsonaro. A denúncia do descarado vínculo familiar obrigou o núcleo militar a exigir de Bolsonaro a nomeação de André Mendonça para o cargo de ministro da Justiça. No caso de Alexandre Ramagem, diretor geral da ABIN, para

substituir Valeixo na Polícia Federal, também prevaleciam os laços familiares. Subiu na carreira política, servindo de segurança na campanha eleitoral de Bolsonaro. Não houve como dissuadir Bolsonaro dessa nomeação. Há algum tempo, a oposição burguesa e a imprensa vinham, insistentemente, expondo a gravidade de se ter instalado no mais alto cargo da República um clã familiar. Não puderam, no entanto, reconhecer que esse tipo de governabilidade reflete a decomposição da burguesia, classe completamente parasitária. Bastou os ministros do STF elogiarem André Mendonça, supostamente como um “técnico”, para os politiquês da burguesia seguirem o andor. É como se o problema permanecesse apenas no caso de Alexandre Ramagem. A oposição se encarregou de separar as duas nomeações, carregando as tintas sobre Ramagem. O fato do ministro do STF, Alexandre Moraes, ter acatado o mandado de segurança do PDT, que pedia a suspensão da nomeação de Ramagem, expõe a enorme dificuldade de Bolsonaro em reatar suas relações com os demais poderes da República.

Uma fração da oposição burguesa, principalmente a dos reformistas, torceu para que caísse o ministro da Economia, Paulo Guedes. A discórdia do ministro ultraliberal com o anunciado “Plano Pró-Brasil”, montado nos Ministérios da Casa Civil, Desenvolvimento Regional e Infraestrutura, foi imediatamente contornada. Bolsonaro apresentou Guedes como superministro, ao qual devem estar subordinados os ministros Rogério Marinho e Tarcísio de Freitas. O general Walter Braga Netto, ministro da Casa Civil, teve de recuar. O governo procurou se mostrar unido, em torno à política econômica ultraliberal, ditada pelo capital financeiro. A sombra do estatismo militar foi, assim, afastada, condição para arrefecer a ofensiva da oposição burguesa. Bolsonaro e seu núcleo militar procuram diluir os ácidos

ataques das mais variadas tendências opositoras, da direita à esquerda reformista. A permanência de Guedes é o seguro de que necessita para o governo tomar um fôlego.

O DEM, que reclamava da campanha dos bolsonaristas contra o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, tomou a dianteira para obstaculizar a ofensiva de parte da oposição, que levantou a bandeira de renúncia ou impeachment de Bolsonaro. O STF, por sua vez, terá três meses para tratar da investigação sobre as denúncias de Sérgio Moro a Bolsonaro. O Ministério Público teme que o tiro possa sair pela culatra, caso o inquérito se volte contra Moro. É sintomática a intervenção do vice-presidente, Hamilton Mourão, explicando o movimento dirigido a criar uma base parlamentar, incorporando o “centrão” ao governo. A denúncia do deputado Paulinho da Força, presidente do Solidariedade, de que não aceitou o “comando do porto de Santos”, indica que os ratos estão temerosos em comer o queijo na ratoeira dos bolsonaristas. Provavelmente, vão exigir que o queijo seja de primeira qualidade. Bolsonaro não tem como conter o desabamento de seu governo, se não erguer imediatamente um muro de arrimo no Congresso Nacional. Foi o que Temer fez para conseguir atravessar a tempestade. A propaganda burguesa de que as eleições de 2018 renovou o Congresso Nacional, trazendo ao País a esperança

Bolsonaro não tem como conter o desabamento de seu governo, se não erguer imediatamente um muro de arrimo no Congresso Nacional. Foi o que Temer fez para conseguir atravessar a tempestade.

de dias melhores, sucumbiu juntamente com a farsa de que Bolsonaro encarnava a mais alta moralidade. A cova de ladrões continua repleta de interesseiros e larápios. E toda conversa fiada do reformismo, de democratizar o Estado oligárquico e constituir uma democracia popular, caiu no bueiro da política burguesa dominante.

A participação de Bolsonaro no ato em frente ao Quartel General do Exército, que pedia a intervenção das Forças Armadas, o fechamento do Congresso Nacional e do STF, indis põs ainda mais o governo com as instituições fundamentais à governabilidade, principalmente, nas condições da crise sanitária e econômica. Essa atitude provocou uma reação generalizada no interior da política burguesa, deu margem para ampliar a unidade de uma frente ampla da direita liberal à esquerda reformista. A aproximação de Lula e Doria foi um sinal de alerta ao governo. Nesse marco, confluíram vários acontecimentos adversos ao governo, entre eles a exoneração de Mandetta, e a renúncia de Moro. A safra de impeachment semeada neste momento poderá ser colhida mais à frente, assim que a pandemia não interferir tão profundamente na economia e na vida social. A indisposição do DEM em impulsionar o impeachment indica que o mais provável é que haverá um compasso de espera. Por mais que se procure evitar o novo trauma proveniente de um processo de impeachment, a tendência da crise econômica é de golpear ainda mais o governo.

A política de conciliação de classes da oposição reformista e de seu braço sindical burocrático auxiliou o governo e o Congresso Nacional a iludirem a classe operária e demais explorados. As traições à greve geral de junho de 2019, e à anterior, de abril de 2017, permitiram a imposição das violentas medidas antioperárias e antinacionais.

A pandemia não fez senão potencializar a crise econômica e acelerar a crise política. A divisão interburguesa, em torno ao isolamento social, expõe as dificuldades de Bolsonaro de impor a centralização burocrática militar, afeita a um governo de caráter bonapartista. Ou seu núcleo militar recompõe a centralização e disciplina as frações opositoras da burguesia, ou a crise se tornará mais aguda, inviabilizando a governabilidade de Bolsonaro. Os setores conciliadores, que, por enquanto se expressam na política do “centrão”, veem na crise política uma oportunidade para se instalarem na máquina do Estado. A reclusão das massas e o temor com a pandemia ocultam o lugar da luta de classes no curso da decomposição da política burguesa. Os vários acontecimentos, que se aglutinaram no curto espaço e no tempo, parecem limitados aos marcos do Estado, nos choques entre os poderes da burguesia. Basta observar que, em sua base, se encontra o bloqueio das forças produtivas, que não têm como se desenvolver, e se desintegra. A destruição de milhões de postos de trabalho, aumento do desemprego, subemprego e informalidade são as consequências visíveis da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas. As contrarreformas – trabalhista, previdenci-

ária, terceirização, etc. – vinham acompanhadas da promessa de retorno dos investimentos e, portanto, do crescimento econômico. A propaganda governamental depositava fé no futuro promissor. A combinação da crise sanitária com a crise econômica arrebatou as diretrizes do governo Bolsonaro.

A política de conciliação de classes da oposição reformista e de seu braço sindical burocrático auxiliou o governo e o Congresso Nacional a iludirem a classe operária e demais explorados. As traições à greve geral de junho de 2019, e à anterior, de abril de 2017, permitiram a imposição das violentas medidas antioperárias e antinacionais. Tais imposições, de acordo com a política de conciliação, resultariam do embate entre as classes, nos quadros da democracia burguesa. E que, por isso, o resultado final deveria ser acatado pelos explorados. O mesmo se passou com a importante greve nacional dos petroleiros, que antecedeu a eclosão da pandemia. A resistência dos petroleiros se chocava diretamente com o programa pró-imperialista de privatizações. Em seguida, os reformistas, as centrais sindicais e toda a esquerda se alinharam ou se adaptaram à resposta burguesa do isolamento social. Acataram o chamado dos governos e do Congresso Nacional a cancelar o “Dia Nacional de Luta”, de 18 de março. Os bolsonaristas desconhecaram o apelo e mantiveram sua manifestação do dia 15. Boa parte dos assalariados foi empurrada para o confinamento, sem saber o que de fato iria acontecer. Outra parte teve de continuar indo ao trabalho, também sem saber o que iria acontecer. O desmonte do “Dia Nacional de Luta” teve uma importância decisiva para o curso dos acontecimentos. Como ocorreu logo no início da pandemia, evitou-se a intervenção das massas, que lhes dava as condições coletivas para fixar uma posição de classe dos explorados, diante das medidas que os governos tomavam e iriam tomar. Os sindicatos deveriam ter convocado assembleias, e as centrais garantirem a unidade da resposta proletária à pandemia, e suas consequências econômicas e sociais.

A classe operária desorganizada ficou à mercê da divisão interburguesa, que se cristalizou na figura de Doria, governador de São Paulo, PSDB, e de Bolsonaro. A capitulação das direções sindicais, que não salvou nem mesmo a CSP-Conlutas, dirigida pelo PSTU centrista, auxiliou a burguesia e seus governos a esconderem a impossibilidade de o capitalismo viabilizar o isolamento social. A oposição burguesa, que é multifacetária, passou a comparecer como um só bloco, uma espécie de frente ampla, sob a liderança de Doria, que se prepara para as próximas eleições. As centrais, objetivamente, se colocaram por trás do bloco oposicionista, apesar de suas diferenças burocráticas. É elementar para os marxistas a premissa de que a classe operária, fora da produção social e desorganizada, não tem como se contrapor a qualquer fenômeno capitalista que atinja as massas.

A tremenda pressão da crise sanitária provocou adaptações e vacilações das correntes, que se reivindicam do marxismo, leninismo e trotskismo. Nota-se que isso se passou e se passa em nível internacional. No Brasil, a assimilação das pressões burguesas foi e é descarada. Todas as correntes, sem exceção, se submeteram ao cancelamento burocrático, arbitrário, do “Dia Nacional de Luta”. Todas acabaram se comprometendo, direta ou indiretamente, com os acordos on-line, realizados pelos sindicatos, sob o tacho da MP 936. E todas aderiram ao 1º de Maio virtual. O Dia Internacional dos Trabalhadores foi, simplesmente,

te, abolido no momento em que o poder econômico já havia rompido o isolamento social, e milhões voltavam ao trabalho.

A crise do governo Bolsonaro se amplia na situação em que a classe operária não tem como se manifestar. É justamente nas condições de desintegração de um governo burguês que os explorados podem melhor aproveitar para levantar suas reivindicações, e agir com seus métodos próprios de luta. A burguesia necessita da continuidade do temor provocado pela pandemia para encontrar uma solução à estabilização do governo. Conta também com o aumento exponencial do desemprego para manter o temor dos trabalhadores. A volta desorganizada ao trabalho facilita as pressões do poder econômico e dos governos sobre os explorados. A burocracia sindical, certamente, se valerá do receio da classe operária e demais explorados para evitar a imediata contestação aos acordos de redução dos salários, desemprego e maior proliferação da miséria. As frações burguesas, que se chocaram em torno à orientação do Estado no enfrentamento à pandemia, vão calibrar suas divergências, de acordo com as tendências de luta das massas pós pandemia.

A classe operária voltará ao leito normal da produção, sem contar com reivindicações próprias, ou seja, com um plano de emergência oposto ao do governo e do Congresso Nacional. Voltará sem que os sindicatos expliquem os motivos de seus temores, para elevar a consciência de classe sobre a tormenta vivida, e a que a espera. O desemprego e a fome potencializam a situação social explosiva, que já existia anterior à crise sanitária. Os organismos internacionais e o imperialismo orientam os governos a agirem imediatamente, com programas assistencialistas, para conter uma possível revolta popular. O Brasil é um dos países em que as condições objetivas podem dar lugar a uma situação de duros enfrentamentos entre a maioria oprimida e minoria opressora. A burguesia conta, no entanto, a seu favor com uma burocracia sindical altamente estruturada e vinculada internacionalmente à burocracia servil do imperialismo.

A vanguarda com consciência de classe deve trabalhar no seio do proletariado contando com os instintos de revolta, que emergirão em choque com as direções contrarrevolucionárias. A crise econômica, que se desdobrará da pandemia, será mais potente que a de 2008-2009. Economistas e especialistas preveem que, mundialmente, será mais ampla e profunda que a de 1929. A onda pandêmica, que se generalizou, e as consequentes respostas burguesas, interrompeu, momentaneamente, a luta de classes, que se aprofundava em vários países. No Brasil, interrompeu a retomada do movimento operário e das massas, depois da paralisia provocada pelas traições e derrotas dos explorados, que tiveram de suportar as brutais contrarreformas da ditadura civil de Temer e do governo militarista de Bolsonaro. O “Dia Nacional de Luta”, que foi cancelado, indicou que a burocracia se tornava suscetível ao crescente descontentamento das massas, diante do alto desemprego e do agigantamento do subemprego. Mais dia, menos dia, a luta de classe mundial emergirá como uma força mais potente. O Bra-

sil não ficará à margem.

O caráter mundial da crise econômica, sua extensão e profundidade, põe à luz do dia as premissas objetivas da revolução proletária. O imperialismo e suas frações burguesas semi-coloniais não têm como superar a contradição entre as forças produtivas, as relações de produção e as fronteiras nacionais. Têm de manter a marcha ascendente de destruição de parte delas, processo esse que obriga a classe operária a retomar suas tradições revolucionárias. A crise de direção pode ser enfrentada pela vanguarda, apoiando-se na dura experiência vivida pelas massas com a impossibilidade do capitalismo de protegê-las, diante da pandemia. O programa de expropriação da propriedade privada dos meios de produção e transformação em propriedade social comparece como a via concreta de libertar os explorados do jugo capitalista e superar a barbárie social. A vanguarda tem de se colocar diante de cada embate com a burguesia empunhando a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

A classe operária e demais explorados, no entanto, recomeçarão a luta, partindo de suas reivindicações elementares, de

defesa dos empregos e salários. Ganhará vigência material o plano de emergência, posto nas condições da pandemia. É por essa via que a classe operária começará a entender o que se passou com a política burguesa do isolamento social, e a incapacidade dos capitalistas de aplicá-lo universalmente, garantindo a proteção sanitária e trabalhista ao conjunto da população. É preciso observar e avaliar por onde os explorados começarão a reagir contra a carga negativa descarregada pela burguesia e seu Estado sobre seus ombros. A permanência da crise política favorecerá o instinto de revolta da maioria oprimida.

A orientação do momento é a de preparar-se para a volta ao trabalho, exigindo que os sindicatos convoquem assembleias, e que as centrais rompam com a política de conciliação de classes. Não há dúvida de que as frações burguesas, que hoje se digladiam, amanhã se unirão para impor novas medidas antioperárias e antinacionais.

Estando na produção, o proletariado terá condições de ver a gravidade do plano de emergência da burguesia, negociado entre Bolsonaro e o Congresso Nacional. A burguesia e o governo voltarão à carga, com novos projetos de salvação dos interesses do grande capital, dos credores da dívida pública e do imperialismo. A classe operária e demais explorados voltarão a lutar contra o conjunto das contrarreformas, que vêm sendo implantadas desde o governo Temer. É necessário ajustar a defesa do plano de emergência próprio dos explorados com as reivindicações mais vitais e a estratégia revolucionária. As reivindicações emergenciais devem levar os explorados a defenderem o programa de reivindicações transitórias. Em oposição à solução burguesa da crise de governabilidade, o destacamento com consciência de classe tem a seu favor as condições para propagandear no seio dos explorados a bandeira do governo operário e camponês e o programa da revolução proletária.

A orientação do momento é a de preparar-se para a volta ao trabalho, exigindo que os sindicatos convoquem assembleias, e que as centrais rompam com a política de conciliação de classes. Não há dúvida de que as frações burguesas, que hoje se digladiam, amanhã se unirão para impor novas medidas antioperárias e antinacionais.

Nesta edição:

- **Bolivia:** Por um 1º de Maio em que a classe operária se reencontre com a sua ideologia socialista, sua rica história e tradição revolucionárias / Educação e barbárie.
- **Argentina:** 1º de maio: Viva a classe operária internacional! Viva o Comunismo! / A CGT e o governo, a serviço dos empresários, contra os trabalhadores.
- **Internacionais:** Burocracias sindicais e partidos esquerdizantes dissolvem 1º de Maio / Consequências nefastas do monopólio petrolífero.
- **Lênin:** *Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.*

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



Manifesto do Comitê de Enlace

1º DE MAIO OPERÁRIO, SOCIALISTA E INTERNACIONALISTA

Que os capitalistas paguem pelas consequências da crise econômica mundial e pela pandemia

O mundo passa por uma extraordinária catástrofe econômica e social, que supera largamente a grande crise de 2008, cujas consequências ainda não foram superadas. Esta atravessa, simultaneamente, todos os países, sendo que o coronavírus foi apenas o estopim. Os fatores da crise estavam presentes há muito tempo.

A guerra comercial entre as principais potências, que se agudizou nos últimos anos, levou a um estancamento da produção e do comércio mundial. Isso quando se elevava o máximo nível histórico do endividamento dos países, das corporações e da população.

As semicolônias, além disso, suportaram a disputa feroz entre as metrópoles, por se apoderarem dos recursos naturais e das empresas mais rentáveis.

Ficaram expostas as principais contradições de um capitalismo esgotado e em decomposição, que empurra as massas ao abismo, à barbárie: as forças produtivas da humanidade atingiram um altíssimo grau de desenvolvimento, mas não podem mais se desenvolver, devido ao choque delas com as relações de produção, baseadas na grande propriedade privada dos principais meios de produção. A produção de mercadorias é cada vez mais socializada, cada vez mais integrada internacionalmente e, ao mesmo tempo, esse produto é apropriado por uma ínfima minoria da sociedade, cada vez mais concentrada. Já nem sequer é o 1% da sociedade, é o 1% do 1%, que concentra cada vez mais a propriedade e os lucros. Essas forças produtivas mundiais também são bloqueadas pelas fronteiras nacionais, onde se enrijeceram as multinacionais, para defender suas conquistas e seus ganhos, avançando o protecionismo.

Na presente crise, serão destruídos mais 200 milhões de empregos, que se somarão aos mais de 220 milhões, que existiam no início do ano. Somente nos Estados Unidos, 26 milhões de trabalhadores foram demitidos nas últimas cinco semanas. Estamos diante de uma descomunal destruição de forças produtivas, como se tivesse ocorrido uma confrontação bélica e, ao mesmo tempo, a preparação de ações militares continuam em andamento mais do que nunca (ameaças à Venezuela, Irã, Cuba).

Se a sociedade continua nas mãos daqueles levaram o mundo

a esta situação, só se pode dar uma longa recessão econômica, com todas suas consequências. A crise de superprodução, própria do capitalismo, não tem outra solução para a burguesia, que não seja a destruição em massa de forças produtivas (guerras, fechamento de fábricas, desemprego, etc.).

Além disso, a classe operária e demais explorados sofrerão as piores consequências da pandemia, pois, estarão sem trabalho, ou com trabalhos mal pagos, em condições de maior exploração e miséria. Os capitalistas descarregarão a catástrofe em nossas costas, como já fizeram outras vezes. A barbárie está diante dos nossos olhos, em todas suas formas mais terríveis. Dezenas de milhares morrem, porque sequer podem ser atendidos pelo sistema de saúde pública, que foi desmantelado ou privatizado. Dezenas de milhares de mortos e contagiados, que poderiam ter sido protegidos. A resposta universal do confinamento, para atenuar a quantidade de contágios, é uma confissão de impotência e desespero. Era previsível o que aconteceria, mas não fizeram nada para evitar. Essa também é uma consequência do agravamento da anarquia e do caos, que caracteriza esta última etapa do capitalismo.

Para a classe operária, para sua vanguarda consciente, é fundamental compreender a magnitude da crise, seus traços mais importantes, porque, diante deste momento histórico, é a única classe que pode dar uma saída à humanidade, e tem de enfrentar as forças da burguesia e da pequena burguesia, que são absolutamente incapazes de formular uma resposta, e todas suas iniciativas fracassaram. A velocidade da bancarrota capitalista não é acompanhada com a reconstrução do centro revolucionário internacional.

A classe operária necessita, hoje mais do que nunca, pôr em pé, reorganizar, seu partido revolucionário mundial, que mostre abertamente qual é o caminho para os oprimidos. O estalinismo destruiu a III Internacional, o centro político ideológico mais poderoso que pôde colocar em pé na história, ao calor da Revolução Russa. Revolução que a burocracia estalinista traiu, e levou para a restauração capitalista.

O estalinismo não só destruiu a III Internacional, como perseguiu e assassinou a vanguarda, que se organizou na Oposição de Esquerda, e depois, na IV Internacional. Dessa forma, liquidou a maioria dos dirigentes da Revolução Russa, e abortou os processos revolucionários em todo o mundo. Essa traição se somou à traição da socialdemocracia, que havia passado para o terreno do imperialismo, quebrando-se diante da Primeira Guerra Mundial. Para a classe operária, para sua vanguarda mais consciente, é fundamental ter este balanço político, porque, hoje, diante da falência do estalinismo e da socialdemocracia, ainda o proletariado não pôde resolver o problema dos problemas, que é o de construir o centro revolucionário internacional. Verifica-se, dramaticamente, como, em toda a parte, a maioria dos sindicatos e centrais operárias ainda estão nas mãos de setores burocratizados e corrompidos, submetidos às ordens das frações capitalistas, sob bandeiras reformistas, nacionalistas, “esquerdistas” e religiosas.

A IV Internacional nasceu débil organizativamente, ainda que apoiada em sólidos alicerces programáticos, construídos durante 90 anos de luta consciente do marxismo e da experiência formidável da luta de classes, durante essas décadas.

O maior drama, porém, foi a debilidade de sua direção política. Após o assassinato de Trotsky, alguns se prostraram diante do nacionalismo e do estalinismo, achando neles algum traço progressivo, diluindo-se em suas políticas; outros abraçaram o foquismo, entusiasmados pela vitória da Revolução Cubana, acreditando que havia um caminho mais rápido para a revolução; e, outros se transformaram em vulgares democratizantes, abandonando completamente os princípios político-estratégicos, e se transformando em oportunistas eleitoreiros. Todos têm em comum o abandono da tarefa de construir o partido-programa, apoiado na estratégia da revolução e ditadura do proletariado (governo operário e camponês), na premissa de que o capitalismo não pode ser reformado, que só a ação direta das massas é o caminho para impor as reivindicações da classe operária. Que há uma única via ao socialismo, que é a revolução social, da maioria oprimida, sob a direção política da classe operária.

É importante destacar esta questão, porque o que se discute, hoje, em todo o mundo, é como sair de semelhante crise. É preciso insistir, com toda clareza, que não há saída pelas mãos dos capitalistas, que levaram o mundo à barbárie, que já é conhecida em todas suas variações. E, para piorar, em meio a esta crise, se potencializam suas tendências direitistas, autoritárias, chauvinistas, que jogam pela janela até o que resta das formas democráticas. Só poderá haver uma nova ordem social, caso o proletariado acabar com as bases materiais da ordem social capitalista, que baseia na propriedade privada dos meios de produção.

Somente a classe operária no poder, dirigindo a maioria oprimida, pode tomar em suas mãos um plano de emergência, para sair da crise e da barbárie. Isso por que somente a classe operária pode acabar com a grande propriedade dos meios de produção, dos bancos, dos latifundiários. Ou alguém acredita que esta tarefa pode ser resolvida por meio de leis ou de constituintes?

Somente a classe operária pode impor um sistema único estatal, gratuito de saúde, acabando com a propriedade privada dos laboratórios, clínicas, etc. E impor a estatização de todo o sistema bancário, do comércio exterior, da grande propriedade agrária, dos recursos e empresas vitais para a economia, como as minas, as reservas petrolíferas, as usinas hidroelétricas, etc.

Não pagar a dívida externa e a dívida pública. Romper todos os acordos, impostos pelo imperialismo.

Acabar com o protecionismo das potências. Imporemos a solidariedade, em todos os terrenos, da classe operária e demais oprimidos em todo mundo todo, pois, são nossos irmãos.

Unir a América nos Estados Unidos Socialistas da América Latina, e o mesmo na América do Norte, Europa, Ásia, Oriente Médio e África. Nossa estratégia é o socialismo, o comunismo, acabar com a exploração do homem pelo homem. Nesta tarefa, é preciso combinar o trabalho de pôr em pé o partido mundial da revolução socialista, avançando com o fortalecimento de suas seções, construindo o programa, organizando amplamente as massas, na frente única anti-imperialista, com a perspectiva de tomar o poder, e liquidar a ditadura do capital. Isso será possível, trabalhando pela unidade da vanguarda em torno a essa tática mestra. Os explorados devem reconstruir seus organismos, desde as bases, para começar a se autogovernar e recuperar os sindicatos e as centrais para a classe operária, expulsando os burocratas traidores e vendidos. Confiando em sua própria capacidade de organização, em seus próprios métodos de luta, combatendo a ilusão no parlamentarismo e na democracia burguesa, que se desintegra cada vez mais.

A vanguarda consciente deve partir da organização dos movimentos em torno às questões mais urgentes: acabar com o desemprego, repartindo as horas de trabalho entre todos os trabalhadores, acabando com o trabalho precarizado; impulsionando urgentemente um plano de obras públicas, que construa moradias, hospitais e escolas; defendendo a saúde, impondo nos lugares de trabalho as condições que garantam a proteção, diante do contágio daqueles mais expostos; enfrentando a fome, que ninguém fique sem seu prato de comida, com refeitórios regulares, com alimentos suficientes. A melhor proteção sanitária é alimentação de todos os dias!; defendendo nossos salários e aposentadorias, que devem cobrir as necessidades vitais. Nenhuma redução salarial. Não à suspensão ou anulação dos acordos coletivos.

Abaixo as reformas previdenciárias, trabalhista, sindical, que objetivam destruir o movimento operário!

Rechaçar toda forma de militarização ou arregimentação da sociedade em nome da proteção contra o vírus.

Formar comitês, agrupamentos desde as fábricas, oficinas e locais de trabalho nos bairros, para discutir esse plano de reivindicações e arregaçar as mangas, preparando as assembleias e coordenando os setores em luta.

As centrais sindicais, e boa parte da esquerda que se reclama socialista, esqueceram o 1º de Maio, uma jornada histórica que reafirma a independência de classe, sua estratégia e a luta de classes para derrotar a burguesia.

Os revolucionários intervêm, propagandeando as bandeiras históricas do proletariado e chamando a intervir com sua própria organização e métodos de luta.

Viva a classe operária internacional!

Viva o socialismo, viva o comunismo!

Acabar com a grande propriedade privada dos meios de produção, transformando-a em propriedade social!

29 de abril de 2020



Por um 1º de Maio em que a classe operária se reencontre com a sua ideologia socialista, sua rica história e tradição revolucionárias

Este 1º de Maio surpreendeu os trabalhadores em meio à profunda crise estrutural do capitalismo, agravada pela pandemia do coronavírus; despontam no horizonte os fantasmas do desemprego e da fome. Os trabalhadores e a maioria pobre estão ameaçados de viver situações muito difíceis, porque o governo de Añez, que representa os interesses da classe burguesa e do imperialismo ianque, pretende descarregar todo o peso da crise sobre as costas do povo faminto, impondo soldos e salários de fome, demissões em massa e destruição das conquistas econômicas e sociais. A homenagem aos mártires de Chicago e as centenas de mártires do proletariado boliviano deve responder à necessidade firme defesa dos princípios da INDEPENDÊNCIA POLÍTICA DE CLASSE E DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO, nas organizações operárias. E constituir a unidade granítica da classe operária com a maioria nacional oprimida, sob a bandeira das Teses de Pulacayo (1946) e das Teses Socialistas da COB (1970), na perspectiva de construir uma sociedade sem oprimidos e opressores.

Condema os coveiros da gloriosa Central Operária Boliviana e da FSTMB, por tê-las transformado em um instrumento servil aos governos de plantão, particularmente, da impostura dos falsos socialistas masistas.

Frente ao sistema capitalista que se desmorona diante dos nossos olhos, arrastando a humanidade ao sofrimento e à barbárie; é hora do proletariado (classe revolucionária por excelência) conduzir a luta dos pobres e explorados de todos

os países, à destruição da grande propriedade privada transnacional e do império do capital financeiro. Agora, mais do que nunca, fica demonstrado que é o socialismo e o comunismo, a sociedade do futuro, que oferecerá generosamente à humanidade o bem-estar econômico social e convivência harmônica com a natureza.

- *Estabilidade no emprego. Não aceitar nenhuma demissão, sob nenhum pretexto;*
- *Não aceitar redução salarial, nem descontos nas férias pelos dias não trabalhados;*
- *Não ao congelamento dos salários;*
- *Não à flexibilização capitalista do trabalho;*
- *Não à suspensão temporária das contribuições patronais para a previdência e à saúde;*
- *Controle operário coletivo de todas as fábricas produtivas e de serviços;*
- *Garantia de equipamentos de proteção aos trabalhadores pagos pela patronal;*
- *As empresas que se declarem falidas devem ser ocupadas por seus trabalhadores e o Estado deve injetar o capital necessário para o seu funcionamento;*
- *Estatização dos serviços privados de saúde;*
- *Desconhecimento da dívida externa;*
- *Nacionalização das minas e petróleo sem indenização.*

(Extraído Jornal Massas Extra, 4 de maio de 2020, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Bolivia **Educação e barbárie**

O prolongado isolamento social (quarentena) para combater os efeitos da pandemia do COVID-19 condenou a grandes sacrifícios a população como um todo, especialmente as camadas mais pobres, que se veem obrigadas a suportar as dificuldades, enquanto aguardam os salários miseráveis ou os auxílios insuficientes, que o governo tem distribuído. Por outro lado, o aparato produtivo está paralisado e coloca no horizonte o fantasma do desemprego e de mais fome. A queda nos preços dos minerais no mercado mundial e a queda do petróleo nos últimos dias deu a impressão de que a maldição das sete pragas do Egito havia caído sobre a Bolívia. O desespero se espalha ainda mais, quando se admite que essa pandemia não terminará logo que a quarentena se encerrar, nos próximos dias; médicos e especialistas explicam que, enquanto a vacina não for descoberta e sua aplicação universalizada, a humanidade estará condenada a conviver com esse flagelo.

Em meio a esse panorama catastrófico, o problema do destino

da educação foi colocado em discussão. O Ministério da Educação e setores da classe média, quase automaticamente, tentaram encontrar a tábua de salvação na educação virtual. Eles consideram que essa forma de educação pode amenizar ou superar os grandes danos que a educação está sofrendo, devido à suspensão das aulas presenciais, em todos os níveis e modalidades. A suspensão de quase dois meses das aulas presenciais é vista por professores, pais e alunos como uma catástrofe, que é muito difícil de recuperar no que resta do calendário letivo.

Fala-se das limitações materiais e culturais, para poder aplicar universalmente as plataformas virtuais, de que os computadores, internet e smartphones não chegaram a todos os setores da população; da grande desigualdade social em que uma imensa maioria dos pobres, especialmente do campo, não têm acesso à internet, e nem mesmo à eletricidade; devido à pobreza que impera, a maioria não é capaz de acessar a quantidade de megabytes exigida pelos

programas educacionais; que os pais, devido ao nível cultural muito elementar, não podem apoiar a aplicação da educação virtual para seus filhos nas etapas iniciais de ensino; que não houve tempo para treinar o conjunto dos professores no uso da informática etc. Tudo isso é verdade, a Bolívia é um país que não conseguiu superar os resquícios do pré-capitalismo, fato que se reflete em todas as atividades econômicas, sociais e culturais. É um problema estrutural que também deve se refletir na natureza da educação.

É inquestionável que a pandemia desnudou a incapacidade da classe dominante e do Estado burguês em resolver os problemas gerados pela crise cíclica do capitalismo, todas as suas medidas acabam golpeando os interesses da classe operária e da maioria oprimida do país, e são inúteis para superar a crise da educação, que se arrasta desde que o sistema social entrou em seu esgotamento total; agora, como novidade, surge a questão de saber se a educação virtual pode salvar total ou parcialmente a qualidade da educação.

Partindo do caso hipotético de que todas as condições materiais, sociais e culturais para se aplicar plenamente a educação virtual fossem garantidas, fato que não se dará, por ser um problema de natureza estrutural, o que aconteceria com a educação? Seria possível superar substancialmente a qualidade da educação e o desenvolvimento integral do ser humano, de modo que, com a ajuda dos computadores e da Internet, os alunos possam ser apresentados a um mundo repleto de conhecimento e transformação científica, e suplantam o mundo real por esse outro, que é virtual?

Partamos da evidência de que a educação, desde muito tempo, antes da pandemia, está em crise; que se manifesta como uma atividade que não alcança efetivamente o conhecimento, nem novos avanços na ciência. Pelo contrário, caracteriza-se por ser anticientífica, repetitiva e memorística, agravada ultimamente por manifestações de barbárie, como é o pachamamismo¹. Chegamos à convicção de que a crise educacional se desenvolve paralelamente à crise estrutural do sistema capitalista, por isso, a neoliberal Lei Nº 1565 propôs a privatização da educação, para libertar o Estado burguês falido de suportar o pesado custo educacional.

Em nossas discussões educacionais, primeiro com o neoliberalismo, e depois com a pós-moderna Lei Nº 070 [Lei da Educação "Avelino Siñani - Elizardo Pérez"], chegamos à conclusão de que a causa dessa crise está na crescente separação da educação em relação à realidade. O objeto direto do conhecimento que aparece como manifestações múltiplas, contraditórias e em permanente mudança, que são os fenômenos da natureza, da sociedade e da cultura, foi substituído pelo texto, pelo módulo educativo, ou pelos materiais didáticos que os professores preparam para suas aulas. Foi rompida a relação dialética entre o sujeito que conhece e o objeto do conhecimento, ambos em permanente mudança e transformação.

O capitalismo, por ser uma sociedade dividida entre opressores e oprimidos, baseada na grande propriedade privada dos meios de produção, nunca conseguiu superar essa dicotomia entre educação e realidade. Em sua etapa progressiva, implantou as várias formas da Pedagogia Ativa e do comportamentalismo, com o slogan que você "aprende fazendo"; mas limitou-se a encerrar a atividade dos alunos em um ambiente escolar na forma de oficinas, com trabalho manual, resolução de tarefas etc. Fazendo com que o professor e o aluno permanecessem em uma atitude

contemplativa em relação à realidade, amputando sua capacidade criativa de agir de forma transformadora sobre ela. Dessa maneira, foi eliminada qualquer possibilidade de aplicar a unidade entre teoria e prática no processo social de produção, como a única possibilidade de superar a atual crise da educação.

Na fase de decadência desse sistema social, houve uma clara virada para o subjetivismo pedagógico, ancorando a atividade educacional em concepções estruturalistas, que visam a aprisionar a realidade em formas e fórmulas abstratas; a gramática estrutural e a lógica simbólica derivaram em correntes pedagógico-psicológicas, como o construtivismo e o pós-modernismo, que concebem a possibilidade de que o homem possa construir ilimitadamente o conhecimento e a própria realidade, através dos malabarismos da linguagem.

É nesse contexto que se discute, agora, que a educação virtual possa substituir total ou parcialmente as aulas presenciais, substituir a relação direta entre alunos e professores, na qual ambos atuam para modificar a realidade que os cerca. O Ministro da Educação desenvolve a teoria de que essa forma educacional possui limitações, pois, só pode dar conta da formação teórica do aluno, impossibilitando a parte prática e operacional. Conclui que permanece apenas na educação informativa e não formativa. As velhas concepções, que separam a teoria da prática, não saem da cabeça do Ministro da Educação. Nós, professores, pelo contrário, afirmamos que não há possibilidade de conhecimento fora da unidade dialética entre teoria e prática, como único caminho para se atingir o conhecimento e fazer ciência. Se a educação virtual for plenamente aplicada, a crise atual será agudizada, porque a atividade educacional romperá os poucos vínculos que ainda mantém com a realidade. O capitalismo em crise, assim, nos oferece a barbárie educacional, com um verniz tecnológico.

Não pretendemos rejeitar ou desvalorizar os avanços da cultura e da ciência, eles constituem um patrimônio da humanidade, que precisamos aprender a usar como ferramentas no trabalho constante de dominar as leis, ainda não descobertas pelos seres humanos, da natureza, da sociedade e da própria cultura. Livros, computadores, Internet, fórmulas abstratas, cibernética, etc. são ferramentas a serviço do homem, que devemos saber usar; o machado ou o martelo usado incorretamente podem amputar nossas mãos e computadores e a Internet, nesta sociedade de consumo, está destruindo a capacidade do homem de interagir socialmente.

Finalmente, nós, professores, soltamos um grito de alerta. As consequências da crise estrutural do capitalismo, que já se fazem sentir no país, agudizadas pela pandemia do COVID-19, vão pressionar o Estado burguês a despejá-las sobre os ombros dos oprimidos e explorados. Uma das maneiras de fazê-lo é reduzir o quanto puder os custos do funcionalismo, para transferir esses recursos ao socorro do capital privado parasitário e das multinacionais imperialistas. A educação é um dos serviços mais dispendiosos, e o Estado tentará economizar dinheiro, reduzindo ou liquidando as conquistas históricas da educação, privatizando setores importantes, mantendo os salários de fome, intensificando a exploração sobre o magistério, e reduzindo a quantidade de professores com seu plano de generalização da educação virtual.

A URMA (União Revolucionária do Magistério) convoca o professorado nacionalmente, os pais e os trabalhadores em geral, a intervir de maneira unitária para salvar a educação da barbárie.

(Extraído do *Jornal Massas-Extra*, 27 de abril, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia) / Abril de 2020.

1 Termo que remete ao uso político da adoração à Mãe Terra (Pachamama). Na reforma educacional de Evo Morales (MAS), por exemplo, pretendeu-se equiparar a concepção científica à religiosa (nota da tradução).

1º de maio: Viva a classe operária internacional! Viva o Comunismo!

Este 1º de maio será diferente. Não haverá atos, nem mobilizações, somente atividades isoladas. Seguramente, na maioria dos países, será igual. As medidas de confinamento impostas pelos governos impedem as concentrações massivas e o livre trânsito, e as organizações sindicais da classe operária e a grande maioria das organizações políticas aceitaram passivamente essas medidas, subordinando-se às políticas dos governos.

Estamos atravessando uma situação de catástrofe mundial, com a queda da produção e do comércio, que destrói milhões de postos de trabalho, uma particular crise na história. A esse ponto chegou a decomposição capitalista, não causada pelo coronavírus.

Há motivos mais do que suficientes para protestar e mobilizar. Estamos em uma situação extremamente crítica. A recessão da economia dura vários anos, e as políticas do novo governo fracassaram, porque não objetivavam reativar a economia, mas pagar a dívida externa, e, para completar, estourou a pandemia, agravando a situação anterior. O fechamento de oficinas, fábricas e comércio agravará ainda mais a situação. Quando acabar o confinamento, estaremos em uma situação muito pior da que estávamos. É responsabilidade deste governo? Sim, porque não está disposto a tomar as medidas necessárias para enfrentar uma crise da magnitude que o país atravessa, por sua subordinação aos grandes capitalistas.

Exigimos:

- Interromper imediatamente as demissões e suspensões, que afetam centenas de milhares de trabalhadores;
- Acabar com toda forma de precarização trabalhista;
- Acabar com a redução de salários. As empresas recebem do governo 50% dos nossos salários e sequer querem pagar o 50% restante. Quando a grande maioria dos trabalhadores sequer ganha o suficiente para garantir o custo de vida. Quem autorizou a burocracia sindical a fazer acordos de redução salarial? Os traidores dizem que é para garantir um piso mínimo, em troca de interromper as demissões;
- As medidas tomadas não são de nossa responsabilidade. Os trabalhadores não decidiram essa forma de confinamento. É o governo que toma essa decisão, devido ao desastre do sistema de saúde, destruído por vários governos;
- Que o sistema de saúde integre imediatamente todas as clínicas privadas, laboratórios e convênios em um sistema único de saúde gratuito, para todos. Chega de subsidiar e entregar recursos à medicina privada! Diante da menor sugestão de centralizar os recursos do sistema de saúde, os empresários e a burocracia desencadearam uma ofensiva, e o governo recuou;
- Impor o controle operário sobre as condições de higiene e segurança em todos os lugares de trabalho;
- Exigir que os trabalhadores do sistema de saúde tenham todos os meios adequados para trabalhar, sem se exporem ao contágio;
- Assegurar que nenhum trabalhador, registrado ou não, e sua família fiquem sem comida diária, sem os equipamentos de higiene e proteção, sem os serviços básicos de água, eletricidade, gás, internet e telefonia. Suspender o pagamento dos alugueis, até a retomada plena da atividade econômica, e pôr em pé um plano de obras públicas, para construção de milhões de moradias;
- Conter a inflação! Estamos cansados que nos roubem o tempo todo. Não se resolve isso com decretos, nem indignação pela televisão. É necessário impor a abertura da contabilidade de todas as empresas, juntamente com o controle operário co-

letivo. Impor um férreo controle de preços, estatizando sem indenização a produção em grande escala dos alimentos, e as grandes redes de supermercados.

Colocamos apenas algumas das reivindicações mais urgentes, que só podem ser impostas com os métodos próprios de luta do proletariado.

Não podemos deixar nas mãos da burguesia, que nos empurrou ao abismo, a solução desse desastre, que temos pela frente.

Já se passaram dois meses do início da pandemia, e ainda não se tomaram as medidas para colocar as fábricas para produzir os equipamentos indispensáveis para proteger a saúde. Os equipamentos aparecem a conta-gotas, quando sabemos que, em poucas semanas, atingiremos o pico de contágios, e o sistema de saúde estará saturado. Os trabalhadores da saúde, nos vários estabelecimentos, continuam reclamando que não lhes chegam os equipamentos necessários.

Há motivos para varrer imediatamente com a burguesia mesquinha, corrupta, especuladora, que transfere divisas ao exterior, que tem US\$ 400 bilhões no exterior, e não quer pagar impostos. É essa burguesia que exige que se reconheça a dívida externa fraudulenta, e que a paguemos novamente. É essa burguesia que demite e suspende trabalhadores durante a pandemia. Que aumenta os preços dos produtos essenciais, e exige que se eliminem os controles de preços. Que chantageia a sociedade, provocando o desabastecimento, no caso de não lhe deixar elevar os preços. Que retém a safra para pressionar por uma desvalorização do peso argentino. Que se recusa a garantir as condições sanitárias mínimas e indispensáveis para os trabalhadores. Que drena enormes quantias para a especulação financeira, para açambarcar os dólares. São esses burgueses que especulam hoje, provocando a elevação do dólar paralelo, que atinge o dobro do oficial.

Estamos falando de uma classe que tem o poder, seja nos governos civis e militares, e que tem estrangulado a economia nacional, há muitas décadas. São alguns milhares, que sequer chegam a meio por cento da sociedade, mas que são os donos do país.

É uma classe que sempre se potenciou nas piores crises, saqueando o Estado, apoderando-se dos recursos e das empresas, concentrando e centralizando a riqueza em pouquíssimas mãos. E também se aproveitou para liquidar os direitos dos trabalhadores.

É essa classe que bloqueia o desenvolvimento das forças produtivas, que vem destruindo as indústrias, que elevou os níveis de pobreza, desemprego, precarização e subemprego, cada vez maiores.

Esta classe não pode ser reformada. É definitivamente antinacional. Devemos acabar com ela, para colocar os recursos materiais e humanos a serviço da grande maioria que trabalha, que produz a riqueza, que é a grande maioria oprimida. Esse confinamento evidencia que somente a classe operária produz riqueza, que, sem o seu trabalho, a economia paralisa. Daí o desespero e pressão da burguesia, para que os operários voltem a produzir, sob qualquer condição.

Este retrato da burguesia mostra também suas instituições, seus partidos políticos e também a burocracia sindical. Todos eles adotam os traços dessa classe em decomposição.

Não há nenhuma possibilidade de transformar a sociedade, enquanto sobreviverem essas condições. Muitos perguntam, com razão, se não se trata de uma tarefa gigantesca, quase impossível. Respondemos que é uma tarefa enorme, mas que depende de nós, de que resolvamos nossa própria crise de direção, que construa-

mos o Partido Revolucionário, que recuperemos os sindicatos e a CGT para os trabalhadores, que nos auto-organizemos desde as bases. Respondemos que têm razão, mas à classe operária não resta alternativa. Colocaram-nos diante do abismo, e não têm outra coisa a oferecer, a não ser a barbárie. Até quando vão continuar impondo os ajustes? Até quando vamos deixar que continuem com os ajustes?

É hora de impor um plano de emergência para reconstruir a economia, e nos reconstruir como classe revolucionária.

Este 1º de Maio coloca estas questões sobre a mesa. A vanguarda operária consciente, militante, deve fazer um balanço do que ocorreu nas últimas décadas, dos fracassos, das ilusões e frustrações. A classe operária deu provas de imensa vontade de luta. É hora de reafirmar os princípios proletários, o programa, a estratégia da classe operária, os métodos de luta e de organização. Temos pela frente uma responsabilidade histórica. Devemos trabalhar pela unidade dos lutadores, sob a perspectiva da classe operária, socialista. É necessário enterrar toda ilusão democratizante, pacifista, legalista, de transformação da sociedade.

A estratégia da classe operária é o socialismo, o comunismo. A única via para alcançá-lo é a revolução social, que destrua a

ditadura da burguesia e seu Estado, instaurando a ditadura do proletariado (governo operário e da maioria oprimida da cidade e do campo).

Somente pela via da revolução social, se poderão expropriar os grandes meios de produção das mãos da burguesia.

Somente por essa via, se poderá estatizar o capital financeiro e o comércio exterior, desconhecer a dívida externa e interna, recuperar as empresas privatizadas. Sabemos que estas medidas nunca se resolverão por meio leis do Congresso ou de uma constituinte.

A burguesia está prostrada diante das imposições do capital financeiro internacional, por isso não desfaz as contrarreformas neoliberais da ditadura e de Menem.

A burguesia esgotada, em decomposição, que conserva o poder, sob formas democráticas ou de ditadura militar, peronistas ou radicais, nacionalistas ou liberais, nos está levando a um desastre maior. Somente a classe operária, que luta pelo poder, pode ordenar a economia e planificá-la a serviço da maioria, acabando com o caos e a anarquia de um regime a serviço da minoria parasitária.

(Extraído do Jornal Massas, nº 369, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina, maio de 2020)

Argentina

A CGT e o governo, a serviço dos empresários, contra os trabalhadores

Com o pretexto de proteger os empregos, a burocracia sindical aceitou uma redução salarial de 25% dos trabalhadores, que tiveram os contratos suspensos. O governo cobre os empresários com 50% do salário (com recursos da Seguridad Social-ANSES), mas os trabalhadores acabarão recebendo apenas uma quarta parte dos salários. O governo enterra sua decisão de que, diante das medidas de “isolamento social, preventivo e obrigatório”, os trabalhadores “teriam direito aos seus habituais salários integrais”. Essa é uma das medidas em que o governo recuou, diante da pressão empresarial.

Com muita facilidade, a burocracia sindical aceitou rebaixar os salários, em vez de exigir que o salário mínimo permitisse viver dignamente. Esse deve ser o piso, esse é o mínimo que corresponde ao custo de vida.

Um regime que não pode garantir aos seus escravos que recebam o mínimo indispensável, não tem direito a existir. Até onde vamos continuar retrocedendo? Até onde vão continuar com os ajustes?

Nós, os trabalhadores, não somos responsáveis pela crise econômica, nem pela nefasta política sanitária, que se aplica no país, há décadas. Não temos de suportar suas consequências.

É mentira que vão proteger os empregos. Nem a burocracia, nem o governo, podem garantir nada aos trabalhadores. Os empresários não acatam nenhuma lei que os prejudique. As leis não impediram as demissões massivas das últimas semanas. É uma nova mentira para que aceitemos a redução de salários, diante da ameaça do desemprego.

Os patrões aproveitam para impor a reforma trabalhista de fato. Em cada crise, nos arrancam mais e mais direitos. De cada crise, saímos mais precarizados.

Governo e burocracia dão como certo que as empresas têm dificuldades para pagar os salários. Rechaçamos esta afirmação, queremos conhecer todas as contas, que abram sua contabilidade. Queremos saber se têm contas, empresas e proprieda-

des no exterior, queremos saber quantos informais empregam, se compram dólares ou bônus para especular, queremos saber se pagam todos os impostos que devem, queremos abolir todo o segredo comercial. Não acreditamos em nada que a burguesia diga, ainda que saibamos que algum pequeno empresário possa ter dificuldades.

A CGT valida um processo que estava se desenrolando em vários sindicatos: comércio, metalúrgicos, têxteis, automotivos, petroleiros, entre outros. O presidente da Câmara empresarial metalúrgica destacou, com toda clareza, a “boa relação”, entre os empresários com os sindicatos, e se mostrou confiante de que “vão chegar a algum entendimento”. Não são os sindicatos, são os burocratas, que usurpam a direção de nossas organizações, é com eles que têm uma excelente relação.

A burocracia assessora o governo e os patrões quanto à base legal para cortar os salários: o artigo 223 da lei de Contrato de Trabalho (20.744), que estabelece as condições de pagamento dos salários diante de um caso de suspensão, por “falta ou diminuição do trabalho, não imputável ao empregador, ou força maior devidamente comprovada, pactuada individual ou coletivamente, e homologada pela autoridade de aplicação”.

Podemos lembrar outras leis à burocracia, que as conhece, mas prefere não mencionar, como a do salário mínimo vital e móvel, que estabelece claramente como se compõe, e qual deve ser a mínima retribuição que o trabalhador deve receber. Não o miserável montante acordado com os empresários e o governo, que é uma burla aos trabalhadores.

Devemos discutir como nos organizar desde as bases, para rejeitar esses acordos e punir os burocratas pela traição. Em algum momento, se reestabelecerá a atividade, será em algumas semanas. Preparemo-nos para impor as medidas de luta, para defender os empregos, o salário e os acordos coletivos.

(Extraído do Jornal Massas, nº 369, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina, maio de 2020)

Burocracias sindicais e partidos esquerdizantes dissolvem 1º de Maio

Na esmagadora maioria dos países, o Dia Internacional dos Trabalhadores não passou de palestras, atos e depoimentos virtuais. As direções sindicais e políticas tradicionais da classe operária renunciaram às manifestações de rua. Sua submissão à política burguesa do confinamento social demonstrou, de corpo inteiro, sua completa falência, e expôs à luz-do-dia a virtual dissolução das organizações de massas.

“Esse 1º de maio é diferente de qualquer outro”, disse o presidente francês, Emmanuel Macron, em um discurso on-line, com que convocou à “unidade nacional” para “derrotar a pandemia”. Trata-se da mesma retórica nacional-chauvinista, muitas vezes utilizada pela burguesia francesa. É o que fez recordar as guerras da Indonésia e da Argélia, nos anos de 1950 e 1960, quando o governo exigiu dissolver as contradições de classe e “unificar o país” por trás de um “objetivo superior”.

(...) não apenas era possível convocar um 1º de Maio nas ruas, como era necessário para dar um novo impulso às lutas defensivas da classe operária e demais oprimidos contra os ataques dos governos e do patronato.

No presente, retoma-se a retórica da “unidade nacional”, sob a justificativa de “evitar os contágios pelo Covid-19”. Ao acatarem essa falsificação, as direções sindicais e direções políticas das massas francesas se subordinaram à paralisia imposta ao proletariado pela burguesia, que pretende impedir qualquer reação das massas às violentas contrarreformas em andamento.

Com as devidas particularidades, o mesmo se verificou na América Latina. Lembremos que, em fins do ano passado, irromperam as massas radicalizadas em luta contra as malditas contrarreformas antinacionais e antipopulares, aplicadas pelos governos semicoloniais. É muito provável que uma política justa de defesa da vida com o programa emergencial próprio dos explorados seria um passo para derrubar as contrarreformas e teria facilitado a retomada das lutas operárias e populares logo no começo do ano.

No entanto, as direções sindicais direitistas e reformistas impediram, por diversas vezes, que essas tendências ganhassem projeção. Negaram-se a reunir ao redor da greve dos petroleiros, em fevereiro, o conjunto dos assalariados, que se manifestavam favoráveis à unidade. Os burocratas, em seguida, desmontaram o “Dia Nacional de Lutas”, de 18 de março. A explosão da pandemia e a política burguesa do confinamento social os favoreceu, em

seu objetivo de estancar as tendências de luta. Mas, não apagou o profundo ódio das camadas operárias mais avançadas ao governo Bolsonaro. Nesse sentido, a convocatória a um 1º de Maio nas ruas, e sob as bandeiras imediatas de “*Abaixo as medidas antipopulares! Abaixo a MP 946! Convocar imediatamente assembleias para aprovar um programa emergencial em defesa da vida das massas*”, sem nenhuma dúvida, teria sido um marco da retomada da luta de classes.

É o que se demonstrou naqueles países em que houve tentativas de romper a quarentena militarista e ditatorial da burguesia. Nas Filipinas, pequenos grupos de operários e oprimidos desafiaram o toque de recolher, exigindo ajuda pública aos miseráveis e melhores condições trabalhistas. Na Grécia, sindicatos organizaram uma manifestação frente ao Parlamento. No Líbano, houve protestos radicalizados. No Paquistão, sindicatos e movimentos convocaram manifestações. Na Turquia, realizou-se uma manifestação

de milhares de trabalhadores. Apesar de limitadas e de submetidas à brutal repressão policial, o mérito dessas manifestações foi o de demonstrar que não apenas era possível convocar um 1º de Maio nas ruas, como era necessário para dar um novo im-

pulso às lutas defensivas da classe operária e demais oprimidos contra os ataques dos governos e do patronato.

Foi o que fez, no Brasil, o Partido Operário Revolucionário. Desenvolveu uma sistemática campanha nos corredores fabris e nos terminais rodoviários, pela convocatória de um “1º de Maio operário, socialista e internacionalista” nas ruas, objetivando retomar a luta, sob um programa emergencial em defesa da vida das massas. Impossibilitado de expressar uma fração do proletariado e de fazer seu próprio ato de rua, realizou um ato político presencial, reunindo o melhor da vanguarda, para manter vivas as bandeiras revolucionárias. O Ato do POR ocorria, quando todas as centrais sindicais e quase a totalidade dos partidos que se reclamam do marxismo preferiram os atos, shows e palestras on-line.

No Brasil, como por todo o mundo, os atos virtuais se caracterizaram pelas denúncias aos ataques desfechados pelo patronato contra os explorados, defenderam as teses da “proteção da vida” e a política de isolamento social, e exigiram aos governos a proteção sanitária dos trabalhadores em atividade, e garantir subsídios para a sobrevivência dos desempregados e informais. Essas direções, de uma maneira ou outra, no entanto, se colocaram em posição oposta ao apregoado em palavras no 1º de Maio.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

Era previsível que as esquerdas centristas rejeitassem aparecer no mesmo palco virtual que as burocracias direitistas e reformistas traidoras e venais, que anunciaram a participação de altas figuras da política burguesa. Inclusive, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que apoiou o golpe de Estado de 2016. Assim, convocaram seus próprios atos virtuais. É o que fez a Frente de Esquerda dos Trabalhadores (FET), da Argentina; bem como o PSTU, PSOL, MRT e satélites, no Brasil. A decisão de não convocar manifestações de rua, e retomar os elos das greves abortadas, indicou a incapacidade do centrismo de romper com a política burguesa de isolamento.

Sem poder se expressar como classe independente, dissolvida como expectadora passiva das palestras e discursos virtuais

Crise do petróleo: Consequências nefastas do monopólio petrolífero

O preço mundial do petróleo despencou a menos de 30 dólares, considerado preço mínimo para garantir “margem de lucro” aos investidores. Trata-se do reflexo da brutal redução do consumo de petróleo, que se contraiu 30%. Os preços do *West Texas Intermediate – WTI* (EUA) caíram 40,32%, se estabilizando na semana passada nos US\$ 24. O mesmo se verifica com os preços *Brent* (referência para a Europa), que depois de profundas quedas, chegou aos US\$ 29,5.

Esse processo vem arrastando grandes companhias à falência. Segundo o jornal *Financial Times*, 40 companhias petrolíferas dos EUA podem “quebrar”, a Exxon Mobil dentre elas. Foram ainda arrastados ramos da economia (petroquímicas, plásticos etc.), que têm no petróleo a principal matéria-prima.

Certamente, a queda atingiu ainda mais violentamente as semicolônias, cujas exportações de petróleo constituem grande parte de seus recursos fiscais. No Brasil, foram suspensas sessenta e duas operações marítimas, “que não têm condições econômicas de operar com preços tão baixos”, segundo a Petrobrás. No Equador, as exportações de petróleo representam 12% do PIB, de forma que a queda dos preços WTI (que regem a economia dolarizada do país) afundará o país. No México, a queda chegou a ser de 116%. Piora o cenário, no caso de países que dependem das exportações de petróleo, como Venezuela, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Omã, etc.

Caso se confirme a previsão dos organismos internacionais, como o FMI, de que os efeitos da paralisia econômica vão perdurar, durante este ano, e que se prolongarão até 2022, está claro então que as tendências recessivas continuarão a desagregar a produção e o mercado do petróleo mundial. Na base desse processo, acha-se a crise de superprodução capitalista. Não por acaso, o acordo entre a OPEP e a Rússia, de reduzir em 9,7 milhões de barris diários (10% da demanda mundial), ajudaria a diminuir o desajuste entre a elevada oferta mundial, e os mercados mundiais brutalmente comprimidos.

Um agravante da crise está em que os custos de produção nos Estados Unidos excedem aos das semicolônias – estas contam com grandes reservas, facilidade para extração e força de trabalho especializada mais barata. Essas diferenças de “preços nacionais” eram equacionadas, ora aumentando ou diminuindo os estoques, ora remetendo lucros dos monopólios norte-americanos que ope-

ram nos países. Por sua vez, o dólar, por ser a moeda de referência dos intercâmbios, permitia o manejo fiscal e monetário.

ram nesses países. Por sua vez, o dólar, por ser a moeda de referência dos intercâmbios, permitia o manejo fiscal e monetário.

Eis como se apresenta, em toda sua gravidade, a crise de direção revolucionária mundial. De fato, ficou exposta de forma absolutamente clara a desagregação do capitalismo, e a necessidade de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, que cada vez mais comparece como questão de vida ou morte. Salvo embates em alguns países acima mencionados, o 1º de Maio de 2020 viveu na longa e heroica luta do proletariado contra a opressão capitalista e nas conquistas programáticas do marxismo-leninismo-trotskismo.

ram nesses países. Por sua vez, o dólar, por ser a moeda de referência dos intercâmbios, permitia o manejo fiscal e monetário.

No entanto, a crise econômica, agravada pela crise sanitária, vem alterando os mecanismos econômicos, políticos e fiscais, utilizados pela potência norte-americana. As quebras, a desindustrialização e o gigantismo do déficit nacional impossibilitam mantê-los, sem agravar a crise. O agravamento da guerra comercial é manifestação dessas tendências. A China retoma as atividades econômicas, em melhores condições que seu rival mundial. O que se expressa no aumento das importações de petróleo barato, desde as semicolônias (Petrobrás, por exemplo, exportou 60% de sua produção a esse país, na semana passada). Nota-se que as particulares condições mundiais favorecem o avanço chinês em meio ao profundo retrocesso da potência norte-americana. E impulsionam os EUA a acirrar a ofensiva pelo controle da extração, transformação e comércio do petróleo e derivados por toda a parte, elevando a um patamar mais alto as tendências bélicas mundiais. A ofensiva contra a Venezuela e o Irã indica o quanto se tem avançado nesse percurso.

O essencial está em compreender que a inutilização de parcelas da capacidade instalada na indústria petrolífera é parte do processo de mutilação e destruição, em grande escala, das forças produtivas mundiais. Isso para preservar os lucros monopolistas.

Não há outra via – para a preservação das gigantescas capacidades produtivas, instaladas da indústria da extração, processamento, refino e transporte do petróleo e derivados – a não ser a expropriação revolucionária da grande propriedade privada monopolista, e sua transformação em propriedade social, sob o controle coletivo da classe operária.

No Brasil, assim como em todos os países saqueados pelas potências, a luta pela nacionalização do petróleo será possível com a constituição da frente única anti-imperialista. A defesa das fontes de energia compõe o programa proletário de estatização dos bancos, comércios, terras, etc. Somente o programa da classe operária possibilita impor a real autodeterminação da nação oprimida sobre todos os recursos e riquezas nacionais. Essa tarefa histórica depende da superação da crise de direção, da construção do partido marxista-leninista-trotskista. Cada vez mais, a desintegração do capitalismo exige da classe operária e de sua vanguarda consciente reerguer o Partido Mundial da Revolução Socialista.



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal *Massas* anterior, concluímos a exposição sobre a Assembleia Constituinte. A sua dissolução foi consequência lógica da revolução proletária. Não havia lugar para um organismo da democracia burguesa. Nesse mesmo embate com mencheviques e socialistas revolucionários de direita, Lênin e a direção revolucionária do novo poder se viram diante da tarefa de firmar o governo de aliança operária e camponesa, portanto, o Estado operário. Derrubada a burguesia do poder, abria-se o processo de expropriação da grande propriedade, e sua transformação em propriedade social. Esse passo exigia dar início à reorganização da economia em novas bases. Imperavam as necessidades mais elementares e a fome.

Os capitalistas, que continuavam manejando parte dos negócios, especulavam, sabotavam as transformações, e procuravam meios para derrotar a revolução. A guerra civil não havia ainda terminado. A guerra imperialista continuava destroçando a Europa. A pequena burguesia proprietária resistia alargar a ruptura entre o velho regime, que morria, e o novo, que nascia. A vanguarda revolucionária e o destacamento mais avançado do proletariado, no entanto, haviam elevado sua compreensão do momento histórico. Os soviets e novos organismos de controle econômico constituíam pilares da democracia operária, sobre os quais se assentava a ditadura do proletariado, o governo operário e camponês e o embrião do Estado operário.

Os inimigos declarados da revolução tinham de ser firmemente reprimidos. Não podia ser tolerada a liberdade para as forças da reação, que encarnavam a guerra civil contrarrevolucionária. O Conselho de Comissários do Povo *“declara o Partido dos Cadetes como um partido dos inimigos do povo, e determina a prisão dos membros dos organismos dirigentes desse partido e a vigilância dos Sovietes sobre o partido em seu conjunto, o CEC confirma a necessidade de combater de maneira mais resoluta a contrarrevolução burguesa, encabeçada pelo partido Cadete, que iniciou uma encarniçada guerra civil contra as bases da revolução operária e camponesa”*. Essa resolução, de 3 de dezembro de 1917, foi um importante marco na firme disposição de enfrentar os inimigos burgueses com todas as armas, expressando a existência da ditadura do proletariado.

Assinalamos, também, a ação decisiva do II Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia e do Conselho de Comissários do Povo, que reconheceram a República Popular da Ucrânia e o seu direito à autodeterminação. Diz o *“Manifesto ao Povo da Ucrânia, com um ultimato à Rada Ucrâniana”*: *“Nós, do Conselho de Comissários do Povo, reconhecemos, desde já, sem restrição, nem reservas, tudo quanto se refira aos direitos nacionais e à independência nacional do Partido Ucrâniano”*. A Rada Central da Ucrânia organizava as forças burguesas por detrás do nacionalismo, fundada em abril de 1917, se alinhou com o governo provisório, ainda que soubesse que este se opunha ao direito à autodeterminação da Ucrânia. Com a vitória da revolução, tentou-se transformar em governo de uma *“República Popular da Ucrânia”*, passou a organizar a contrarrevolução, e concluiu como instrumento do imperialismo alemão. Acabou sendo es-

magada na guerra civil, em janeiro de 1918, pelas tropas soviéticas. Com essa decisão, Lênin aplicava coerentemente a diretriz marxista do direito à autodeterminação da nação oprimida.

O ponto de partida de todos os problemas estava em dirigir a classe operária, no sentido de controlar a produção, e elevá-la à condição de dirigente do novo Estado. O partido, como vanguarda revolucionária, concentra o programa e a teoria das transformações socialistas, que devem ser encarnados pelos explorados em luta por sua emancipação. Essa premissa, que norteou o bolchevismo, havia se comprovado com a derrubada do poder burguês. Agora, tinha de se firmar implantando a sua ditadura de maioria oprimida, e erguendo o Estado operário. Já não se tratava mais do triunfo da revolução, mas de sua defesa diante da contrarrevolução.

Nesse sentido estratégico, é de grande transcendência um breve comunicado à imprensa, de 4 de dezembro de 1917, intitulado *“Informe sobre a situação econômica dos operários de Petrogrado e as tarefas da classe operária, pronunciado na reunião da Sessão operária do Soviete de Deputados Operários e Soldados de Petrogrado”*. Eis suas primeiras palavras: *“A revolução de 25 de outubro mostrou a extraordinária maturidade política do proletariado, e sua capacidade para enfrentar com firmeza a burguesia. Mas, a vitória completa do socialismo exige um esforço colossal de organização, impregnado da consciência de que o proletariado deve ser a classe dominante”*. Em síntese, Lênin demonstra que somente é possível sustentar o governo operário e camponês tendo por base o controle do proletariado sobre a economia e seu Estado. Afirma, sob a nova situação, o fundamento de que o partido é um instrumento do proletariado.

Para vencer, e não ser vencido, Lênin formula a essência da resposta: *“(…) Quanto mais profunda é a revolução, tanto mais se exigem trabalhadores ativos, que levem a cabo a substituição do capitalismo pelo aparato do socialismo. Para isso, é insuficiente a força da pequena burguesia, inclusive quando não haja sabotagem. A tarefa só pode ser cumprida, apoiando-se nas massas populares, com sua iniciativa. Por isso, não se deve pensar em melhorar, neste momento, a própria situação; há que pensar em se transformar em classe dominante. Não se pode esperar que o proletariado rural seja consciente, clara e firmemente de seus interesses. Isso unicamente pode fazer a classe operária, e cada proletário, consciente da grande perspectiva, deve sentir-se dirigente, e levar por trás de si as massas. O proletariado deve chegar a ser a classe dominante, no sentido de ser o dirigente de todos os trabalhadores e a classe que domina politicamente. É preciso lutar contra a falsa ideia de que somente a burguesia pode dirigir o Estado. O proletariado deve assumir a direção do Estado”*.

Para que a classe operária se constituísse em *“classe dominante”*, era imprescindível iniciar imediatamente a *“batalha decisiva no plano econômico”*. Lênin reconhece, assim, que *“as tarefas de organizar a produção”*, recaíam, inteiramente, *“sobre a classe operária”*. Conclui que *“as massas operárias devem organizar o controle e a produção em mais ampla escala, em todo o país”*.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXVIII, Akal Editor)